UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

CAMILLA FONTES DE SOUZA

LA ACCIÓN CAMBIANTE: DA LUTA ARMADA AOS DIREITOS HUMANOS NOS CARTAZES
ARGENTINOS
(1973-1984)

SÃO PAULO
2013

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

CAMILLA FONTES DE SOUZA

***LA ACCIÓN CAMBIANTE: DA LUTA ARMADA AOS DIREITOS HUMANOS NOS CARTAZES
ARGENTINOS
(1973-1984)***

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para a obtenção de título de MESTRE em História Social, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Gabriela Pellegrino Soares.

SÃO PAULO
2013

AGRADECIMENTOS

Especialmente a partir de meu mestrado, ficou difícil separar minha vida pessoal da minha vida acadêmica. Uma se nutre da outra, influenciando-a, para distintos rumos e lugares. A Universidade se tornou um ambiente familiar e os colegas de faculdade se tornaram amigos íntimos. Professores ultrapassaram as referências acadêmicas para serem verdadeiros exemplos de vida.

Agradeço primeiramente à Prof^ª. Dr^ª. Gabriela Pellegrino Soares, pelo acolhimento na Universidade, pela dedicação em me orientar, pelas leituras cuidadosas do meu texto, pelo afeto e pela paciência.

Ao prof. Dr. Marcos Francisco Napolitano, quem me acompanha desde o início de meu mestrado, pelo convite à participação de seu grupo de estudos Memória e Ditadura Militar e pelas preciosas leituras e apontamentos durante toda esta pesquisa.

Às admiráveis Prof^ª. Dr^ª. Maria Helena Capelato, Prof^ª. Maria Lígia Coelho Prado, Prof^ª. Dra. Tânia da Costa Garcia. São exemplos indescritíveis na minha trajetória acadêmica.

A todos os amigos que participaram desta minha trajetória, pessoal e profissional, gostaria de agradecer o companheirismo, as discussões, as leituras, os debates e as festas. Aos amigos Cairo Faleiros, Carine Dalmás, Carolina Amaral, Carollina Lima, Dennys Montagner, Fábio Souza, Fernando Seliprandy, Ignácio De Ávila, Laís Olivato, Luciana Martorano, Raimundo Marques, Rafaela Lunardi, Ricardo Fontes, Vivian Krauss. À amiga e companheira de todas as horas, Kajali Vitorino, agradeço pela leitura e revisão texto. Aos demais amigos do grupo de estudo Memória e Ditadura Militar e aos colegas de orientação da professora Gabriela pela leitura e debate de meus textos em nossas inúmeras reuniões.

Agradeço aos meus pais e familiares todo o apoio e suporte para a realização desta pesquisa. Sobre suas bases fortes e estáveis pude me dedicar ao resgate de minhas atividades motoras, psíquicas e, finalmente, profissionais. Amo vocês.

Finalmente, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP, pela bolsa concedida, pois sem este auxílio, este trabalho seria inviável,

RESUMO

Esta pesquisa objetiva analisar as representações dos imaginários políticos argentinos durante os anos de 1973 e 1984, por meio dos cartazes de propaganda produzidos no período. Estes anos selecionam um período conturbado da história argentina, o governo peronista (1973) e o governo militar do Processo de Reorganização Nacional (1976-1983), em que as posições políticas se acirram em nome de projetos para a nação e, após a violenta e sistemática repressão da ditadura provocou mudanças sensíveis na forma de atuação política. A escolha do cartaz como fonte para a análise desta pesquisa histórica de dá por este se configurar como um veículo de difusão e circulação de mensagens de caráter efêmero, mas que possui potencial para atingir um grande número de pessoas. Essa fonte compõe um elemento rico em representações dos imaginários políticos, sobre as visões e concepções de futuro e das críticas e anseios que seus grupos elaboradores desejavam divulgar para um grande público. As fontes visuais possibilitam um sem número de inferências, mobilizam elementos simbólicos, culturais, políticos, históricos, nacionais e universais, sempre partilhando com seu observador as referências representacionais para, enfim, cumprir seu papel de comunicar uma mensagem idealizada por seus realizadores. Nesta pesquisa, a análise dos cartazes procura revisitar um período conturbado da história argentina e, por meios destes, reconstruir parte do imaginário político do período.

Palavras Chave: Argentina; História Política; Cartazes; Peronismo.

ABSTRACT

This research aims to analyze the representations of imaginary Argentine politicians during the years 1973 and 1984, by means of propaganda posters produced in the period. These years select a turbulent period in Argentine history, the Peronist government (1973) and the military government of the National Reorganization Process (1976-1983), in which the political positions is stoked on behalf of projects for the nation and, after violent and systematic repression of the dictatorship generated sensible changes in the form of political action. The choice of the poster as a source for analysis of historical research gives for this is set up as a vehicle for the dissemination and circulation of messages ephemeral, but which has the potential to reach large numbers of people. This source comprises an element rich representations of the political imaginary, the visions and conceptions of the future and criticisms and concerns that their groups drafters wished to disseminate to a wide audience. Visual sources allow any number of inferences, mobilize symbolic elements, cultural, political, historical, national and universal, always sharing with its observer representational references to finally fulfill its role of communicating a message designed by their makers. In this research, the analysis of the posters attempts to revisit a period of Argentine history and troubled by these means, to rebuild part of the political imaginary of the period.

Keywords: Argentina; Political History; Posters; Peronism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
1 PERÍODO CONSTITUCIONAL.....	14
1.1 ANTECEDENTES: A REVOLUÇÃO ARGENTINA	14
1.2 A VOLTA AO GOVERNO CONSTITUCIONAL	18
1.3 CÁMPORA AO GOVERNO	21
1.4 PERÓN AO PODER	28
1.5 ENTREATOS. A ASCENSÃO MILITAR NO GOVERNO DE ISABEL M. DE PERÓN	35
2 CARTAZES DA ESQUERDA ARGENTINA: SENTIDO E REPRESENTAÇÕES DO PERÍODO CONSTITUCIONAL.....	40
2.1 ANOS 1960 E A FORMAÇÃO DA NOVA ESQUERDA ARGENTINA	40
2.2 A CAMPANHA DE 1973	45
2.3 EZEIZA.....	59
2.4 TRELEW.....	65
2.5 PERÓN PRESIDENTE.....	77
2.6 MONTONEROS	88
3 REORGANIZAÇÃO PARA UM PROJETO NACIONAL	92
3.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROCESSO DE REORGANIZAÇÃO NACIONAL.....	92
3.2 A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E A NECESSIDADE E EXTINÇÃO DO INIMIGO	96
3.3 DESARTICULAÇÃO E DESARME DA GUERRILHA	102
3.4 FIM DA GUERRA INTERNA E CONTAGEM DAS BAIXAS.....	104
3.5 RECONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA: PARA AS ESQUERDAS E PARA O PAÍS	112
4. CARTAZES DE DIREITOS HUMANOS: REPRESENTAÇÕES DAS NOVAS DEMANDAS POLÍTICAS	119
4.1 ORGANIZAÇÕES DE FAMILIARES: AS MADRES E AS ABUELAS.....	123
4.2 PRESOS POLÍTICOS	132
4.3 APDH	136

4.4 AS DEMANDAS JURÍDICAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	157
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	150
CATALOGAÇÃO DAS FONTES	157

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a história recente da Argentina, antes e durante o governo militar do Processo de Reorganização Nacional, entre os anos 1973 e 1984, por meio dos cartazes de propaganda política produzidos neste período. Seu fio condutor é a mudança de perspectiva de ação dos grupos da esquerda argentina, formados durante a década de 1960, no período em que Juan Domingo Perón esteve exilado na Espanha. Após a queda e exílio do líder argentino, a proscrição do movimento peronista e a crescente repressão aos movimentos populares provocaram, a partir de 1969, uma série de levantes em todo o país. Diante do cenário caótico de uma violência social crescente, esperava-se que o retorno de Perón trouxesse paz e estabilidade para a nação. Assinalando para os grupos da direita e da esquerda que compunham o movimento peronista em 1972, Perón pode articular seu regresso ao país e à presidência, em 1973.

Neste momento, o movimento peronista estava dividido entre os peronistas ortodoxos, ligados ao “peronismo clássico” de direita, e a Juventud Peronista, composta por grupos da nova esquerda argentina e cuja orientação ideológica unia ao imaginário justicialista dos anos 1950 os ideais socialistas e revolucionários das esquerdas internacionais dos anos 1960. Sobre esta base profundamente heterodoxa, o governo peronista procurou, sistematicamente, frear o avanço das mobilizações sociais iniciadas no governo militar da Revolução Argentina. Neste sentido, lançou mão de construções discursivas em que a imagem vaga de um inimigo da nação ameaçava o país, promovendo a discórdia, os conflitos e a violência fratricida. Argumentava em defesa de “nós”, argentinos, contra “eles”, inimigos infiltrados que trabalhavam a favor de interesses alheios aos do povo. Essas determinações custaram caro para a Juventud Peronista, a agrupação das esquerdas peronistas. Com membros atuantes dentro e fora do governo, a Juventud contava com governadores de províncias, líderes sindicais e grupos estudantis, orientados a obedecer e a seguir Perón em direção à *revolução nacional*. De fato, a nova esquerda argentina era extremamente mobilizada e com grande penetração social, herança da etapa política anterior ao período democrático.

Entretanto, durante os meses que durou seu governo, até sua morte em julho de 1974, Perón cuidou de estabelecer normas e leis repressivas que dessem conta de restringir a atuação política das esquerdas e das mobilizações sociais. Com a política de depuração partidária, procurou instituir dentro do Partido Justicialista as bases para o “pacto social”,

privilegiando a ordem que emanava da violência paraestatal como método para conter o avanço das esquerdas durante seu governo.

Essa trama política, que precedeu o golpe de 24 de março de 1976, auxilia na análise dos cartazes produzidos durante este período. Ali estão representadas as aspirações das esquerdas com o regresso do peronismo à política, as ideologias dos grupos, os planos e as projeções políticas para o governo, bem como, a ratificação de suas ideologias e de seus posicionamentos após 1974.¹ Mais do que tudo, mobilizam um repertório visual e discursivo que dão conta de apresentar e divulgar suas estratégias bem como as percepções de que, naquele momento em que passava o país, a luta armada, o combate aberto e a defesa de posições eram a forma de se fazer política.

Com o golpe que estabeleceu o último governo militar argentino, o Processo de Reorganização Nacional, o combate anti-subversivo, orientado pela Doutrina de Segurança Nacional, cuidou de, sistematicamente, pôr em prática um plano de extermínio das oposições políticas. A acentuação da repressão e a desinformação provocada pelos sequestros e desaparecimento dos presos terminaram por derrotar o que havia sobrado da guerrilha revolucionária no país. O custo em vidas desse embate entre projetos para a Argentina gerou, ainda durante governo autoritário, outras formas de atuação e de mobilização política. Na medida em que militantes desapareciam, apareciam vozes de seus familiares que denunciavam os sequestros de pessoas e exigiam informações do governo.

Em 1979 a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA foi à Argentina averiguar as inúmeras denúncias internacionais de violações dos direitos humanos no país. As consequências da divulgação de seu relatório, no ano seguinte, reverberaram menos na estabilidade do governo do que nos setores mobilizados e identificados com as vítimas. A indicação de que os desaparecidos estariam mortos acentuou os processos de autocritica em que os ex-militantes e sobreviventes se impuseram. A constatação do fracasso da guerrilha se deveu, em parte, à constatação de que seu projeto revolucionário de tomada do poder por meio da luta armada e da violência era tão arbitrário quanto o governo que tentavam derrubar. Entre os familiares dos presos-desaparecidos a negação da morte de seu parente ganhou caráter político, especialmente depois que o governo, em 1982, assumiu publicamente este

¹ Em maio de 1974, durante a comemoração do 1º de maio, Perón rompeu publicamente com os grupos da esquerda peronistas. Esta ação foi compreendida pelos grupos como resposta às pressões que o líder estava submetido, contrárias ao seu interesse e aos interesses da nação. Após sua morte e a posse de Isabel de Perón, a perseguição direcionada às esquerdas foi interpretada como um desvio do peronismo autêntico. Nesse universo interpretativo, os grupos passaram a reivindicar-se como os verdadeiros guardiões da doutrina justicialista e do ideário peronista, em oposição ao Partido Justicialista.

fato. “Se estão mortos, onde estão seus corpos?” e “Julgamento e castigo para os culpados” passaram a ser as palavras de ordem de uma nova forma de ação opositora ao governo. As organizações de direitos humanos foram ganhando notoriedade e visibilidade nas críticas aos crimes da repressão e, após o fracasso do governo na Guerra das Malvinas, suas bandeiras de verdade e de justiça deram o tom para a campanha da eleitoral que encerrou o governo. Mais além, os direitos humanos agora apareciam como *a ressignificação* da experiência autoritária daqueles anos e faziam emergir uma nova possibilidade de ação política, bem distante da militância armada.

Assim como no período democrático, também durante a ditadura, especialmente depois de 1979, os cartazes foram utilizados para comunicar as ideias de seus grupos realizadores. Neste novo período político, sob a vigilância do aparato repressivo, os cartazes de direitos humanos eram veiculados pelos familiares ou por instituições e traziam como conteúdo, especialmente, a busca por informações e a demanda por justiça.

A escolha do cartaz como fonte para a análise desta pesquisa histórica de dá por este se configurar como um veículo de difusão e circulação de mensagens de caráter efêmero, mas que possui potencial para atingir um grande número de pessoas. Em momentos de acirradas disputas políticas, como o período estudado, os cartazes podiam ser espalhados pela cidade sem revelar, caso não fosse desejado, sua autoria. Desta forma, essa fonte compõe um elemento rico em representações dos imaginários políticos, sobre as visões e concepções de futuro e das críticas e anseios que seus grupos elaboradores desejavam divulgar para um grande público.

Carregado de elementos específicos, o cartaz deduz um conjunto de códigos e imagens de fácil apreensão pelo público passante sem que este detenha seu olhar por muito tempo. Raymond Savignac, importante referência para o cartazismo francês o define:

O cartaz [...] é essencialmente um *desenho sem legenda*, o esboço que substitui o longo discurso. Seu desenho não pode ser considerado um fim em si. É tão somente um *meio*, um *veículo*, não tende a ser a representação exata de uma figura ou de um objeto. Está inteiramente sujeito às necessidades da expressão ou do inventor. Pode ser deformado até a caricatura, mas deve sempre conservar a simplicidade esquemática sem a qual seria ilegível. [...] O cartaz é um escândalo visual. Não é olhado, é visto. É a lei da óptica que determina a sua forma. Sua leitura tem de ser instantânea. O homem da rua deve perceber o que ele quer dizer numa fração de segundo. Suas qualidades estéticas são secundárias, para não dizer supérfluas.²

² *Apud* MOLES, Abraham. **O cartaz**. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 194-195. (*Grifos do autor*)

Composto por gravuras, fotos, jogos de palavras, fluxogramas e, eventualmente, textos, o cartaz constitui um conjunto de códigos articulados que substituem o enunciado extenso na transmissão de mensagens de um grupo para o público.

O cartaz de propaganda foi uma reelaboração do cartaz publicitário e contém especificidades. Abraham Moles apresenta que, apesar de utilizar das mesmas técnicas de produção gráfica e do mesmo suporte – os muros e paredes públicos ou privados –, o cartaz de propaganda pretende apresentar “a comunicação de mensagens entre o organismo e a massa”, de forma mais objetiva.³ Utiliza, para tal, grande número de mecanismos do cartaz publicitário e elementos disponíveis na cultura em que ele é criado e circula. Moles aponta que

[...] se nossa cultura é tudo o que, numa certa época, está inscrito de modo permanente em nossa memória para condicionar nossas reações, o *cartaz de propaganda* sugere uma imagem da cultura que é retomada integralmente, tornada mais sutil e mais profunda pelo *cartaz de publicidade*, utilizando os mesmos métodos.⁴

Ambos os tipos de cartaz desempenham a mesma função de convencimento ou sedução de seu público alvo, mas o cartaz de propaganda, ao se desdobrar em outros usos, adquire funções complementares. Esse é o caso dos cartazes de propaganda política analisados nesta pesquisa. Variando o momento e o objetivo, podem acumular funções tais como a função educadora, na qual cabe ao cartaz comunicar elementos, objetos e mensagens cujo caráter é o de esclarecer questões de interesse público – ou de interesse ideológico de seus realizadores, como é o caso de cartazes elaborados por grupos de esquerda, durante o século XX, sobre determinadas orientações estético-políticas. Outra função que pode ser desempenhada é a estética. Ao ser coordenada com as demais funções, a função estética pode estar presente em um cartaz político ao incorporar à sua mensagem – objeto e objetivo central – um jogo de cores, palavras e contrastes que lhe conferem elementos artísticos.

Nesse campo de possibilidades de ação política que, conjugado e confrontado com outras fontes de naturezas distintas, os cartazes possibilitam a reconstrução e análise, de maneira original, da história política. Segundo Arnau Carulla e Jordi Carulla o cartaz é um “testemunho gráfico que deve ser considerado como fonte primária da história com tanta força

³ MOLES, Op. cit., p.46-47.

⁴ Ibidem., p.47. (*Grifos do autor*)

e razão como a documentação oficial”.⁵ Por suas características formais específicas exige interpretações das relações entre arte e política, texto e imagem, ideias e representações, forma e conteúdo. As imagens e mensagens contidas nos cartazes de propaganda política do período selecionado traduziam as críticas ao governo, convocavam a população para reflexões, debates e ações, e representavam as definições de seus autores sobre os projetos políticos pretendidos para o país.

Para a análise que propus realizar, é preciso lançar mão do trabalho com fontes visuais, prática ainda pouco usual para a História. A preferência por fontes textuais se dá, também, pela dificuldade que a natureza da imagem impõe para análise histórica. Ivan Gaskell argumenta que as imagens, compreendidas genericamente como artefato artístico, foram trabalhadas pelos historiadores da arte com enfoque em questões como a autoria, a qualidade estética e o trabalho do artista com a técnica empregada. Ao contrário do historiador da arte, para o historiador dedicado a domínios não especificamente artísticos, qualquer imagem pode servir como fonte histórica por possibilitar a discussão “de sua produção e de seu consumo como atividades sociais, econômicas e políticas”.⁶ Cabe a ele tratar da historicidade de uma imagem e definir sua problemática, investigando sua produção social, sua circulação e apropriação. Neste sentido, Ulpiano Bezerra de Menezes constata que, ao trabalhar imagens como fontes históricas, o historiador deve considerar como pressuposto a natureza social do fenômeno artístico⁷ e formular “*problemas históricos* para serem resolvidos *por intermédio das fontes visuais* associadas a quaisquer outras fontes pertinentes”.⁸ Desta maneira, ao considerar as imagens presentes nos cartazes como representações de imaginários políticos, quero dizer que estas operavam no terreno de certas convenções socioculturais, favorecendo sua compreensão pela sociedade em geral, devido ao recurso a uma simbologia familiar ao seu público alvo, o que intensificava seu poder de comunicação.⁹

Ao utilizar os cartazes como fonte, busco interligar os campos da história cultural e das representações com a história política, como apresentam Capelato e Eliana Dutra. De acordo com as autoras, a história política comporta análises de mitos e símbolos que são próprios e constituem as representações de poder.

⁵ CARNULLA, Arnau; CARNULLA, Jordi. **La guerra civil em 2000 carteles**. República, Guerra Civil, pós-guerra. Vols. I e II. Barcelona: Postermil, 1997, p. 12. (*tradução nossa*)

⁶ GASKELL, Ivan. “História das imagens”. Em: Peter Burke (org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Unesp, 1992, p. 23-24.

⁷ MENESES, Ulpiano B.. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, nº 45, jul 2003, p. 13.

⁸ **Ibidem**, p. 28. (*Grifo do autor*)

⁹ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. Em: Enciclopédia Einaudi. Vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional. Casas da Moeda, 1985.

[...] Por tanto, seja pela linguagem das utopias, dos mitos, das ideologias expressas nas festas cívicas, nos ritos políticos, na propaganda, nas comemorações e cerimônias [...] os historiadores tem podido acessar, de acordo com suas escolhas e recortes temáticos, as práticas de representação acionadas nas diferentes sociedades e em variadas circunstâncias históricas, assim como tem podido explorar, por meio de documentos de distintas naturezas, um rico estoque de representações que nos mostram as fortes conexões entre política e cultura¹⁰.

Desta maneira, as representações visuais presentes nos cartazes sintetizam as principais questões e problemas da época de sua produção, configurando-se como um elemento expressivo da luta política.

As fontes selecionadas nesta pesquisa compõem um repertório de documentos coletados em duas viagens que fiz à Argentina, em 2011 e 2012. Ainda em 2011 chamou atenção que houvesse um numero razoável de cartazes produzidos durante o período do governo peronista, até 1974, e depois eles somente reaparecessem após 1978. A definição do tema desta pesquisa se deu pela observação dessas fontes e, especialmente de suas temáticas. Como analisarei, havia um predomínio de mensagens revolucionárias e de conteúdo extremamente politizado nos cartazes do início da década de 1970. Depois do que passei a chamar de “vazio das fontes” (período entre 1974-1978), os cartazes ressurgiam com temas muito distintos, agora relacionados aos direitos humanos e à demanda por justiça. Estava colocada, então, a pergunta sobre a qual esta pesquisa se propõe a refletir: o que houve para que um determinado veículo de comunicação de massas apresentasse determinado conteúdo em um período e, após um hiato de quatro anos, ressurgisse produzido por outros agentes políticos e apresentando outras mensagens?

Procurando responder a esta pergunta e as que surgiram durante a pesquisa, escolhi apresentar o desenvolvimento da análise em duas partes. A primeira delas trata do período do governo peronista de 1973 a 1976. A segunda aborda o governo militar do Processo de Redemocratização Nacional e o surgimento dos grupos de direitos humanos. Como apresentei, o fio condutor dessa análise é a mudança dentro das esquerdas argentinas, mas, especialmente, a passagem da crença na luta revolucionária e o uso da violência como forma de ação política para o campo legalista de reivindicações de direitos e de participação política

¹⁰ CAPELATO, Maria Helena Rolim; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação política. O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In. FLAMARION, Ciro; MALERBA, Jurandir. (orgs.). **Representações**: contribuição de um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000. p. 238.

institucional. Somado a isso, está o surgimento do repúdio ao uso da violência que, naquele momento passou a estar vinculada ao aparato repressor do governo militar.

Desta forma, cada uma das duas partes está separada em dois capítulos. Por ser um tema recente na historiografia argentina e pouco conhecido do público brasileiro, escolhi apresentar um debate sobre as questões de fundo desses momentos, antes de me dedicar à análise e problematização de suas fontes.

O primeiro capítulo trata do polêmico período democrático entre os governos da Revolução Argentina e do Processo de Reorganização Nacional. As expectativas alimentadas pelo retorno de Perón, juntamente com o mosaico ideológico que compôs seu governo, explicam as disputas intrapartidárias que se projetaram no cenário nacional. O insucesso do líder de conter a violência sociopolítica e, após sua morte, o aparelhamento do governo pelas Forças Armadas abriram caminho para a última ditadura militar.

Sobre este período, no segundo capítulo busco analisar os cartazes de propaganda produzidos pelas esquerdas e como, por meio desta fonte, os grupos representaram e apresentaram os processos políticos, as interpretações dos fatos, as suas concepções políticas, expectativas e projetos de futuro.

O terceiro capítulo, tal como o primeiro, busca apresentar os desdobramentos dos oito anos do Processo de Reorganização Nacional. São três os eixos deste capítulo: Primeiramente as orientações ideológicas das Forças Armadas que sustentaram a política de extermínio da oposição; em seguida, a reação das esquerdas frente à ofensiva massacrante do governo; e, enfim, com a derrota da esquerda guerrilheira e de seu método de ação política, abre-se no país uma nova forma de atuação, por meio dos canais institucionais e dos organismos de direitos humanos.

O quarto e último capítulo busca analisar as representações feitas durante o regime militar em sua etapa final, a partir de 1978. Destacam-se os cartazes de organismos de direitos humanos e de órgãos de familiares de presos-desaparecidos, cujos conteúdos associam as respostas e informações sobre os sequestrados às ideias de verdade, memória e justiça. Esses elementos, articulados, estiveram na base do novo desenho político da etapa democrática seguinte.

1 PERÍODO CONSTITUCIONAL

“Retorno como pacificador dos ânimos... Chamam-me, vou. Quem pensa que gosto de discórdia está enganado. Não gosto de discórdia nem anseio o poder”.¹¹

O terceiro governo de Juan Perón, iniciado em outubro de 1973, foi marcado por disputas políticas que ajudaram a compor o cenário pré existente de conflitos entre o Estado e a sociedade argentinos. Seu retorno, após dezoito anos de exílio, foi compreendido, pela força dos fatos, como a possibilidade de controle social que levaria a Argentina aos rumos do progresso e do desenvolvimento. Essa esperança se deveu ao desgaste das instituições políticas do país, especialmente após o governo autoritário da Revolução Argentina (1966-1973). O objetivo deste capítulo é lançar luz sobre os anos do governo “Perón-Perón” (1973-1976) e o movimento de aproximação dos grupos da militância de esquerda, iniciado no governo peronista de Héctor Cámpora (1973), e que foi seguido pelo afastamento e negação destes grupos. Acredito que, desta forma, o estudo do triênio do governo constitucional auxilia na compreensão da etapa seguinte: um novo governo autoritário intitulado Processo de Reorganização Nacional (1976-1983). Assim, é possível redimensionar a historicidade do problema da violência sociopolítica, na Argentina, abordando suas “normalidades” e “excepcionalidades”, indo além da memória da repressão e das violações dos direitos humanos.

1.1 ANTECEDENTES: A REVOLUÇÃO ARGENTINA

Os anos 1960 marcaram, na Argentina, um intenso período de disputas pela viabilização de distintos projetos políticos nacionais. Articularam e confrontaram-se as ideologias da antiga fórmula “peronismo-antiperonismo”, da nova perspectiva de transformação sociopolítica, aberta pela Revolução Cubana, e da nova etapa do liberalismo econômico internacional. Durante a Revolução Argentina (1966-1973), essas disputas tomaram forma e assumiram identidades políticas que não apenas permaneceriam no cenário nacional durante as etapas políticas seguintes, mas também desempenhariam papel central ao longo do período constitucional (1973-1976) e no último governo autoritário (1976-1983).

Dentro da perspectiva em que se insere este trabalho, considero relevante a análise de Carlos Altamirano quando argumenta que, desde 1955, as instituições políticas argentinas

¹¹ Declaração de Juan Domingo Perón, em 1º de novembro de 1972, ao jornal portenho *La Nación*. Apud. O'DONNEL, Guillermo. **Análise do Autoritarismo Burocrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 410.

estavam em declínio como consequência da anulação de um de seus canais de representação, o peronismo.¹² Na década de 1960, houve uma rearticulação das formas de expressão sociopolítica. Segundo o historiador, haveria um ‘sistema político dual’ representado, por um lado, pela esfera legal, com partidos não peronistas e mecanismos parlamentares, enquanto, do outro lado, estariam os grupos de pressão extra-institucionais, com sindicatos e instituições estudantis.¹³ A tensão existente entre os dois sistemas sustentava o argumento da incapacidade de manutenção da ordem pelas instituições democráticas. Ainda, aumentava a crença de que o governo radical seria incapaz de controlar o caos em que o país poderia cair.¹⁴ Nessa conjuntura, as Forças Armadas desempenharam mais uma vez o papel de guardiãs da nação, visando à modernização autoritária do país.¹⁵

Para conduzir um projeto modernizador da economia e das instituições argentinas, a partir do golpe de julho de 1966, teve início o governo militar da Revolução Argentina, que se propôs a acabar com os conflitos entre as mencionadas tendências políticas do período. Assim, o novo governo cuidou, sistematicamente, de desmobilizar os setores institucionais, eliminando os partidos políticos, e de desarticular o setor popular, com ações que restringiram consideravelmente o poder e a autonomia dos sindicatos e das universidades nacionais – como expliquei acima, importantes canais de articulação e pressão política.¹⁶ Em julho de 1966, um decreto determinou a intervenção em todas as universidades nacionais, visando reprimir as manifestações estudantis e rearticular as universidades com “o processo de recuperação que a Nação empreendeu em virtude da Revolução Argentina”.¹⁷ O governo também interveio nos sindicatos, o que provocou a divisão dentro da Confederación General de los Trabajadores

¹² ALTAMIRANO, Carlos. **Bajo el signo de las masas**. Buenos Aires: Ariel, 2001.

¹³ **Ibidem.**, p. 78.

¹⁴ O governo que precedeu A Revolução Argentina, entre 1963 e 1966, foi o de Arturo Illia, da União Cívica Radical (UCR).

¹⁵ Durante o século XX, o Estado argentino sofreu seis interferências militares, ao todo. Foram elas: (1) setembro de 1930, derrubada de Hipólito Yrigoyen; (2) junho de 1943, deposição do presidente Ramón S. Castillo; (3) setembro de 1955, a Revolução Libertadora depôs Juan Domingo Perón; (4) março de 1962, derrubada de Arturo Frondizi; (5) junho de 1966, a Revolução Argentina depôs Humberto Illia; (6) março de 1976, o Processo de Reorganização Nacional derrubou María Estela Martínez de Perón.

A frequência de golpes militares no país reforça a tese de que, no país, acreditava-se que os governos democráticos seriam incapazes de manter a estabilidade e, consequentemente, o desenvolvimento nacional. Sobre esta crença articula-se outra, em que as Forças Armadas representariam a única Instituição capaz de garantir a ordem, pois estariam acima dos conflitos e dos interesses políticos de grupos determinados.

¹⁶ O'DONNELL, 1990. **Op. cit.**, p.121- 148; IZAGUIRRE, Inés. *El mapa social del genocidio*. Em: IZAGUIRRE, Inés y Colaboradores. **Lucha de clases, guerra civil y genocidio em la Argentina. 1973-1983**. Buenos Aires: Eudeba, 2009, p. 78-80.

¹⁷ Comunicado do Ministério do Interior, publicado no jornal *La Nación* de 06/07/1966. Apud. ALTAMIRANO. **Op. cit.**, p. 83.

(CGT).¹⁸ A CGT Nacional, seguindo as orientações do governo, auxiliou na implementação de restrições nas leis trabalhistas e na fiscalização dos operários e das demais CGTs Regionais. As greves e demais agrupamentos dos trabalhadores que fossem articulados fora do sindicato sob intervenção, receberam o nome genérico de “subversão”.¹⁹

Com as medidas de anulação legal das formas de reivindicações e com a prática repressiva diante das manifestações, o país conseguiu desfrutar de relativa tranquilidade social, a chamada “paz militar”. Entretanto, a internacionalização da economia argentina e a injeção de capitais trouxeram estabilidade e desenvolvimento econômico por um curto período. Com a abertura aos mercados internacionais, e sem a proteção legal dos produtores internos, até 1967, inúmeras fábricas fecharam, provocando desemprego e alta dos preços.²⁰ O país vivia uma acentuada desvalorização da moeda e o consequente aumento do custo de vida da população. Em 1969, o descontentamento popular com os rumos da Revolução Argentina chegou ao seu ápice.²¹

Para manter a paz social, compreendida como único meio possível para o desenvolvimento da nação, o governo militar cuidou de reprimir qualquer tipo de manifestação pública de oposição às suas medidas. Com este objetivo, a violência física perpetrada pelos militares contra as reuniões e reivindicações políticas ganhou dimensões, até então, inéditas.²² A espiral crescente do uso da força policial e militar em detrimento das

¹⁸ A CGT foi uma instituição de organização política dos trabalhadores argentinos, regularizada no primeiro governo de Perón. Durante a década de 1960, a CGT agregava distintas orientações políticas, à esquerda e à direita, assim como o próprio peronismo. A Confederación se dividia, hierarquicamente, entre a CGT Nacional e as CGTs Regionais. Com a intervenção e o consequente alinhamento da CGT nacional com o governo, as seções regionais passaram a fazer oposição, que culminaram nas diversas manifestações que ocorreram no país entre 1969 e 1972.

¹⁹ Especialmente após a Revolução Cubana, o marxismo, sob as formas comunista ou socialista, tornou-se uma entidade abstrata no imaginário argentino. Marina Franco analisa que, de forma crescente, as mobilizações sociais de caráter reivindicatório eram representadas pela imprensa e pelo governo como “manifestaciones subversivas de los enemigos de la nación, los marxistas”. FRANCO, Marina. **Un enemigo para la nación: orden interno, violencia y subversión, 1973-1976**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012. Também em ALTAMIRANO, **Op. cit.**, p. 74-76.

²⁰ O caso de maior repercussão é o da falência de 11 usinas de açúcar na província de Tucumán. Conjugado com outros fatores, Tucumán será um dos centros de formação e conflitos entre grupos guerrilheiros da esquerda armada e os governos entre os anos de 1968 e 1976 – o governo da Revolução Argentina, o de Perón, o de Isabel Martínez de Perón e o do Processo de Reorganização Nacional. ALTAMIRANO. **Op. cit.**; p. 85; IZAGUIRRE. *El mapa social...* Em: IZAGUIRRE, **Op. cit.**, p. 79.

²¹ Além dos setores sociais, duras críticas vinham de setores empresariais ligados a uma economia de caráter nacionalista, que denunciavam o “entreguismo” do país ao capital estrangeiro. ALTAMIRANO. **Op. cit.**, p. 83; ROMERO, J. Luis. **Breve História de la Argentina**, Buenos Aires: Tierra Firme, 1996, p.179.

²² A lista de episódios é vasta. Pela repercussão internacional que teve, cito como exemplo da violência e intransigência dos militares o episódio da *Noche de los bastones largos*, em Buenos Aires. Em oposição ao decreto de intervenção nas universidades, grupos de estudantes e professores ocuparam as Faculdades de Arquitetura, Ciências Exatas, Filosofia e Letras, Engenharia e Medicina. O governo mandou para as faculdades forças policiais que espancaram os manifestantes. Como desfecho, mais de 1.500 professores pediram demissão

formas legais para se fazer política, teve seu ápice entre os anos 1969-1973. Pilar Calveiro defende a tese de que a proscrição dos meios de representatividade política existentes desde o período peronista, provocou uma disputa pelo monopólio do uso da força e da violência entre os setores da sociedade e do governo – este último confundido, genericamente, com as próprias Forças Armadas.²³

Os desdobramentos da Revolução Argentina levaram ao agravamento das crises política, social e econômica que as Forças Armadas prometeram resolver. Como consequência, o governo perdeu, rapidamente, apoio e legitimidade e, a partir de 1969, as forças repressivas não puderam evitar o estouro das tensões no país. Os universitários, desde o início do governo, formavam um forte grupo de oposição. O operariado, com a proibição das greves, não detinha mais poder de negociação com as empresas e as indústrias.²⁴ Somam-se a esses grupos os produtores e empresários, prejudicados pelos rumos da economia. No ano de 1969, teve início uma onda de manifestações populares, espontâneas e massivas, contrárias ao governo. O primeiro destes levantes foi protagonizado por estudantes e operários, contrários às intervenções do governo na província de Córdoba. O *Cordobazo*, como ficou conhecido, foi o enfrentamento com paus e pedras da sociedade contra o governo e somente terminou com a ocupação da cidade pelo exército.²⁵

No mesmo mês de maio de 1969, ocorreu o 1º *Rosariazo* e até agosto de 1973, houve dezessete *azos* e *puebladas* – mobilizações populares de caráter político e violento.²⁶ O ambiente social revelado pelo *Cordobazo* levou a Revolução ao seu fim, já que os militares também foram incapazes de resguardar a estabilidade. A incredulidade administrativa nas Forças Armadas para resolver os conflitos sociais pode ser exemplificada pelo levantamento de opinião, de março de 1971, no qual as instituições armadas chegaram a contar com um

e, aproximadamente, 300 deles foram exilados do país. IZAGUIRRE. *El mapa social...* Em: IZAGUIRRE **Op. cit.**, p. 78.

²³ A historiadora ainda afirma que o nascimento da guerrilha foi sintomático desta disputa do uso da força e que, não em vão, os grupos adotaram referências militares para se auto-designarem: Forças Armadas Peronistas, Forças Armadas Revolucionárias, Exército Revolucionário Popular e, acrescento, Forças Armadas Socialistas. CALVEIRO, Pilar. **Política y/o violencia. Una aproximación a la guerrilla de los años 70**. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2005, p. 45

²⁴ Tanto as universidades como os sindicatos tinham, naqueles anos, o estigma de serem lugares de formação de comunistas e de marxistas, espaços onde haveria “subversão apátrida”. Gostaria de chamar atenção para o imaginário que identificava como “inimigos da nação” os grupos que tentaram criar formas de articulação, pelos meios possíveis daquele momento, para exercer pressão política e lutar por suas demandas de classe.

²⁵ O'DONNELL, 1990. **Op. cit.**, p. 221.

²⁶ IZAGUIRRE. *El mapa social...* Em: IZAGUIRRE. **Op. cit.**, p. 81.

grau de simpatia de, aproximadamente, 50% da população.²⁷ Ao mesmo tempo, a normalização da violência, a crença de que não haveria outro caminho senão as armas e a aceitação das ações da guerrilha dão indícios das dificuldades que o próximo governo herdaria dos militares. Marcos Novaro e Vicente Palermo identificam a formação de uma cultura política autoritária e intolerante, ao longo dos anos 1960 e 1970, e que inscrevia as ações próprias e alheias na lógica binária e maniqueísta amigo-inimigo.²⁸ Sob esta concepção totalizante, a designação “subversivos”, atribuída aos militantes e grupos sociopolíticos, ganhou força no discurso institucional como caracterização ideológica daqueles que seriam os “inimigos da nação”. Ao mesmo tempo, e com força no imaginário social, também seriam inimigos todos os que priorizavam os interesses privados sobre o bem público, os que “vendiam a pátria” para o capital internacional e, em suma, os que não faziam das “necessidades do povo” a prioridade da nação. Essa construção, no imaginário do país, cresceu durante o governo de Perón, reforçada pela voz de autoridade do próprio líder.²⁹

1.2 VOLTA AO GOVERNO CONSTITUCIONAL

Sob o imaginário de prosperidade e equilíbrio nacional se desenvolveram forças que competiram e se confrontaram, comprometendo as estruturas institucionais da Argentina. Não é irresponsável localizar o ápice deste movimento no desfecho da Revolução Argentina e na falta de outros horizontes de possibilidades políticas que não fosse o peronismo. Como assinalei anteriormente, um signo importante para o país era a ideia de *nação*, que compreendia um corpo orgânico, coeso e homogêneo, que ganhou forma durante o primeiro peronismo e foi manipulado ao longo das décadas de 1960 e 1970. Sob este signo, o desgaste

²⁷ De acordo com essa pesquisa, em Buenos Aires, 45,5% da população acreditava que a violência era justificável, manifestando apoio. Em Córdoba e Rosário, importantes pólos da oposição social à Revolução, esse apoio sobe para 53% e 51%, respectivamente. O'DONNELL, 1990. **Op. cit.**, p. 405.

Considero importante a lembrança de que, na etapa seguinte, durante o governo de Perón, o uso da força pelas organizações e grupos opositores perdeu o respaldo social. Isso é devido à interpretação, sustentada pelos discursos do governo peronista, de que num Estado de direito, essas formas políticas não seriam mais necessárias.

²⁸ NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **A Ditadura militar argentina 1976-1983: do golpe de Estado à restauração democrática**. São Paulo: Edusp, 2007, p. 37-38.

²⁹ Marina Franco identifica nos discursos de Juan Perón, dos anos 1970, esse nacionalismo ambíguo, apropriado pela imprensa e pela sociedade, nesse período. A *nação argentina* deveria estar acima dos interesses dos revolucionários marxistas e acima dos interesses do capitalismo internacional. A Argentina deveria manter-se forte entre os dois inimigos, marxismo e liberalismo, e contava com o peronismo como sua principal expressão social. Segundo a autora, esta dicotomia, inaugurada durante o peronismo clássico (1945-1955), se manteve no imaginário argentino, com mais ou menos força ao longo dos anos. Franco argumenta que, com maior força representativa do que a lógica dual (nós-eles), a presença de uma terceira entidade era a chave da identidade discursiva: a própria Argentina. Esta “entidade”, em diferentes momentos se vestiu com representantes distintos: a nação, o povo humilde, o peronismo, as Forças Armadas e, na última e mais recente representação, a sociedade civil aterrorizada entre os “dois demônios”. FRANCO. **Op. cit.**

das instituições políticas do país não afetava apenas o aparato estatal, como órgão administrativo, mas também era compreendido como consequência da negligência dos sucessivos governos para com os interesses primordiais da nação – ainda que estes fossem abstratos demais para se concretizarem num projeto político coeso e que contemplasse todas as distintas necessidades que os diferentes grupos acreditavam “primordiais”. Este diagnóstico fica claro, também, na declaração “La Hora del Pueblo”, de novembro de 1970. Elaborada e assinada pelos principais líderes políticos peronistas, radicais e outros, o documento denunciava a desnacionalização da economia, exigia a volta das instituições políticas e a devolução à população de sua soberania. O documento expôs, por fim, as ideias e críticas que solaparam o regime militar e, a partir de sua publicação, criou-se a necessidade de articulações políticas para que a transição de governo fosse realizada com o cuidado e o controle de quais grupos e agentes políticos participariam da próxima etapa política.

Foi então que, durante a presidência do Gal. Alejandro A. Lanusse, o governo da Revolução Argentina propôs o Gran Acuerdo Nacional (GAN), prevendo a volta à normalidade política. Entretanto, o GAN impunha restrições à sua participação – o impedimento à participação de Perón e de outras forças políticas, como o Partido Comunista. O acordo reconhecia que o retorno de um governo constitucional era o caminho necessário para evitar o acirramento de uma situação de guerra civil, frente à popularidade e o poder de atração das organizações políticas armadas. Acreditava, ainda, que os partidos políticos tradicionais, conseguiriam aglutinar e direcionar as massas para as causas institucionais.³⁰

Pablo Augusto Bonavena avalia que o GAN:

Apesar de não ter detido a mobilização das massas, conseguiu mudar seu caráter [...]. Impôs uma linha de defesa ante o operariado e seus aliados reais e potenciais, o que significou uma composição de forças baseada na convergência de facções burguesas que apelavam a formas burocrático/parlamentarias transitoriamente. [...] Os unia uma meta em comum: institucionalizar o conflito social para impor uma saída da crise aberta pela falida Revolução Argentina.³¹

Não é objetivo desta pesquisa pormenorizar os desdobramentos que se sucederam entre a elaboração do GAN e as eleições de março de 1973.³² O foco está na campanha, e vitória, de

³⁰ BONAVERA. Pablo Augusto. *Guerra contra el campo popular em los '70: Juan Domingo Perón y la ofensiva contra los gobernadores*. Em: IZAGUIRRE. **Op. cit.**, p. 146.

³¹ *Ibidem.*, p. 149.

³² Entre outros percalços, a eleição foi adiantada em um ano, em consequência do acirramento dos conflitos sociais em todo o país; com as articulações de Perón e o lançamento de um candidato seu ao pleito, o plano de vitória de Lanusse, que deveria contar com o apoio dos votos justicialistas, fracassou; e o segundo turno, entre Ricardo Balbín e Héctor Cámpora, não ocorreu, pela renúncia ao pleito do candidato da UCR.

Héctor Cámpora e na estruturação do movimento peronista com as múltiplas correntes político-ideológicas que compunham a base de sustentação do Partido Justicialista (PJ).³³ Esse processo político, em que se articularam as forças institucionais e os grupos armados da esquerda peronista possibilitou, em seguida, o retorno de Perón ao cenário político argentino, em 1973.

No cenário de desordem em que estava o país, grupos de distintas ideologias e tradições políticas se articularam e compuseram a base de sustentação para as vitórias do PJ em 1973. De maneira geral, circulava a crença de que o movimento peronista não somente agregava as diferentes ideologias que se encontravam em enfrentamento aberto, durante a ditadura, como também havia um consenso de que Perón exercia um poder de autoridade incontestável sobre seus seguidores. Assim, sobre sua figura se projetavam as expectativas de estabilidade política para trabalhadores, estudantes e industriais. De acordo com Guillermo O'Donnell, o discurso e o tratamento que Perón mandava do exílio aos distintos setores aliados, foi interpretado como a demonstração de maleabilidade no trato com os grupos políticos, o que atraía a confiança por um “peronismo sensato”.³⁴ Ainda nas palavras do autor,

[...] nesses anos, o peronismo – um movimento da sociedade civil hostilizado, reprimido e marginalizado pelo aparelho estatal – chegou a ser o lugar onde, ali e não no aparelho estatal, cruzaram-se quase todas as linhas de conflito da sociedade – inclusive as suas classes, suas linhas políticas e não pouco da sua violência. Convergência extraordinária, fonte de inexplicável assombro se não for vista como produto da constelação de fatores [...]: a tradição popular de expressar dinamicamente o peronismo; a desorientada retirada da grande burguesia e das Forças Armadas após o espetacular colapso do BA [Estado Burocrático-autoritário da Revolução Argentina]; a louca idolização da violência [...]; os códigos de medo e silêncio que tanto opacaram e distorceram o cenário político; a adesão tão radicalizada quanto ambígua de setores médios ao peronismo; e o crescente estreitamento de uma operação, como a de Lanousse que pressupunha, ou que Perón entrasse no “Grande Acordo Nacional”, ou que estivessem em alguma parte os partidos e os votos necessários para competir eleitoralmente com o peronismo.³⁵

³³ Diferencio *justicialismo* e *peronismo*. Compreendo o primeiro como a forma legal e institucional do fazer político, sob a orientação e as diretrizes do Partido Justicialista. Em contrapartida, o peronismo é um movimento político, muito mais amplo do que o partido. Agrega grupos que não se filiaram ao PJ por motivos de discordância das diretrizes de ação do partido, ou por discordâncias propriamente ideológicas. O debate sobre as distintas compreensões do que era o peronismo e suas mudanças interpretativas, ao longo dos anos e de acordo com cada grupo que se auto-intitulava “peronista”, é demasiadamente extenso. Restrita aos objetivos desta pesquisa, no segundo capítulo tentarei caracterizar alguns desses grupos e de suas orientações, mas compreendo que o farei de forma introdutória e restrita às finalidades desta pesquisa.

³⁴ O'DONNELL, 1990. **Op. cit.**, p. 408; VEZZETTI, Hugo. **Sobre la violencia revolucionaria**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009, p. 77.

³⁵ O'DONNELL, 1990. **Op. cit.**, p. 409-410.

O que se verá, a seguir, refere-se à chegada ao governo desta “convergência extraordinária” de ideologias, projetos e concepções políticas e de futuro para a Argentina e de como as três presidências peronistas, no triênio 1973-1976, lidaram com este mosaico que compunha suas bases de sustentação governamental.

1.3 CÁMPORA AO GOVERNO

Pela primeira vez, após dezessete anos de exílio, Perón voltou à Argentina, em novembro de 1972. Por determinação do governo militar, permaneceu longe da mídia e das forças populares que esperavam seu retorno. Esta primeira passagem pelo país durou menos de um mês e logo o líder seguiu para o Paraguai. Durante as semanas em que esteve em solo argentino, Perón articulou alianças políticas e sindicais e fez acordos com partidos menores. A união dessas forças políticas deu origem à Frente Justicialista de Liberación (FREJULI), que lançaria um candidato próprio nas eleições de março de 1973, à revelia do GAN e do governo militar.³⁶ Apesar de negociações com a Unión Cívica Radical (UCR), a FREJULI não teve adesão desse partido, que lançou como candidato próprio para o pleito Ricardo Balbín, personalidade forte e tradicional da ala conservadora do partido.³⁷

Para a primeira eleição em que o peronismo concorreria oficialmente, desde 1955, a FREJULI apresentou como candidatos à presidência e vice-presidência Héctor Cámpora, do PJ, e Vicente Solano Lima, do Partido Conservador Popular (PCP), respectivamente. Cámpora era um conhecido político fiel a Perón e que, desde 1971, trabalhava na reorganização do movimento peronista. Sob sua orientação, foi criada a Juventud Peronista (JP), representando o crescente peso da esquerda peronista, em particular a organização político-militar Montoneros. No final da Revolução Argentina, com a volta dos partidos, Cámpora promoveu a filiação massiva de distintos setores sociais ao Partido Justicialista, fato que contribuiu, consideravelmente, para sua vitória em 1973. Solano Lima, do outro lado, também era um político de estreitas ligações com Perón, durante seus anos no exílio madrilenho. A chamada

³⁶ Além do PJ, a FREJULI reunia também o Movimiento de Integración e Desarrollo, o Partido Popular Cristiano, o Partido Intransigente, o Partido Revolucionario Cristiano, o Partido Comunista e a Unión del Pueblo Argentino. Os últimos quatro saíram da coalizão, ainda em 1972 e criaram a Alianza Popular Revolucionaria para concorrerem nas eleições de março do ano seguinte. Em: FRANCO, **Op. cit.**, p. 37.

Segundo Inés Izaguirre, as alianças que deram origem a FREJULI de 1973, entre as militâncias peronistas, sindicalistas e dos partidos de esquerda tradicionais (Partido Comunista e Partido Socialista), foram as mesmas, rearticuladas e ampliadas, que garantiram a vitória eleitoral nas campanhas para governadores na década de 1960. Em: IZAGUIRRE. *El mapa social...* Em: IZAGUIRRE. **Op. cit.**, p. 75. Essa constatação indica que, há aproximadamente uma década, Perón e o peronismo se articulavam com as demais forças políticas proscritas, especialmente as de esquerda, sobre o possível projeto da “Revolução Nacional”.

³⁷ Balbín, teve cerca de 21% dos votos na eleição de 11 de março, mas renunciou ao segundo turno, declarando apoio a Cámpora e confirmando, dessa forma, a vitória do candidato peronista.

“fórmula Cámpora-Solano Lima” sintetizava o poder de fusão entre a esquerda e a direita, presentes internamente no peronismo. Mais do que uma união intraperonista, esta aliança era a expressão da possibilidade de união de distintas forças políticas sob um único projeto de nação, o projeto peronista.³⁸

Mesmo que a presença de Solano Lima conferisse o tom de segurança e de possível estabilidade para os setores mais conservadores, o programa da Frente vinha ao encontro dos projetos dos grupos da esquerda tradicional e da esquerda peronista, que compunham a sua base de apoio. Entre outros pontos, as pautas para a “reconstrução nacional”, pleiteada na campanha, estabeleciam a nacionalização do comércio exterior; a reforma agrária; a co-gestão dos trabalhadores na direção e administração das empresas, propiciando um regime cooperativo no campo e a autogestão da indústria; a reforma do sistema financeiro, para reverter a desnacionalização das entidades de crédito privado dos anos anteriores; o restabelecimento das relações diplomáticas e comerciais com Cuba; a anistia para todos os presos políticos; a eliminação da legislação repressiva; e a condenação oficial da tortura.³⁹

Para os novos grupos políticos em formação na Argentina, a chegada de Cámpora ao poder parecia anunciar a iminência de um tempo de transformações sociais que conferiria papel central aos interesses da nação. Em termos econômicos, o plano peronista era de por fim à dependência dos interesses do capital estrangeiro e garantir uma maior autonomia ao capital nacional. Apesar do tom nacionalista das propostas de governo da FREJULI também soar bem aos ouvidos conservadores e tradicionais, na cerimônia de posse, a presença dos presidentes do Chile e de Cuba, Salvador Allende e Osvaldo Dorticós, como representantes das duas experiências socialistas no continente latino-americano, reforçou a atmosfera à esquerda do futuro governo.

A noite da posse exaltou as expectativas dos grupos da esquerda militante. Uma enorme multidão se dirigiu à prisão de Villa Devoto, em Buenos Aires, em um ato público que ficou conhecido como *Devotazo*. A multidão exigia a libertação imediata de todos os presos políticos, em sua maioria, dirigentes sindicais e membros das organizações guerrilheiras. Como cumprimento às promessas de campanha feitas para sua base aliada, foi assinado o

³⁸ Essa análise da união nacional sobre um projeto político que transcenderia a experiência autoritária prévia é corroborada pelas observações sobre a vitória de Cámpora feitas por Alejandro A. Lanusse. Citado por Guillermo O'Donnell, afirmou o ex-presidente: “Acontece que à percentagem normal de votos justicialistas – possivelmente 35% - somaram-se aos de outros partidos da Frente Justicialista e a eles acrescentou-se todo o protesto antimilitar, especialmente o juvenil. Foi visível a virada dos sufrágios e *foi visível que expressaram antes a antipatia por nós do que a simpatia por Perón ou Cámpora*. Foi um trágico voto de castigo.” (grifo do original). Em: O'DONNELL, 1990. **Op. cit.**, p. 412.

³⁹ O programa está disponível na íntegra em: <http://www.ruinasdigitales.com/blog/pautas-programaticas-para-el-gobierno-justicialista-de-la-reconstruccion-nacional/> (consulta em agosto de 2012)

decreto de ‘indulto imediato dos presos políticos’ e, também, foi aprovada pelo Congresso a lei de Anistia. As medidas tomadas naquela noite libertaram centenas de militantes de grupos armados, em nome da ‘pacificação nacional’.⁴⁰

Durante as semanas que duraram seu governo, Cámpora derrubou leis especiais de segurança nacional que orientaram ideologicamente o governo da Revolução Argentina, como as leis de repressão ao comunismo, de mobilização militar da população civil, de pena de morte e de controle do “terrorismo” e da “subversão”. As medidas legais para a eliminação das perseguições e proscricções políticas conferiram ao governo o apelido de “primavera corporista”, atribuído pelos militantes das esquerdas. O presidente também procurou trazer para o âmbito institucional os conflitos entre sindicatos e indústrias firmando um acordo entre a CGT e a Confederación General Económica (CGE) chamado “Compromiso para la Reconstrucción y la Liberación Nacional”.⁴¹ O Compromisso acabou fracassando, em parte por falta de empreendimento dos setores industriais e, em parte, pelo aprofundamento das disputas internas dos sindicatos.⁴²

Apesar dos esforços do governo camporista, a eliminação do passado de violência social estava longe de ser real. Ainda que em menores proporções, os conflitos não cessaram e, como aponta Augusto Bonavena, “muitas vezes, ao contrário, pareciam se acentuarem”.⁴³ Após a liberalização política e a anulação das medidas repressivas do último governo militar, ocorreram centenas de ocupações a instituições públicas e privadas como hospitais, universidades e empresas. Segundo Marina Franco, essas ocupações eram uma resposta contra a permanência de funcionários públicos da ditadura ou, ainda, eram fruto de disputas internas dentro do peronismo ou entre diversas organizações de esquerda e de direita.⁴⁴ O clima gerado pelas ocupações não depôs a favor do novo presidente. Ao contrário, tendo sido iniciadas assim que se anunciou a vitória de Cámpora, durante os 49 dias que durou seu governo, ocorreram mais de 691 tomadas de instituições, buscando o fim do ‘continuismo’ para renovar a condução das instituições tomadas. Localizadas como uma das formas de disputa política entre os grupos que tensionavam o país, desde a etapa anterior, as ocupações serviram às distintas forças políticas para “tomarem posição em territórios sociais, firmando-se para

⁴⁰ FRANCO. *Op. cit.*, p. 39.

⁴¹ BONAVERA. *Op. cit.* Em: IZAGUIRRE. *Op. cit.*, p. 157.

⁴² O conflito se dava, essencialmente, pelo desencontro em termos de representações de interesses entre as linhas do peronismo ortodoxo, representado pela Unión Obrera Metalúrgica (UOM) e pelo peronismo de esquerda, agregado nas 62 *Organizaciones*.

⁴³ BONAVERA. *Op. cit.* Em: IZAGUIRRE. *Op. cit.*, p. 157.

⁴⁴ FRANCO. *Op. cit.*, p. 41.

prosseguir a luta”.⁴⁵ Discutindo esta disputa por posições entre as forças, Inés Izaguirre afirma que

[...] a direita sindical e política se adiantou na tomada estratégica dos meios de comunicação, assim como de organismos e de empresas públicas, enquanto os trabalhadores e as organizações revolucionárias e de esquerda conseguiram um predomínio quase total no âmbito fabril e em outros lugares de trabalho, apesar de nestas áreas o número de ocupações ter sido menor.⁴⁶

Ficava cada vez mais evidente que o arranjo político formador da FREJULI envolvia uma diversidade ideológica e de interesses que se projetaram assim que governo teve início e foram, ao longo do período, se aprofundando. Essas contradições não apenas prejudicaram a implantação da promessa de “pacificação social”, como também foram determinantes para o fim do governo de Cámpora. Progressivamente, a crítica contra a violência, que antes fora considerada justa por ser contra um estado de exceção, ganhou destaque em discursos partidários e na imprensa. A questão que se colocava era: qual a justificativa para as ações armadas, de caráter reivindicatório, sob um governo eleito com aproximadamente 50% dos votos?

A possível resposta a esta questão pode estar nos conflitos entre os grupos armados da direita e da esquerda na disputa pelo espaço político-ideológico da base do governo. Desde 1955, o peronismo assumiu diferentes vertentes ideológicas, divididas, essencialmente em duas. A primeira era o “peronismo ortodoxo”, formado por grupos ligados à doutrina justicialista do primeiro governo de Perón, entre 1945-1955, enquanto a segunda era a “nova esquerda”, formada pós-1955 e que agregava à doutrina justicialista dos anos cinquenta, as orientações socialistas que se desenvolveram nos anos sessenta. Em que pese as rupturas, os subgrupos e os conflitos internos, pode se generalizar e definir as orientações ideológicas do primeiro como “de direita” e do segundo como “de esquerda”, tal como se definiam no período. Perón, durante esses anos, teria assinalado para ambos os lados, como estratégia para agregar distintos suportes e dar sustentação ao seu projeto político. Entretanto, a volta do líder peronista não garantiu a estabilidade e a união nacional esperada em seu exílio. Isso porque o poder formal das alianças que possibilitaram sua eleição, em setembro de 1973, não se transformou diretamente em poder real para os grupos. Na realidade, após seu retorno ao país, Perón deixou claro quais propostas, ou grupos, não estariam de acordo com seu plano de governo, e a JP seria o principal deles.

⁴⁵ IZAGUIRRE, *El mapa social...* Em: IZAGUIRRE, **Op. cit.**, p. 88.

⁴⁶ IZAGUIRRE, *El mapa social...* Em: IZAGUIRRE, **Op. cit.**, p. 88.

A renúncia do presidente e de seu vice, após 49 dias de governo, pode ser vista como uma estratégia elaborada por Perón, desde a formação da FREJULI em novembro de 1972. Entretanto, como venho demonstrando, havia tensões e fatos pontuais que nos auxiliam a pensar um pouco além. O primeiro fator, mais evidente, seria a falta de autoridade de Cámpora para por fim aos conflitos intraperonistas e aplacar o movimento sindical e o revolucionário. Um elemento importante no processo de saída das Forças Armadas do governo era a crença, também denunciada pelos militares, de que as mobilizações violentas seriam sintoma do desenvolvimento de um processo revolucionário de esquerda em curso, no país, e que apenas um governo democrático poderia absorver as demandas destes grupos, enfraquecendo sua base de apoio nas massas. Sob esta perspectiva, como procurei demonstrar, a influência e a autoridade política de Perón foram consideradas um mal menor, em nome do controle social.

Entretanto, uma das linhas de atuação política que se desenvolveu dentro da direita peronista durante a ausência do líder foi o “neoperonismo”, ou o “peronismo sem Perón”. Esta linha, forte dentro do sindicalismo de algumas províncias, teve origem com Augusto Vandor, membro da Unión Obrera Metalúrgica (UOM) e garantiu, durante os anos sessenta, a eleição de governadores provinciais de seus partidos, a revelia das orientações que o líder mandava do exílio.⁴⁷ Com a iminência do retorno de Perón, o neoperonismo perdeu sua força, mas não se dissolveu. Suas instituições e agremiações políticas foram fortes agentes nas disputas internas durante o governo Cámpora e foram consideradas uma ameaça pelo próprio Perón, que tratou de trazê-los para o governo, tão logo assumiu a presidência.⁴⁸

Neste cenário de acirramento dos conflitos e de crescente condenação pública à instabilidade política, cresceram as pressões para a saída de Cámpora e de Solano Lima do governo, especialmente dentro do peronismo. Se o peronismo *per se* não era capaz de unir as

⁴⁷ Entre os partidos neoperonistas, fundados na década de sessenta, estão a Unión Popular, o Partido Popular Neuquino, o Partido Laborista, entre outros. O traço principal desses partidos neoperonistas era a oscilação entre promover ações violentas para reivindicações trabalhistas e fazer acordos políticos com o governo. Com a adoção dessas práticas, especialmente por causa dos acordos que faziam com os governos anti-peronistas, estes grupos era chamados de “participacionistas”, “vende-pátria” e, até mesmo, “traidores”. É significativo que, em junho de 1969, no momento de ascensão da violência política, a autoria do assassinato de Augusto Vandor tenha sido atribuída aos Descamisados, grupo peronista de esquerda que daria origem ao Montoneros. Em setembro de 1973, José Ignacio Rucci, principal líder sindical da CGT, ligado ao UOM e às 62 Organizações, também foi assassinado pelos Montoneros. Sobre o “peronismo sem Perón”, ver: BONAVERA. *Op. cit.* Em: IZAGUIRRE. *Op. cit.*, p. 145; ROMERO, 1996. *Op. cit.*, p. 176; GASPARINI, Juan. **Montoneros: final de cuentas**. La Plata: De la Campana, 2008, p. 43-44.

⁴⁸ Um exemplo da representação de ameaça dos neoperonistas se passou ainda entre 1972 e 1973. Na província de Neuquén, o Movimento Popular Neuquino (MPN, depois transformado em partido), lançou o neoperonista Felipe Sapag, ex-governador designado por Onganía, a candidato. O PJ impugnou a candidatura, sem êxito, provocando a ruptura do MPN com a FEJULI e, também, a perda de votos importantes do sindicalismo provincial. BONAVERA. *Op. cit.*, Em: IZAGUIRRE. *Op. cit.*, p. 152.

correntes ideológicas internas ao movimento, Juan Carlos Perón era aquele que poderia, em definitivo, trazer o equilíbrio de volta para a nação. Assim, o presidente e seu vice renunciaram com menos de dois meses de governo e Perón retornou definitivamente à vida política argentina.

Em junho de 1973, ainda no governo Cámpora, ocorreu aquilo que talvez tenha sido o mais importante, e profundamente simbólico, fato da disputa ideológica intraperonista. Após o impedimento militar da comemoração pública do primeiro regresso do líder, em novembro do ano anterior, foi programado para o dia 20 de junho de 1973 o ato público que marcaria o retorno definitivo de Perón à Argentina. Centenas de pessoas foram recebê-lo no aeroporto de Ezeiza, em Buenos Aires, onde se esperava um evento de festa e de comemorações para o acontecimento. Dentre os que compareceram ao aeroporto, estavam militantes das organizações armadas da esquerda e da direita peronistas. Em meio aos primeiros, encontravam-se membros da Tendencia Revolucionaria, da JP, dos Montoneros e das Fuerzas Armadas Revolucionárias (FAR).⁴⁹ Os grupos de direita se fizeram representar por militantes da UOM e da Juventud Sindical Peronista (JSP). Se a expectativa era a de que o cenário fosse palco da grande “celebração da vitória da pátria”, o que se viu naquela tarde foi o confronto violento entre os grupos armados e que teve como desfecho a morte de treze pessoas e mais de trezentas outras feridas.⁵⁰ A responsabilidade sobre o que ficou conhecido como *Massacre de Ezeiza* é controversa, no entanto, segundo Fabián Nievas, foram os grupos da direita os que deram início ao confronto, em um ato deliberado de ataque contra-guerrilheiro. A ação teria sido uma resposta ao comunicado da esquerda peronista, de março daquele ano, que convocava as massas para a “construção do socialismo nacional”.⁵¹ De fato, a Comisión Pró-retorno, formada para organizar e garantir a segurança do evento, estava constituída por importantes figuras políticas do peronismo ortodoxo, e contou com forças policiais e paramilitares da extrema direita. De acordo com Juan Gasparini, Rodolfo Wash, então militante dos Montoneros, teve acesso a documentos sigilosos que previam um forte aparato de segurança armada e de forças paramilitares como a Alianza Anticomunista Argentina (Triple A), para aquele dia.⁵² Segundo o autor, mesmo com as informações de Walsh, a

⁴⁹ A Tendencia Revolucionária (TR) era o nome dado para a agrupação das organizações armadas peronistas, dentro da JP. Formada pelos grupos das Organizações Peronistas (OP): Montoneros, FAR, FAP etc.

⁵⁰ Os números não são exatos. Esses dados estão em BAYER, Osvaldo e Outros. **El terrorismo de Estado en la Argentina. Apuntes sobre su historia e consecuencias**. Buenos Aires: Instituto Espacio para la Memoria, 2001.

⁵¹ NIEVAS, Fabián. *Del “Devotazo” a Ezeiza*. Em: IZAGUIRRE. **Op. cit.**, p.119-142.

⁵² GASPARINI. **Op. cit.**, p. 56.

cúpula dos Montoneros escolheu não armar os militantes que estariam no evento. O grupo compreendia ser necessário armar apenas os líderes mais visados, como uma medida de defesa e preservação dos membros importantes, já que: “Nesta data, levar armas era um reflexo de preservação gestado na clandestinidade antiditatorial. Nesta nova, etapa as teriam em mão para a defesa de homens e mulheres bem definidos”.⁵³

O “comitê de recepção”, organizado pela Juventud Sindical e pelo Ministerio de Bien Estar Social, não foi responsabilizado pela violência contra a população. Ao contrário, em seus pronunciamentos após o Massacre, Perón responsabilizou indiretamente a JP por querer se infiltrar entre as massas e corromper os interesses argentinos, “ocupando o movimento” peronista e causando a desordem nacional.⁵⁴ Entretanto, o linguajar ambíguo e generalista de Perón alimentou interpretações sobre ameaças ao movimento segundo a perspectiva das esquerdas. Compartilhando do universo representacional da ‘infiltração inimiga’ no peronismo, as organizações armadas

[...] denunciavam as ‘forças imperialistas’ e ‘oligárquicas’ da ‘antipátria’ e a ditadura anterior. Desde os enfrentamentos em Ezeiza – denunciados pelos Montoneros e pelas FAR como resultado da ‘infiltração’ dos ‘agentes do continuísmo’ e dos ‘traidores’ – até o anúncio da ‘depuração’ partidária, o pensamento conspirativo centrado na intromissão de um corpo estranho dentro do peronismo que deveria ser ‘eliminado’ esteve presente no amplo espectro peronista e se repetiu ritualmente em cada ataque recebido por algum setor.⁵⁵

Desenhava-se a representação de um espectro, mal definido, do inimigo ameaçador ao projeto da “Revolução Nacional”. No decorrer dos meses seguintes, o movimento peronista progressivamente se confundiu com a própria ideia de “nação” e seu inimigo se converteu no inimigo comum para toda a Argentina. Antes, porém, Perón deu início à “depuração” no interior do PJ, com intenção de conter e controlar forças políticas que, segundo seu entendimento, trabalhariam contra seu projeto político. O que pretendo analisar a partir de agora é a sistemática e crescente perseguição e a anulação da esquerda peronista, entre os anos 1973 e 1976. Durante os meses de seu governo, a nova esquerda argentina, que ganhou espaço político na administração Cámpora, tornou-se a personificação definitiva de quem eram os subversivos que deveriam ser “eliminados”.

⁵³ GASPARINI. **Op. cit.**, p. 57-58.

⁵⁴ Em: *La Nación*, 22 de junho de 1973. Apud. FRANCO. **Op. cit.**, p. 47.

⁵⁵ **Ibidem**, p. 48.

1.4 PERÓN AO PODER

As eleições de setembro de 1973 levaram Juan Domingo Perón à sua terceira presidência. A vitória com 62% dos votos da Frente Justicialista de Libertação Nacional (também de sigla FREJULI), em setembro de 1973, certamente está vinculada àquele vasto leque de ânsias, projeções e aspirações vivido pela sociedade argentina, naqueles anos. Entretanto, dadas as condições em que o país se encontrava, o amplo apoio eleitoral não garantiu estabilidade para seu governo. Sobre o mosaico ideológico que compôs a base de apoio da FREJULI de setembro, durante os meses em que esteve no poder, Perón tentou dissolver os conflitos no interior do movimento peronista, que se projetavam como desordem nacional. Desta forma, garantir a “Paz Social”, prometida na campanha, prescindia da promoção da “ordem social” e este seria o principal desafio do período.

O plano do governo visava alcançar a “pacificação” e a reorganização institucional, por meio de acordos partidários e corporativos. A este projeto se deu o nome de “Democracia Integrada”, que contava, então, com dois pilares: o político e o econômico. Sobre o pilar político, o governo pretendia determinar a incorporação ao PJ dos distintos grupos do movimento peronista com a consequente neutralização dos setores radicalizados à esquerda do movimento; firmar “acordos de governo com os radicais [UCR]; [e] a incorporação conciliadora das Forças Armadas”.⁵⁶ Sobre o pilar econômico, o governo lançaria o “Pacto Social”, que resgatava o “Compromiso para la Reconstrucción y la Liberación Nacional” do governo Cámpora, levando para o âmbito institucional os conflitos entre a CGT e a CGE. O Pacto previa a união entre as agremiações, por acordos intermediados pelo governo, e o fortalecimento da burocracia sindical tradicional para fazer frente ao sindicalismo combativo.⁵⁷

Se as disputas entre a direita e a esquerda peronistas precederam o período constitucional, o Massacre de Ezeiza as levou para a esfera pública redimensionando sua importância política. Assim, as expectativas projetadas para o terceiro governo justicialista eram de que este fosse capaz de administrar, coagir e liderar os distintos setores políticos que formavam a base sociopolítica do peronismo. Entretanto, não eram apenas os projetos peronistas que estavam na mesa como um modelo para a nação. As demais forças de

⁵⁶ FRANCO. *Op. cit.*, p. 43.

⁵⁷ As centrais sindicais regionais eram geridas por distintos grupos políticos peronistas ou não. A CGT de Córdoba, por exemplo, teve como importante líder nesse período Augustín Tosco, do sindicato *Luz y Fuerza* e que foi filiado ao Partido Comunista e militante do PRT-ERP – ambas organizações políticas de esquerda não peronistas. Em contrapartida, a CGT de Buenos Aires, por exemplo, alternava sua administração entre líderes da esquerda e neoperonistas da UOM.

esquerda, algumas delas gestadas durante os anos sessenta, também disputavam com o governo sobre qual o modelo de “Revolução Nacional” seria implantado na Argentina, após os anos de regime militar. Mesmo que em março e em setembro de 1973 os grupos armados e partidos da esquerda não peronista, como o PRT-ERP e o PS, tenham aceitado a via democrática de mudança social aliando-se à FREJULI, o fizeram com restrições e mantiveram-se politicamente independentes.⁵⁸

Peronistas ou não, as agrupações de esquerda foram consideradas uma ameaça para o novo governo. Antes mesmo da posse de Perón, em setembro de 1973, o secretário geral da CGT Nacional, José Ignacio Rucci (da UOM), foi assassinado pelos Montoneros. Entretanto, a responsabilidade pela ação foi dada ao PRT-ERP, cujos líderes tinham públicas desavenças políticas e pessoais com o secretário. O partido passou à ilegalidade, por decreto presidencial, e teve início, em todo o país, uma cruzada de “depuração ideológica”. Publicamente, o presidente manteve a política de depuração dentro do movimento peronista, focalizando as organizações da TR – por seu tamanho e sua abrangência em instituições do governo.⁵⁹ Assim, em outubro de 1973, o Consejo Superior del Movimiento Nacional Justicialista (CSMNJ) publicou o chamado “Documento Secreto”, assinado por Perón, onde era estabelecida a necessidade de lutar contra a subversão, dentro do Partido Justicialista. As determinações do documento atualizavam o anticomunismo peronista projetando-o sobre o aparato estatal e levavam para a política nacional a luta ideológica interna do movimento.⁶⁰

O texto concluída com o chamado a luta contra o marxismo a partir da mobilização para enfrentar a guerra; a reafirmação doutrinária para esclarecer as diferenças ideológicas entre marxismo e peronismo, a necessidade de informar sobre a posição partidária frente a esta ideologia alheia; a definição obrigatória contra o marxismo daqueles que integram o peronismo; a unidade sem dissenso para acatar as ordens de Perón e lutar contra o marxismo; a implementação de um sistema de inteligência em todas as jurisdições e a criação de um novo organismo centralizado para tal fim; a proibição de propaganda para grupos marxistas; e, finalmente, a participação popular e a ação estatal por ‘todos [os meios] que se considerem eficientes’ para caracterizar a ‘depuração’.⁶¹

⁵⁸ A independência político-ideológica desses grupos é evidente nas estratégias traçadas de combate político. O PRT-ERP, por exemplo, foi autor de importantes atentados, ocupações e greves durante o triênio 1973-1976. Estes atos se localizam na manutenção doutrinária de guerra revolucionária anti-burguesa.

⁵⁹ Desde as eleições de março daquele ano, a esquerda peronista conquistou poder de participação institucional, elegendo governadores em importantes províncias do país, como Salta, Córdoba, Santa Fé e Buenos Aires. Pablo Augusto Bonavena analisa a depuração ideológica no PJ a partir da chamada *Ofensiva contra los gobernadores*, que depôs, perseguiu e, em alguns casos, levou a morte alguns governadores ligados às organizações da esquerda peronista. BONAVERA. *Op. cit.* Em: IZAGUIRRE. **Op. cit.**

⁶⁰ FRANCO. **Op. cit.**, p. 53.

⁶¹ **Ibidem.**, p. 51-52.

A declaração acabou projetando-se além do âmbito partidário. A necessidade de combater todas as forças de esquerda no país definiu e conferiu forma para “inimigo subversivo da nação”. O documento caracterizava como uma mesma ameaça os marxistas, os terroristas e os subversivos, todos infiltrados no Movimento Nacional Peronista. Talvez por ter sido descrito, primeiramente, como um inimigo presente no peronismo, esta chave interpretativa de quem eram a “ameaça” permaneceu no imaginário argentino nos anos seguintes e frequentemente foi confundido com o próprio movimento peronista.

Institucionalmente, a depuração partidária deu início a um distanciamento entre líder e base e, de forma mais profunda, à negação por Perón da Juventud Peronista e dos demais grupos da Tendencia Revolucionaria – situação que chegou ao limite do rompimento público, declarado em maio do ano seguinte. Dentro deste processo, o presidente firmou com os governadores provinciais e com os ministros do executivo a “Acta de compromiso de la seguridad nacional” que previa a regulamentação de leis da Revolução Argentina que haviam sido suspensas durante o governo de Héctor Cámpora. Reformulou o Código Penal, criou o Consejo de Seguridad Nacional e outras formas de centralização governamental, coordenando a ação policial e as forças de segurança nacional e provinciais. Declaradamente, a intenção deste aparato de controle era a intervenção imediata em caso de ‘delinquências’ que atentassem contra “‘a ordem pública’, com o objetivo da ‘erradicação em forma definitiva da República Argentina de todo o tipo de ação delitiva organizada’”.⁶² Somou-se a este conjunto de atos a promoção de José López Rega, então ministro do Bem Estar Social, à Comissário Geral da Polícia. “El brujo”, como ficou conhecido, foi um personagem central no combate à subversão do governo. Como chefe de polícia, lhe foi atribuída a responsabilidade do arranjo e da montagem do aparato ilegal de controle social, as organizações Aliança Anticomunista Argentina (Triple A) e o Comando Libertadores da América (braço cordobês da Triple A).

A lista de agrupações da direita peronista é tão vasta quanto aquela da esquerda do movimento. Além das supracitadas, atuaram também o Comando Peronista de la Lealtad, a Concentración Nacionalista Universitaria, o Comando Evita, a Legión Revolucionaria Peronista etc., contribuindo para o processo de disputa entre forças e promovendo o aumento da violência “civil”. Marina Franco pontua que alguns destes grupos armados da direita peronista, como o Comando Nacionalista del Norte, em Tucumán, o Comando Moralizador Pío XII e o Comando Anticomunista, ambos de Mendoza, eram forças paraestatais

⁶² FRANCO. *Op. cit.*, p. 68.

diretamente submetidas aos corpos militares de suas respectivas províncias.⁶³ A escalada das ações da direita peronista tinha como alvo principal os membros da TR, mantendo-se dentro da política de depuração determinada pelo PJ. Entretanto, os atentados ocorreram contra membros do governo, políticos e militantes de diferentes orientações de esquerda, parlamentares da oposição, advogados de presos políticos, intelectuais, jornalistas etc. Ao contar com o “auxílio” de grupos paraestatais, a depuração política extrapolava de forma ilegal e “invisível” o movimento peronista e atingia todo o país, com assassinatos, atentados a bomba, sequestros e “listas negras” que provocaram o exílio de centenas de argentinos.⁶⁴

Entre 1973 e 1974, os confrontos entre os grupos paraestatais e os de esquerda criaram certa rotina em relação à violência armada. A resposta legal do governo foi sintetizada numa política repressiva considerada “necessária” para preservar a nação. O estopim que teria justificado o acirramento da perseguição contra a esquerda guerrilheira foi a ação do ERP, em 19 janeiro de 1974. O grupo tentou ocupar uma unidade militar na cidade de Azul, na província de Buenos Aires. Em suas declarações posteriores a esta ação, Perón acentuou as críticas à ameaça marxista, organizada, localizando-a como um movimento subversivo internacional, portanto como um problema mundial, que havia se instalado na Argentina.⁶⁵ Anunciando a ameaça de uma ‘agressão integral’, ‘nos campos político, econômico, psicológico e militar’, nas palavras do presidente, os argentinos precisavam “aniquilar o quanto antes esse terrorismo criminoso” tarefa que competiria a todos os que desejassem uma pátria justa.⁶⁶ Anunciava-se, desta forma, que toda organização de esquerda passava a ser terrorista. A “juventude maravilhosa” que elegeu Cámpora e, posteriormente, permitiu o regresso do líder justicialista, tornou-se uma “organização criminosa e facciosa” e “um bando de assaltantes que evoca questões ideológicas ou políticas para cometer um crime”⁶⁷. No tradicional pronunciamento de 1º de maio, em 1974 e um mês antes de sua morte, o líder rompeu com todos os distintos grupos que compunham a JP e rechaçou, ao menos publicamente, qualquer tipo de movimento armado peronista. Entretanto, muitos dos militantes da esquerda e de direita armada optaram pela permanência nos embates violentos e, como se verá, os últimos ainda contaram com o apoio velado do governo peronista.

⁶³ FRANCO. *Op. cit.*, p. 60.

⁶⁴ As cifras dos assassinatos perpetrados pela direita variam entre mais de 400 vítimas até mais de 2.000 vítimas. IZAGUIRRE. *El mapa social...* Em IZAGUIRRE. *Op. cit.*

⁶⁵ Essas ideias da onipresença do inimigo, gestadas na Argentina, mas especialmente entre os setores militares, ainda encontrarão respaldo ideológico na etapa política seguinte, materializando-se na Doutrina de Segurança Nacional.

⁶⁶ Apud. CALVEIRO. *Op. cit.*, p. 55.

⁶⁷ Apud. VEZZETTI, 2009. *Op. cit.*, p. 71-72.

Institucionalmente, governadores e políticos peronistas que eram vinculados à esquerda do movimento sofreram processos de cassação e de perseguição, pela política de depuração ideológica intrapartidária. Tais medidas foram determinadas pela cúpula do PJ e implantadas arbitrariamente. A chamada “ofensiva contra os governadores” é o exemplo deste conjunto de ações. Eram cinco os governadores conhecidos como “governadores da Tendencia”, ou “governadores comporistas”, os de Buenos Aires, Córdoba, Mendoza, Santa Cruz e Salta. Outros dois também eram identificados com a JP, o de San Luis (Catamarca) e o de Formosa. Pablo Bonavena analisa que a bibliografia que trata do tema adota o critério para o agrupamento dos governadores em três, cinco ou sete, referindo-se “ao grau de influência que alcançou a esquerda peronista na conformação e no exercício de seus governos”, já que nenhum deles esteve ligado diretamente à guerrilha.⁶⁸ Progressivamente, aqueles simpáticos à JP, ou que apresentavam uma postura mais progressista em relação às demandas de classe, foram afastados, ou cassados, e substituídos por outros do peronismo ortodoxo. As deposições e as intervenções do governo nas instituições políticas e civis não provocaram a mobilização das massas, em defesa de seus representantes, tal como haviam lutado contra a Revolução Argentina. Tampouco estas intervenções sofreram resistência da sociedade política argentina. Esta falta de ação estaria relacionada com o próprio espectro, vago e difuso, das bases de apoio do peronismo e com o compromisso de obediência, de caráter ideológico, com Perón. Desta forma, os governadores exemplificam o distanciamento político do poder das classes, a oscilação entre a fidelidade a quem os apoiava e “a subordinação ao governo nacional que, não obstante, os expulsou de suas funções de governo”.⁶⁹

No ambiente universitário, foram implementadas normas institucionais que anularam as medidas adotadas pelo governo Cámpora e resgataram as leis de intervenção e de supressão da autonomia universitária, de 1967. As diretrizes estabelecidas, em março de 1974, pretendiam evitar que as universidades se tornassem núcleos de formações subversivas, proibindo, enfim, “o proselitismo político partidário ou de ideias contrárias ao sistema democrático que é próprio de nossa organização nacional”.⁷⁰ A lei não foi implantada sem resistência de diferentes grupos políticos, em especial da Juventud Peronista Universitária, ligada à TR, que argumentava que as novas normas se tratavam de uma reação dos ortodoxos,

⁶⁸ BOBAVENA. *Op. cit.* Em: IZAGUIRRE. **Op. cit.**, p. 162-163. O autor ainda explora a pertinência do critério de pertencer, ou não, aos grupos armados pela presença de membros nos postos de governo: “A incorporação de funcionários da Tendencia não foi uma determinação exclusiva desse grupo de governadores, já que, seguindo a divisão de cargos acordada antes das eleições [de março de 1973], esta situação se reproduziu em todos os níveis e âmbitos dos aparatos do Estado”.

⁶⁹ BONAVERA. *Op. cit.* Em: IZAGUIRRE. **Op. cit.**, p. 235.

⁷⁰ Lei 20.654, 14 de março de 1974. Apud FRANCO. **Op. cit.**, p. 96.

infiltrados no governo. De outra parte, a direita partidária denunciava, desde 1973, a “infiltração do inimigo marxista apátrida e subversivo entre docentes, alunos e autoridades”.⁷¹ A ofensiva no ambiente universitário se justificava por este ser considerado propício ao desenvolvimento de focos subversivos, dado o histórico de mobilizações e agregações políticas dentro dos centros de ensino superior.

Com este conjunto de posturas, progressivamente Perón se afastava da projeção feita sobre sua figura, pelas esquerdas do movimento. Se na década anterior os grupos militantes haviam se empenhado em combater leis e de decretos repressivos da Revolução Argentina, durante o governo peronista tiveram que lidar com a revisão e reimplementação desta política, justificada na “necessidade” de mecanismos de controle sociopolítico. Pela “ordem nacional”, o presidente instituiu leis de um governo de exceção em um governo de direito.⁷² Como tratei anteriormente, de forma extra-institucional e em nome da mesma ordem, cresciam as ações clandestinas dos grupos paramilitares, ligados ao aparato policial e governamental. Somados a estes agentes extra-oficiais de controle social, as Forças Armadas, já em 1974, também passaram a desempenhar papel colaborador no combate anti-subversivo, respaldadas pela presidência.⁷³

A estratégia política de persuasão falhou com a juventude do movimento peronista, já que Perón não conseguiu vencer politicamente a guerrilha e institucionalizar a JP. Para tal, os diferentes grupos que a compunham deveriam desistir do uso da violência, se integrar ao justicialismo e aceitar a verticalização das ordens de mando.⁷⁴ O rompimento total do presidente com a JP se deu em 1º de maio de 1974, no tradicional evento que celebra o dia do

⁷¹ FRANCO. *Op. cit.*, p. 98.

⁷² Considero a análise de Marina Franco de extremo valor para a compreensão do processo de institucionalização da repressão aos grupos da esquerda armada. Sobre o conjunto de medidas adotadas por Perón, em nome da “necessidade pública” de ordem, a historiadora avalia: “É assim que a noção de *necesidade* – fundamento das políticas estatais de exceção – estava já instalada na concepção de segurança de Perón e em todos aqueles que exigiam que a repressão fosse ‘legal’. De fato, era justamente esta noção de necessidade que permitia suspender o Estado de direito a partir de dentro do sistema legal, tal como implica o estado de sítio – medida de exceção das democracias liberais por excelência”. FRANCO. *Op. cit.*, p. 126.

Desta forma, é possível localizar o desenvolvimento do aparato legal da repressão sócio-política argentina dentro de um processo histórico maior e mais complexo do que ações pontuais dos governos militares da Revolução Argentina, ou do Processo de Reorganização Nacional. Este aparato legal foi gerado, alimentado e cresceu no imaginário do país pelos discursos da necessidade de ordem e de combate ao “inimigo interno”, anterior mesmo aos dois regimes autoritários citados. Além disso, foi igualmente – se não com maior força e poder persuasivo – propagado e difundido por Perón, durante o governo constitucional.

⁷³ A participação dos militares teve início de forma extra-oficial, na província de Tucumán. O conhecimento e permissão de Perón a este “auxílio” é tema polêmico porque o líder, publicamente, negava a necessidade da intervenção militar, já que os distúrbios seriam crimes comuns e, portanto, caberia à polícia combatê-los. Entretanto, dado o acirramento dos conflitos públicos e a iminência do fracasso do poder policial em conter a violência guerrilheira, em maio de 1974, Perón se reuniu com os três comandantes para estabelecer os limites e conversar sobre a participação das Forças Armadas no combate anti-subversivo.

⁷⁴ BONAVERA. *Op. cit.* Em: IZAGUIRRE. *Op. cit.*, p. 230.

trabalho, na Plaza de Mayo. Ali, em seu discurso à população argentina, Perón chamou a juventude do movimento de “*imberbes*” (jovens inexperientes), “mercenários”, “agentes do caos” e “inadaptados”. A troca de insultos entre a TR e o líder fez com que este último expulsasse os militantes da praça, ato que sintetizava o desejo de Perón de expulsá-los definitivamente de seu movimento. Juan Gasparini avalia os desdobramentos deste rompimento:

De nada serviria que três dias depois a JP reafirmasse sua lealdade ao líder. Em 13 de maio Perón voltou a acusá-la de infantilismo revolucionário e de querer provocar uma guerra civil que custaria um milhão de vidas, aproveitando uma vez mais para invocar a teoria dos micróbios que engendram anticorpos e destacando que o justicialismo criaria seu próprio mecanismo de autodefesa. Em 05 de junho de 1974 Perón firmou o decreto 1732, fundando o Comité de Seguridad.⁷⁵

Ao fim de 1974, a JP estava totalmente marginalizada, tanto da estrutura do governo quanto do próprio PJ. Como se verá, após a morte de Perón, as agrupações que a formavam a Juventud interpretaram de formas distintas o rompimento e, igualmente, adotaram posicionamentos díspares com o governo de Isabel Martinez de Perón. Isso porque, na medida em que avançavam as políticas repressivas, esses grupos criaram interpretações para explicar e compreender os posicionamentos do líder. Entre elas, a teoria do “cerco” analisava que as políticas adotadas pelo governo eram imposições de grupos de interesses alheios aos de Perón, que o cercavam no governo e o impediam de promover sua a “revolução nacional”. Neste sentido, José López Rega serviu como figura centralizadora dos ataques das esquerdas, que insistiam em não responsabilizar o líder peronista pela depuração interna do partido.⁷⁶

Ao longo dos meses em que presidiu pela terceira vez a Argentina, até sua morte, os pronunciamentos ambíguos de Perón garantiram a manutenção das alianças políticas e da governabilidade. Seguindo a metáfora cunhada por O'Donnell, de um comportamento pendular do líder peronista, o que se observa é que este comportamento não se restringiu apenas em assinalar para a direita e para a esquerda se seu movimento promessas e projetos. De forma igualmente pendular, Perón permitiu o balanço das ações entre as esferas legal e ilegal do poder, para tentar dar conta do controle social de que demandava seu projeto de governo. Sobre a esfera legal, foi implementado e ativado um conjunto de leis e decretos cerceadores das liberdades e dos direitos civis e, sobre a esfera ilegal, a formação e articulação das forças paraestatais, para o combate “anti-subversivo” e a eliminação da

⁷⁵ GASPARINI. **Op. cit.**, p. 68.

⁷⁶ FRANCO. **Op. cit.**, p. 111.

guerrilha. Da perspectiva dos setores da esquerda argentina havia, por um lado, as pressões dos grupos políticos da direita, ligados ao capital internacional e a burguesia “entreguista”, infiltrados no governo e que impediam a implantação dos projetos nacionalistas do líder. Por outro lado, López Rega como síntese da articulação clandestina das forças policiais e militares que atacavam o povo, o qual precisava ser defendido. Assim, nas formas legal e ilegal, a figura de Perón esteve alheia das responsabilidades sobre os conflitos nacionais.

1.5 ENTREATOS. A ASCENSÃO MILITAR NO GOVERNO DE ISABEL MARTÍNEZ DE PERÓN

Se durante a presidência de Perón, apesar de sua autoridade e ascendência política, não foi possível controlar, ou minimizar, as disputas internas dos grupos que compunham o movimento peronista, após sua morte os confrontos entre a direita e a esquerda armadas chegaram a criar uma atmosfera de guerra civil. O horizonte bélico era determinado pelos conflitos políticos e sociais; pela depuração partidária, que visava acabar com a “infiltração comunista”, dentro do peronismo e que acabou se projetando para todo o país; e pela perda progressiva da legitimidade do governo peronista e aumento da pressão militar pela retomada da ordem. Essa “guerra”, claramente de fundo ideológico e identitário, estava fortemente marcada na disputa pela hegemonia no “peronismo autêntico” e reconhecimento de qual grupo seria o portador de seu “projeto nacional”.⁷⁷ Como foi tratado até o momento, a dificuldade de ordenamento social se deu pelos distintos interesses e concepções políticas a serem implementados no governo. Numa chave explicativa simplista, podemos localizar na base do Pacto Social os agentes em conflito, responsáveis por sua desestruturação: politicamente, a esquerda e a direita peronista e as demais forças políticas que se uniram à FREJULI de setembro de 1973; economicamente, os operários, as agremiações sindicais e os empresários.

Nos pronunciamentos do início de 1974, Perón retomou as fórmulas de uma direita reacionária, o que respaldou e legitimou o combate “contra-guerrilheiro”. Ainda, as articulações com as Forças Armadas reconheciam certo fracasso na tentativa de persuasão política da JP e previam a “necessidade” de aniquilar as posições políticas radicalizadas,

⁷⁷ Como venho tentando explorar, essa disputa era indissolúvel. Entre as muitas agrupações da esquerda e da direita peronista havia um sem número de interpretações do que seria o projeto peronista autêntico. Como mencionei anteriormente, o único elemento de reconhecimento mútuo pode ter sido o conceito de *nação*. Ainda assim, os projetos para a nação, suas necessidades e as formas de implantação de um modelo de governança política eram tão díspares e difusos quanto os grupos que evocavam representá-la.

consideradas responsáveis pela “desordem social”, e presentes nos levantes populares das facções guerrilheiras.⁷⁸

Na boca de um militar, os termos aniquilamento e extermínio se referem a questões muito precisas. O aniquilamento supõe o desarme material e moral do inimigo, isto é, que não tenha capacidade nem desejo de combater. Para isso, basta ocasionar ao inimigo um dano, expresso no material e em baixas humanas, maior do que possa tolerar. Supõe, em definitivo, um uso sistemático da violência. O extermínio, em contrapartida, está em um ponto mais alto de intensidade da violência a se utilizar em combate. Refere-se à eliminação física total do bando opositor, em outras palavras, matá-los todos.⁷⁹

A formalização da participação das Forças Armadas no combate à subversão, durante o governo constitucional, culminou na formulação do Operativo Independencia (OI), em 1975, que abordarei em seguida. Antes, é necessário observar que mesmo com a crescente atuação dos militares, a participação civil nos grupos armados da direita seguiu em suas atuações armadas. Orientada pelos discursos de Perón, a sociedade passava cada vez mais a interpretar a violência da esquerda como *subversiva* e a da direita como *repressiva* e *reativa*, “apresentada inclusive, como contraguerrilha”.⁸⁰ Soma-se a este repertório a representação da sociedade como um corpo orgânico, o “corpo social” que estaria sofrendo com a “doença da subversão”. Neste imaginário evocado pelos discursos de Perón, as organizações paramilitares eram representadas como os “anticorpos” que a sociedade “teve de produzir contra o vírus subversivo” antes de estar forte e organizada para combater as ameaças, sozinha.⁸¹

Sobre o sistema representativo da chave “amigo-inimigo”, os marcos da violência política, em nível partidário e nacional, encontravam legitimidade na necessidade de aniquilação do “inimigo”. E esta interpretação da realidade nacional era compartilhada pela direita e pela esquerda argentinas. Especialmente após a morte de Perón, a escalada dos conflitos ganharam notoriedade, com assassinatos de importantes personalidades. A Triple A foi responsável por assassinatos, entre outros, do padre Mujica, membro da Ordem Jesuíta; de

⁷⁸ CALVEIRO, *Op. cit.*, p. 56.

⁷⁹ BONAVENTA. *Op. cit.*, Em IZAGUIRRE. *Op. cit.*, p. 231.

⁸⁰ VEZZETTI, 2009. *Op. cit.*, p. 78. (*grifos do autor*)

⁸¹ Esta concepção do “vírus” subversivo foi utilizada por Perón, ainda em 1973. Como venho tratando, a ideia em que se baseava essa metáfora era a da ameaça ao “corpo da nação”, a própria sociedade argentina, que necessitava formar “anticorpos”, na própria sociedade, que a protegesse da violência perpetrada pelos inimigos alheios ao ser nacional. A ideia prevaleceu no imaginário do país e foi utilizada também pelos militares, para explicar e justificar as ações de combate à guerrilha durante o período constitucional. Novaro e Palermo trazem o depoimento do contra-almirante César Guzzetti, primeiro chanceler do regime processista, de agosto de 1976, em que se utiliza dessa definição. O chanceler ainda conclui afirmando que, após a instauração do Processo de Reorganização Nacional e a tomada do Estado pelas Forças Armadas, estes anticorpos foram “assimilados”, já que, a partir de então, o governo poderia cuidar de proteger a nação. NOVARO; PALERMO. *Op. cit.*, p. 106.

políticos justicialistas, ligados à TR; de advogados de presos políticos; do ex-vice-governador de Córdoba, Atílio López; e pelo atentado contra o reitor da Universidade de Buenos Aires. Em contrapartida, o Montoneros e o ERP, além de promoverem assaltos, especialmente a acampamentos militares, assassinaram políticos e importantes membros das forças de segurança nacional, como o major Julio Argentino de Valle Larrabure. Em agosto de 1974, o Exército executou 16 presos políticos do ERP, que haviam sido presos em um assalto a Fabrica Militar de Pólvora, em Córdoba.⁸² Em resposta, a organização publicou um documento em que anunciava que para cada membro seu assassinado, um militar seria igualmente assassinado, como represália, e executou dezesseis oficiais do Exército. Nesta espiral ascendente, se projetavam as imagens de guerra civil em que se encontrava o país, mencionada anteriormente. Entretanto, perpetrada pelo ERP, pelos Montoneros ou por qualquer outra organização armada, em 1975, em um governo que traduzia constitucionalmente o voto da maioria da população, não havia mais nenhum respaldo social que legitimasse a adoção das armas como forma de expressão política.

Em fevereiro de 1975, o governo criou o OI, um dispositivo legal de perseguição e aniquilação da “guerrilha terrorista”. O Operativo, que desempenhou suas atividades na província de Tucumán, precedeu e sistematizou o que viria a ser a política de extermínio do governo seguinte.⁸³ A justificativa para este investimento era a crença na forte penetração do PRT-ERP entre os setores populares daquela província.⁸⁴ Suas ações duraram mais de um ano, até a estruturação do Estado militar.⁸⁵ Essa iniciativa do governo permite algumas observações e reflexões sobre a estruturação de um aparato repressivo que será difundido no governo seguinte como, por exemplo, a inauguração de quatorze campos de concentração –

⁸² Gasparini. **Op. cit.**, p. 76.

⁸³ Segundo Matías Artese e Gabriela Roffinelli, o decreto que criava o OI autorizava o Exército a realizar “todas as todas as operações militares a efeito de neutralizar ou aniquilar o acionar de elementos que atuam na província de Tucumán”. Decreto do Poder Executivo Nacional, nº 261/75. Apud. ARTESE, Matías; ROFFINELLI, Gabriela. *Guerra y genocidio em Tucumán. Tucumán, 1975-1893*. Em: IZAGUIRRE. **Op. cit.**, p. 317.

Ainda segundo os autores, outros três decretos, de outubro de 1975, autorizaram o Exército a atuarem não apenas em Tucumán, mas em todo o país.

⁸⁴ Esta crença era devida à expressão política do partido. O PRT, desde 1965 (entes da criação de seu braço armado), exercia influência nos sindicatos das indústrias açucareiras da província e elegeu deputados provinciais em Tucumán. ARTESE; ROFFINELLI, *Op. cit.* Em: IZAGUIRRE. **Op. cit.**, p. 316.

Entretanto, de acordo com Novaro e Palermo, o PRT-ERP não teria exercido tanto poder de atração entre a população operária e camponesa da região, durante os anos 1970, agregando à organização pouco mais de uma centena de militantes. O governo teria utilizado a “ameaça guerrilheira” como desculpa para a perseguição de objetivos mais amplos do que o foco de oposição armada. NOVARO; PALERMO. **Op. cit.**, p. 90.

⁸⁵ Segundo Osvaldo Bayer, a guerrilha do ERP foi derrotada entre novembro e dezembro de 1976. BAYER. **Op. cit.**, p. 98-103.

dentre eles: La Perla, El Olimpo e La Cacha.⁸⁶ Sobre as ações legais de combate à guerrilha e ao terrorismo na província de Tucumán, Inés Izaguirre analisa o número de mortos e desaparecidos comparativamente, na província e no país, antes e depois do início do regime militar. Segundo os índices apresentados, a autora conclui que houve, aproximadamente, o dobro de mortos e desaparecidos em Tucumán em relação ao resto do país, em 1975. Após a instalação do Processo, esta mesma província teve os índices mais baixos, em relação à média nacional. “O que se verifica é que [o Operativo Independência] se tratou de um ‘ensaio’ do que se planejava no país a partir da instalação da ditadura militar”.⁸⁷ Entretanto, se o Exército esteve encarregado da repressão, desde 1975, e se parte do corpo administrativo que compôs o governo processista também compôs o governo de Isabel Perón, o OI não compunha uma quebra institucional no processo de repressão e controle social. Na realidade, segundo analisa Hugo Vezzetti, as modalidades repressivas e ilegais “havia sido admitidas sem maior conflito pelo peronismo e por boa parte da oposição”.⁸⁸ Desta forma, observa-se o aprofundamento qualitativo da tendência autoritária do período. O Operativo foi apenas uma das medidas que contribuíram para conferir às Forças Armadas autonomia para o combate anti-subversivo, além de aumentar seu poder de pressão sobre o governo respaldado pela conjuntura de violência social. Crescia, na opinião pública, a circulação e defesa de um universo de significados em torno da ‘eliminação’, ‘erradicação’ e ‘aniquilação’ do inimigo subversivo. Isso criava solo fértil para a igualmente crescente demanda por uma intervenção militar no cenário político, além do respaldo à suas ações, na tarefa de combate contraguerrilheiro.⁸⁹

A análise do período constitucional deve levar em consideração uma dupla problemática: a construção de representações de inimigo interno, que vem de longa data no imaginário nacional, e a excepcionalidade institucional crescente, em um governo de direito. Como afirma Hugo Vezzetti, o governo autoritário que sucedeu o governo constitucional

[...] não necessitou criar novas imagens ou visões sobre a violência revolucionária ou o fantasma da subversão. Tudo já estava dito numa construção discursiva que retomava e ampliava os motivos da segurança nacional, nascidos nas Forças Armadas, instaladas nos discursos da direita, no Partido Justicialista (PJ) e no sindicalismo e, finalmente, consagrados com caracteres próprios pelo grande enunciador da política que foi Perón: a criminalidade, o caráter “apátrida” e o complot internacional, a ideia ampliada da subversão, a apelação

⁸⁶ *La Parla* teria sido o “único campo de concentração e extermínio de prisioneiros que foi desenhado e construído para este fim”, em setembro de 1975. IZAGUIRRE. *Op. cit.* Em: IZAGUIRRE. **Op. cit.**, p. 114.

⁸⁷ IZAGUIRRE. *Op. cit.* Em: IZAGUIRRE. **Op. cit.**, p. 113-114.

⁸⁸ VEZZETTI. **Op. cit.**, p. 67.

⁸⁹ FRANCO. **Op. cit.**, p. 159.

nacionalista, inclusive o argumento sobre as debilidades da lei para reprimir as novas formas de insurgência. Dois núcleos centrais do discurso com que a ditadura buscou justificar seu empenho de repressão e extermínio já estavam cunhados desde 1974: primeiro, a violência guerrilheira foi a que iniciou o conflito e obrigou as forças de ordem a responder a uma provocação que não buscaram; segundo, a subversão havia nascido de um impulso alheio, estranho a sociedade argentina.⁹⁰

Antecipando a análise do golpe que depôs Isabel de Perón, em 1976, e dentro do conjunto de fatos que calçaram a intervenção militar, o final do período democrático foi marcado pela enorme projeção que o problema da violência alcançou, servindo para tapar outros níveis de conflitos de enorme gravidade no país, de caráter político, econômico e social.⁹¹

Assim, considero que é possível identificar três representações explicativas da realidade argentina, criadas no período. Em primeiro lugar, a existência de dois pólos opostos, que se confrontam em disputa, conferiram à violência um caráter auto-explicativo. Em segundo lugar, surgiram entre estes dois extremos, e alheios às suas disputas, as figuras do “povo”, da “sociedade” e da “nação”. Por último, as Forças Armadas aparecem no centro da cena política como única força, igualmente alheia àqueles conflitos de interesses, que poderia combater esses extremos. Ainda, como desdobramento desta terceira representação, os militares teriam se projetado como a própria força da população, da nação e da sociedade, armada não em nome de projetos ideológicos, mas em nome da defesa da nação. Em linhas gerais, a construção e a circulação da representação do “subversivo”, como aquele “outro” que ameaça a sociedade e conferiu a esta um sentido de união e de identificação próprio, por oposição àquela ameaça, que será sustentado ideologicamente, pela concepção integralista dos militares. Nesta oposição “nós-eles”, a violência e a aniquilação “deles” torna-se justificada em nome da “nossa” proteção. É o que tentarei apresentar no capítulo que analisa o Processo de Reorganização Nacional.

⁹⁰ VEZZETTI, 2009. **Op. cit.**, p. 74.

⁹¹ FRANCO. **Op. cit.**, p. 170.

2 CARTAZES DA ESQUERDA ARGENTINA: SENTIDO E REPRESENTAÇÕES DO PERÍODO CONSTITUCIONAL

“[...] ‘toda luta, toda revolução, exige indefectivelmente o sacrifício de uma geração ou de uma coletividade’ já que a revolução não se faz com palavras elevadas, senão ‘com sociedade, com sangue, com suor, com vidas humanas’”.⁹²

No presente capítulo, pretendo explorar a formação e a ação dos grupos da esquerda argentinos, durante o governo constitucional, com especial atenção aos grupos peronistas. Esse capítulo está dividido em duas partes, sendo a primeira um debate e análise da formação ideológica da juventude que compôs a militância destes grupos, seu desenvolvimento e suas ações, durante a Revolução Argentina. Na segunda parte, apresentarei a análise do governo justicialista e a relação complexa que manteve com a militância da esquerda peronista, a partir das representações produzidas em seus cartazes. As apropriações que fizeram das ordens do líder e como as representaram, durante os anos de governo constitucional, é o objetivo central deste capítulo.

2.1 ANOS 1960 E A FORMAÇÃO DA NOVA ESQUERDA ARGENTINA

São diversos os fatores que possibilitaram a formação de grupos armados no cenário político argentino. Internamente, após a proscrição do peronismo em 1955, a sociedade buscou se reorganizar para que os setores sociais, especialmente os sindicatos peronistas, pudessem participar das decisões e da vida política no país. Isso porque os governos seguintes buscaram, sistematicamente, desarticular os órgãos representativos inaugurados durante os dois primeiros mandatos de Perón (1945-1955). Como expus no primeiro capítulo, a falta de legitimidade institucional gerou uma crise na representatividade. Explorei, de forma introdutória, que a luta armada foi o meio encontrado por grupos de interesses políticos afins, como consequência do fechamento dos canais de negociação com empresas e com o governo, promovido pelo regime militar da Revolução Argentina. Com o aumento da violência social, de caráter reivindicativo, a Revolução estabeleceu leis que definiam como “subversivos” e “inimigos da nação” todos aqueles que se organizassem fora de suas instituições de base e com finalidade de exercer algum tipo de pressão política ou econômica. Nesse momento, o ataque legal era direcionado, especialmente, para o setor sindical, fortemente mobilizado e que não encontrava na CGT nacional representação de seus interesses classistas.⁹³ Com o

⁹² Oscar Terán citando J. J. Sibrelí. Em: TERÁN, Oscar. **Nuestros años sesenta**: La formación de la nueva izquierda intelectual en La Argentina 1956 - 1966. Buenos Aires: Puntosur, 1991, p. 137.

⁹³ A CGT Nacional era controlada por representantes do governo nomeados, ou por setores colaboracionistas deste, como a Unión Obrera Metalúrgica.

mesmo sentido, outras formas de cerceamento foram implementadas contra o setor estudantil, considerado gerador da indisciplina social e “berço da subversão”. Somam-se a estes elementos outros, em desenvolvimento no cenário internacional. A conjunção dos fatores internos e externos contribuiu para uma escalada da violência política, com início em 1969 e que duraria até 1979.⁹⁴

Nas décadas de 1940 e 1950, uma geração formou, na expressão de Maria Matilde Ollier, sua “subjetividade política originária”, de caráter heterodoxo e que precedeu uma iminente identidade revolucionária. Apesar de apresentar traços divergentes, esta subjetividade continha um traço comum, “um estilo de fazer política próprio daqueles anos [1940-1950], segundo o qual os conflitos se localizavam no marco do paradigma amigo/inimigo”.⁹⁵ Esses jovens cresceram num tempo em que vigorou no país a antinomia peronismo/antiperonismo e viveram a rotina de perseguições políticas – primeiramente aos antiperonistas e, após 1955, aos peronistas. Sob estas referências e junto com estas imagens da política, aqueles jovens conheceram um mundo que fazia da liberdade individual, da justiça e da verdade os pilares que deveriam sustentar qualquer modelo social desejável.⁹⁶

Nos anos 1960, as ideias do período peronista ainda permaneciam presentes em alguns segmentos sociais argentinos. Vivo dentro de setores trabalhistas e manifestando-se como movimento sócio-político clandestino, o peronismo foi debatido e interpretado, naqueles anos, por distintos grupos. É importante assinalar como cresceu o reconhecimento da penetração social do peronismo no período. O primeiro fato importante que contribuiu para essa transformação de perspectiva foi capacidade organizativa e de obediência política ao líder proscrito, manifestada nas eleições de 1957.⁹⁷ Em segundo lugar, a constatação de que o partido que organizou e sobre o qual se sustentava o movimento operário argentino não era o Partido Socialista, mas sim o movimento peronista. Progressivamente, além do operariado,

⁹⁴ Adoto de maneira simbólica os anos de 1969 e 1979. A violência política não pode ser datada com um início e um fim, especialmente no caso argentino. A adoção dessas datas é para definir o período de maior mobilização e ação de grupos, com posicionamentos e propostas políticas claras, assim como era claro, também, a crença de que apenas pelo meio da luta política suas metas seriam alcançadas. Desta forma, os fatos adotados para esta marca simbólica são o *Cordobazo*, de maio de 1969, e o fim dos Montoneros, após a chamada “Contraofensiva Montonera”, de 1979, organizada pela cúpula do grupo a partir do exílio.

⁹⁵ OLLIER, Maria Matilde. **De la revolución a la democracia**: Cambios privados y políticos de la izquierda argentina. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009, p. 16.

⁹⁶ *Ibidem.*, p. 17.

⁹⁷ Neste ano, seguindo a orientação que Perón mandou do exílio, mais de dois milhões de eleitores votaram em branco para as eleições parlamentares. Em: ROMERO. **Las ideas políticas en Argentina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1998, p. 271. De acordo com Oscar Terán, o alinhamento com as orientações de Perón quebrou a crença de que os votos peronistas, durante período em que esteve no governo, seriam fruto da fraude, da coerção e da manipulação de opinião. Em: TERÁN. **Op. cit.**, p. 50.

outros setores se agregaram ao peronismo, constituindo-o como traço político identitário.⁹⁸ O reconhecimento dessas aproximações entre a população e a doutrina justicialista, provocou importantes reflexões que tiveram como consequências novas concepções teóricas e conceituais, que aliavam o peronismo e as ideologias tradicionais de esquerda.

Um exemplo da identificação dos movimentos sócio-políticos com o peronismo foi a capacidade de atração, organização e representação política dos sindicatos junto ao empresariado nacional, desde a década de 1950. As esquerdas tradicionais argentinas, que em sua concepção ideológica atribuíam papel central à classe operária como agente transformador das condições históricas, lançaram novo olhar sobre este sindicalismo, em decorrência de sua projeção nos debates e nas negociações pelos direitos trabalhistas. Indiretamente, ao identificar-se como peronista, a classe trabalhadora possibilitava às esquerdas a projeção deste movimento como a força capaz de superar o atraso econômico, subverter a ordem política e defender seus interesses.

De forma paralela, enquanto surgiam movimentos guerrilheiros por toda a América Latina, que se propunham como alternativa à esquerda tradicional (particularmente aos seus partidos comunistas), a guerrilha argentina se formou como questionadora dos partidos políticos tradicionais e, com maior ênfase, quis fazer frente ao reformismo e ao legalismo dos setores sindicais.⁹⁹ Também eram opositores a estratégia política traçada pelos partidos da esquerda reformista, como o Partido Comunista (PC) argentino, que defendia a “revolução burocrático-burguesa” e a via pacífica para o socialismo.¹⁰⁰ Para os novos agrupamentos políticos, em fase de radicalização, a opção era destruir o aparato militar do governo da Revolução Argentina, ao invés de firmar alianças com a grande burguesia – compreendidas por eles como representante dos interesses liberais e imperialistas. A missão das esquerdas argentinas previa, como as demais vanguardas de sua época, conduzir e liderar a luta de libertação nacional, junto com os trabalhadores, ou o povo, e tomar o poder. Segundo Juan Gasparini, nesta concepção ideológica defendida pelos grupos, as *puebladas* pareciam coroar o protesto unindo da classe operária, do campesinato e dos pequenos produtores agrícolas (no

⁹⁸ TERÁN. *Op. cit.*, p. 50.

⁹⁹ Considero importante relembrar que o sindicalismo peronista era dividido entre grupos progressistas e conservadores. Nesta realidade, a guerrilha argentina fazia frente ao ramo conservador do sindicalismo, considerado por estes como colaboracionistas de um “governo burguês” em detrimento da defesa dos interesses classistas. Como mostrei no capítulo anterior, este ramo estava representado principalmente pela CGT nacional e pela UOM.

¹⁰⁰ ALTAMIRANO. *Op. cit.*, p. 88.

momento em que surgiam as Ligas Agrárias) e dos setores estudantis, compondo uma crescente e generalizada oposição.¹⁰¹

Os jovens que na infância presenciaram os bombardeios da Plaza de Mayo, no final dos turbulentos anos sessenta, também assistiram outros episódios de violência social. Comporiam o repertório de exemplos de luta pela liberdade e pela transformação social o maio francês, os motins em Washington, o assassinato de Martin Luther King, o desfecho da Primavera de Praga, a Revolução Cultural chinesa e a longa guerra no Vietnam.¹⁰² Entretanto, nada teria o peso adquirido pela Revolução Cubana, como experiência revolucionária produtora de um horizonte de expectativas que justificaria a intensificação da mobilização e da ação política combativa e revolucionária. A Revolução Cubana alimentou a esperança e a expectativa de mudança radical, em oposição ao progressismo defendido pela esquerda tradicional. Assim:

O estrondo daqueles sucessos e a eficácia daqueles discursos induziam [...] a convicção de haver ingressado em uma nova época, dentro de um mundo sacudido pela incorporação na história de milhões de homens até ontem, marginalizados, enquanto o socialismo havia deixado de ser o episódio de um país encurralado para converter-se em um vasto e poderoso campo econômico e político que incluía a quase um bilhão de homens.¹⁰³

O caráter nacional da experiência cubana conferiu novo rumo para a militância argentina. Naquele momento, a militância “anti-imperialista” tornou-se a força ideológica dentro das esquerdas, opondo-se a orientação do Partido Comunista Argentino. Desta forma, o liberalismo deixou de ser interpretado como uma etapa importante para o desenvolvimento do país e passou a ser visto como uma característica intrínseca ao subdesenvolvimento nacional. Sob esta interpretação, os liberais foram considerados anti-argentinos e a favor do imperialismo. A experiência cubana ainda “serviu como ponte entre esquerda, nacionalismo e peronismo, transformando a esquerda que se ‘nacionalizou’, demonstrando que o socialismo não era feito pelos partidos políticos, mas sim pelos movimentos nacionais, como o peronismo”.¹⁰⁴

A consequência desta constelação de fatos, somados às novas concepções teórico-ideológicas, como as que alinhavam o marxismo ao existencialismo sartreano e aos dogmas católicos, foi o desenvolvimento de uma ampla variedade de matizes políticos de esquerda.

¹⁰¹ GASPARINI, **Op. cit.**, p. 39.

¹⁰² **Ibidem.**, p. 45.

¹⁰³ TERÁN. **Op. cit.**, p. 135.

¹⁰⁴ Silvia Sigal. Apud. ATAMIRANO. **Op. cit.**, p. 89.

Juntamente com a esquerda tradicional, passaram a atuar na vida política argentina grupos chamados de “nova esquerda”, designação que se refere, especialmente, à esquerda peronista. No início da década de 1970, formavam a esquerda nacional: Partido Comunista (PC, alinhado com o Partido Comunista Soviético e o marxismo ortodoxo), Partido Socialista de los Trabajadores (PST, trotskista), Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT, trotskista) e Partido Comunista Revolucionário (PCR, maoísta).¹⁰⁵ Os grupos que defendiam a luta armada eram sete: Fuerzas Armadas Revolucionarias (FAR, marxistas-peronistas); Fuerzas Armadas de Liberación (FAL, marxistas-leninistas); Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP, trotskistas-guevarista); Guerrilla para el Ejército de Liberación (maoísta-nacionalista). Ainda, outras três organizações eram peronistas de esquerda, Fuerzas Armadas del Pueblo (FAP); Descamisados e Montoneros.¹⁰⁶ Estas últimas, a partir de 1974, acabaram definindo seu método de atuação política dentro da concepção de “guerra total”, de orientação guevarista, e em nome da revolução nacional, contra o governo. A maior radicalização desta postura se deu a partir do governo de María Estela Martínez de Perón (1974-1976) e nos primeiros anos do Processo de Reorganização Nacional. Segundo Hugo Vezzetti, os partidos marxistas ortodoxos eram contrários à guerrilha por considerar que suas ações “não somente estavam dissociadas das práticas efetivas dos setores operários e populares, senão que favoreciam o bloco reacionário que buscava aprofundar um curso repressivo sobre o setor social”.¹⁰⁷ Entretanto, com a radicalização política ascendente do período, estes grupos foram vozes dissonantes.¹⁰⁸

Esses grupos estiveram no centro da vida política institucional e social, durante os anos 1970. Foram os atores que, segundo Marcos Novaro e Vicente Palermo, acabaram por desempenhar um papel trágico na disputa pela implantação de um projeto político na Argentina.¹⁰⁹ Desde a eleição de Héctor Cámpora, até o rompimento com o Perón e a passagem para a clandestinidade, a esquerda argentina usou de símbolos e códigos, comuns à cultura visual do país, para comunicar e manifestar suas diretrizes e opções de ação política.

¹⁰⁵ ANGELL, Alan. *As esquerdas na América Latina pós 1930*. Em: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: a América Latina pós 1930: Estado e política**. São Paulo: Edusp, 2009, p. 471-546.

¹⁰⁶ No ano de 1974, o Montoneros acabou agregando as FAP, as FAR e os Descamisados, que compunham um grupo maior e genérico, dentro da Juventude Peronista, as Organizações Armadas Peronistas (OAP).

¹⁰⁷ VEZZETTI, 2009. **Op. cit.**, p. 71.

¹⁰⁸ A exceção evidente, entre os partidos marxistas, foi o PRT, cujos membros também eram militantes de seu braço armado, o ERP.

¹⁰⁹ NOVARO, PALERMO. **Op. cit.**, p. 88.

Definido pelo universo de fontes analisadas, o presente capítulo está dividido em quatro sub-capítulos temáticos, mais ou menos dispostos de acordo com uma cronologia de acontecimentos.

2.2 A CAMPANHA DE 1973

Em dezembro de 1972, durante a rápida passagem que fez pela Argentina, Perón reuniu em sua casa diversos líderes políticos e, a portas fechadas, articulou as alianças para as eleições presidenciais de março do ano seguinte. O Gran Acuerdo Nacional previa que as eleições de 1973 fossem um meio de manutenção institucional do governo militar e, desta forma, o presidente Lanusse esperava conseguir apoio político para manter-se no poder. Conscientes e críticos desta estratégia, muitos dos grupos da nova esquerda argentina foram contra a participação do peronismo no pleito. De acordo com suas concepções revolucionárias, defendiam o boicote às eleições e a volta imediata de Perón, independente da autorização do governo militar. Apesar da fidelidade ao líder peronista, no início daquele ano, as FAR publicaram um documento em que refutavam a via eleitoral escolhida por Perón e afirmavam que as eleições eram uma manobra de controle da população e que, mesmo com grande participação nos votos, os trabalhadores não teriam representatividade política efetiva.¹¹⁰ Com a aproximação da campanha e a reiteração das ordens de Perón para que se articulasse uma força eleitoral ampla, essas vozes dissonantes perderam força e se dissiparam, em uma aposta na mudança pela via democrática. Durante os meses em que durou a campanha, o país viveu uma grande euforia causada pela mobilização da militância JP e pela esperança de ver o regresso, do líder proscrito à presidência.

O compromisso de Perón com o governo da Revolução foi o de não participar da campanha de março de 1973. Entretanto, desde a formação da FREJULI, em novembro, estava claro o sentido da candidatura de Cámpora e Solano Lima. A propaganda eleitoral sugeria promessas de mudanças sociais, por meio da “revolução nacional”, possível após a vitória do peronismo e do retorno de Perón, em seguida. A expectativa sobre a vitória que traria o líder de volta foi sintetizada nas frases de ação “Dependência ou liberdade”, “Cámpora ao governo, Perón ao poder” e “Perón Vuelve”. Ainda, sob as articulações da JP e dos Montoneros – em disputa aberta com os neoperonistas –, os ditos se prolongavam em “Luche y Vuelve” e “Perón o Muerte”.¹¹¹

¹¹⁰ Em: *Perón proscrito: el símbolo de la imposibilidad del régimen de integrar al pueblo a la continuidad imperialista*. Fevereiro/março de 1973. Apud. BONAVENTA. *Op. cit.*, Em: IZAGUIRRE. **Op. cit.**, p. 146.

¹¹¹ GASPARINI, p. 44.

O primeiro documento do período, um cartaz da campanha de março, traz elementos importantes que sintetizam a atmosfera da fórmula Cámpora-Solano Lima:

Documento 1 "Todos al Frente" (1972)

Na parte superior do cartaz da campanha, lê-se: “Todos para a Frente – Cámpora-Solano Lima”.¹¹² Abaixo, destaca-se a fotografia Cámpora e de Vicente Solano Lima, seu candidato a vice. A autoria do cartaz está na parte inferior direita, Frente Justicialista de Liberación e, à sua esquerda, vemos uma composição justaposta das letras “P” sobre um “V”, formando a sigla “PV”.

Predominam na imagem as cores da bandeira argentina, o branco e o azul, que ganham destaque sobre o fundo preto e evidenciam o caráter nacionalista da campanha. O texto superior está colorido horizontalmente, reproduzindo não apenas as cores, mas também sua disposição na bandeira nacional. Também na fotografia que ilustra o cartaz, os tons de cinza e branco originais foram coloridos com tons de azul, destacando as figuras dos candidatos. Estes têm as mãos direitas levantadas e fazem com os dedos um sinal de “V”.

Ao gesto registrado na imagem se atribuem interpretações e sentidos vinculados, especialmente, a ideia de *vitória*. Em época de campanha eleitoral, como o da produção desse documento, o “V” ganha sentido duplo que associa a vitória eleitoral à indicação de *vote*, destinada ao observador/eleitor. Para as eleições de março de 1973, este gesto ganhou um novo sentido agregado. A partir desta campanha o “V” passou a sintetizar, entre os peronistas, a evocação política “Perón Vuelve” e a sigla PV representava sua contração. Esta sigla ainda carregava um simbolismo importante daquele momento, compondo “uma síntese gráfica onde se unem o líder justicialista e a juventude de seu partido”.¹¹³

É possível identificar quatro elementos simbólicos que sintetizam o projeto de união nacional, encabeçado pela FREJULI, nesse cartaz eleitoral. São eles: 1) as cores da bandeira argentina; 2) a palavra “Todos”; 3) o gesto único, mas de múltiplos sentidos, da letra “V”; e 4) a execução desse gesto pelos candidatos que representam as alas progressista e conservadora do PJ. O conjunto de códigos que compõe a mensagem reforça a expectativa da época sobre o que viria a ser o governo de Cámpora: a promessa de conciliação das distintas forças políticas que se confrontavam ao mesmo tempo em que combatiam, isoladas, o governo autoritário; e a pacificação e exultação nacional em nome do projeto peronista. Sobre a conjunção destes elementos, o PV e o gesto dos dedos em “V”, projetam a presença fantasmagórica de Perón que voltaria com a vitória da Frente. Como apresentado no primeiro capítulo, seguindo as propostas da Pauta Programática da FREJULI e abrindo mão da defesa do boicote às eleições, os setores mais radicalizados à esquerda do peronismo ratificaram seu apoio a Cámpora. Essa

¹¹² Os conteúdos textuais dos cartazes estarão traduzidos no corpo da pesquisa. As traduções para o português foram feitas pela autora.

¹¹³ LÓPEZ, Marcela; KOGAN, Gabriela. **Quiera el pueblo votar: un siglo de campañas políticas en imágenes**. Buenos Aires: Del Nuevo Extremo, 2007.

estratégia se baseava na crença de que o caminho eleitoral, defendido pelo “verdadeiro Perón”, era a estratégia política que garantiria o retorno do líder e, com ele, da autonomia dos trabalhadores, para só então promover a “Revolução Nacional”.¹¹⁴

De acordo com as concepções da esquerda peronista, sustentáculo da eleição de Cámpora, “[...] o peronismo era uma força revolucionária, que sob a condução de Perón havia iniciado um processo de libertação interrompido em 1955”.¹¹⁵ Sob esta crença, não apenas o líder peronista havia sido desalojado do poder, mas também o povo argentino tinha perdido sua autonomia e primazia nos processos nacionais. Somente com o regresso do peronismo essa situação poderia ser revertida. Esta constatação carregava a crítica àquele momento que vivia o país. Nos próximos dois cartazes da FREJULI, é possível observar esta ideia e, juntamente com ela, a esperança de transformação futura com a vitória da Frente.

¹¹⁴ O'DONNELL. **Op. cit.**, p. 414. Nos discursos dos anos 1973 e 1974, Perón evoca o caráter singular do país e, por tanto, de “nuestra revolución” que seria uma “revolução em paz”. Esses discursos estão em: <http://www.ruinasdigitales.com/discursos-de-peron-1972-1974/> (consulta em agosto de 2012).

¹¹⁵ ALTAMIRANO. **Op. cit.**, p. 91.

17 años así

**PARA TERMINAR CON EL DESASTRE,
POR LA RECONSTRUCCION NACIONAL**

FRENTE JUSTICIALISTA DE LIBERACION

Documento 2 “17 años así” (1972)

17 años así

**PARA TERMINAR CON EL DESASTRE,
POR LA RECONSTRUCCION NACIONAL**

FRENTE JUSTICIALISTA DE LIBERACION

Com um texto de linguajar objetivo, característico das campanhas eleitorais, os dois cartazes acima se diferem apenas pela fotografia que trazem ao centro. Em uma disposição que intercala texto e imagem, os elementos gráficos dos cartazes são: texto introdutório; fotografia, ao centro; texto conclusivo; e autoria, que indica a opção política para onde se deseja persuadir. Os textos trazem como conteúdo: “17 Anos assim – Para terminar com o desastre – Pela reconstrução nacional – Frente Justicialista de Libertação”. A frase-título introduz e evoca o sentido da denúncia, que está representada nas fotografias centrais, ao mesmo tempo em que antecipa a concepção de seus autores sobre os (até então) dezessete anos de proscrição política do peronismo.

A tradição de fazer críticas públicas em pichações e *graffitis* está representada na adoção tipográfica da *pintada* para o texto do título.¹¹⁶ De maneira metafórica, o cartaz dividiria o espaço público com os *graffitis*, mas se sobreporia a eles, assumindo seu lugar durante a campanha eleitoral. A escolha estética pela *pintada*, feita na propaganda, busca identificar-se com o público familiarizado com esta forma de manifestação, ao mesmo tempo em que soma à estética o conteúdo de denúncia e de crítica política, igualmente comum a esse repertório visual. A mensagem elaborada buscava convencer o futuro eleitor de que a FREJULI reconstruiria a nação e terminaria com o “desastre” dos últimos anos. O nome da Frente em caixa alta laranja sobre o fundo preto desempenha um sentido simbólico importante para fins propagandísticos em uma disputa eleitoral. O estímulo provocado pelo laranja, na composição das cores, cumpre a função de atrair os observadores/eleitores indecisos.¹¹⁷

Além das mensagens objetivas dos textos, cada um dos cartazes traz uma fotografia, ao centro, que ilustra os dezessete anos avaliados pela Frente como desastrosos. No Documento 2 a imagem que desempenha esta função é uma foto onde se identificam dois policiais, da cintura para baixo, de costas e armados. Ambos arrastam um homem que está de barriga para baixo. A crítica ao governo está na associação deste com os policiais e se manifesta na imagem da forma violenta como pegam o homem pela roupa, até quase arrancá-la, cada um segurando por um braço, enquanto o arrastam pelo chão. Observa-se a metáfora do discurso opositor, cujo conteúdo afirmava que as forças governamentais agiam sobre o povo, que era “arrastado” contra a sua vontade e tinha um futuro incerto sob as ações do governo repressivo, tal como o homem da fotografia. Objetivamente, a realidade apresentada na fotografia trata

¹¹⁶ *Pintada* era o jargão daqueles anos para os *graffitis* políticos feitos nas ruas. Em: INDIJ, Guido. **Gráfica política de izquierdas. Argentina 1890-2001**. Colección Registro Gráfico. Buenos Aires, Ia Marca Editora, 2006, p. 20.

¹¹⁷ MOLES, *Op. cit.*, p. 95.

dos conflitos entre a sociedade e o governo e da espiral crescente de violência cotidiana, iniciada em 1969.

Alguns exemplos dessa repressão governamental contra os grupos da esquerda se deram dentro das universidades, como na *Noche de los bastones largos*, em 1966. A repressão estudantil estimulou a formação de alianças entre diferentes setores como operários, trabalhadores urbanos e rurais e frações da pequena burguesia. Progressivamente, “gerou a formação de forças sociais em confronto e incipientes destacamentos armados”.¹¹⁸ O ápice deste processo de formação, como mencionado no primeiro capítulo, foram as mobilizações sociais conhecidas como *azos* e *puebladas*. A resposta institucional para esse tipo de levante popular estava prevista desde 1968, em um documento chamado *Operaciones psicológicas*. Segundo Izaguirre, as diretrizes destas operações foram estabelecidas após o término do treinamento doutrinário de setores das Forças Armadas argentinas na Escola Francesa de Guerra Revolucionária e configurariam traço central dentro das Forças até a ditadura seguinte.¹¹⁹ Neste documento

[...] estavam previstas ‘todas as ações compulsivas, persuasivas e sugestivas assim como os métodos, técnicas e meios’ ilegais que caracterizaram o terrorismo de Estado, desde a sabotagem até a tortura de prisioneiros e sua clausura em campos clandestinos, caracteriza não como tal, obviamente, mas como *operaciones sociológicas no convencionales*.¹²⁰

Enquanto o governo militar compreendia o campo popular como subversivo e inimigo, impondo-lhe técnicas repressivas tais como o combate, o controle e a prisão; a proposta eleitoral da FREJULI o reconhecia como a base de sustentação para a reconstrução nacional. Ao associar a violência policial com o governo, de forma análoga o homem agredido da fotografia tornava-se toda a população argentina e a FREJULI tornava-se o observador crítico que, consciente daquela situação, seria capaz de transformá-la.

O Documento 3 traz a imagem de uma criança sobre um fundo branco. Segundo Abraham Moles, a escolha estética por uma figura sem o seu entorno, como no caso da foto do cartaz, traz os conceitos de corte e de isolamento, com “ausência de gravidade, continuidade e fechamento da forma”.¹²¹ Esta caracterização do autor nos ajuda analisar as mensagens implícitas na imagem da criança que ilustra os “dezessete anos de desastre”, de

¹¹⁸ IZAGUIRRE, Inés. *El mapa social...*, Em: IZAGUIRRE, Op. cit., p. 77.

¹¹⁹ A partir da década de 1970, as Forças Armadas argentinas orientaram-se para práticas militares norteamericanas, alinhando-se com aquele país no combate à subversão interna.

¹²⁰ *Ibidem*, p. 84. (grifo do original)

¹²¹ MOLES, p. 98.

acordo com seus elaboradores. Apresenta-se uma criança de traços indígenas, com olhar desolado para o observador e que segura suas roupas sujas com ambas as mãos. É possível que a escolha desta criança queira associar seus traços com os povos originários da América do Sul que, nos discursos da esquerda, foram explorados pelos “interesses imperialistas”, desde o processo de colonização. Desta forma, pode-se inferir que, assim como a criança que se torna independente, a Argentina deveria igualmente tornar-se independente da exploração liberal-imperialista.

Essa sugestão de análise indica o quadro econômico do período. Os interesses do capital internacional se manifestaram na economia argentina nos índices de investimento. Entre 1967 e 1969, o fluxo de capitais foi intenso apenas nos investimentos de retorno imediato, enquanto os investimentos e empréstimos em longo prazo foram nulos, assim como também os investimentos diretos. Esses dados geraram críticas dos setores econômicos nacionalistas que argumentavam que o governo praticava um “entreguismo”, orientado em benefício do capital transnacional.¹²² O período também foi marcado pela queda acentuada da produção agrícola, tornando-o o principal setor prejudicado daqueles anos. De forma geral, houve um aumento da produção industrial, associado ao aumento da taxa de exploração, ou seja, a diminuição do valor do salário diário. Entretanto, se alguns setores econômicos se beneficiaram, os impactos desfavoráveis do programa econômico se dirigiram contra o setor popular. Segundo analisa Guillermo O’Donnell, regiões inteiras foram marginalizadas dos circuitos de acumulação nacional, durante o triênio.¹²³

Assim, é possível inferir que o cartaz busca relacionar o aspecto material apresentado pela figura da criança – traços físicos, roupas e postura – com a situação econômica das classes baixas do país: sua pobreza e falta de acesso a saneamento e à infraestrutura. Como afirmei, a escolha estética pela a fotografia recortada, que destaca apenas a criança fora de um ambiente determinado, pretende evocar a representação de insegurança e de desamparo social.

Além deste universo de representações econômicas explorado, a imagem evoca outros elementos simbólicos, desenvolvidos durante o período peronista clássico (1945-1955). De acordo com Maria Helena Capelato,¹²⁴ o peronismo produziu uma propaganda voltada para a representação humana, cujo sentido metafórico e alegórico enaltecia os valores de justiça

¹²² O’DONNEL, *O programa de normalização. 1967-1969. Op. cit.*, 1990, p. 153-202.

¹²³ O’DONNEL. *Op. cit.*, p. 191.

¹²⁴ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: Propaganda política no varguismo e no peronismo.** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

social.¹²⁵ Soma-se a estas representações, a evocação da ideia de povo-nação: aquele desprotegido e desamparado pela ausência, de seu “pai”, líder e “amigo”, Perón.¹²⁶ Além desse repertório simbólico peronista, o signo da criança também carrega outros sentidos mais genéricos e profundamente internalizados na cultura ocidental, que dialoga com a mensagem do cartaz. Segundo Jean Chavalier e Alain Gheerbrant,

A criança traz a representação do futuro, porém de um futuro baseado na ‘simplicidade natural’, na ‘espontaneidade’ que pode indicar ‘uma vitória sobre a complexidade a ansiedade, e a conquista da paz interior’, da ‘autoconfiança’.¹²⁷

Relacionados, os sentidos da figura da criança podem comunicar que o presente de carência e de descaso das autoridades com os setores mais frágeis e vulneráveis do país encontrará, no retorno do peronismo, o conforto e o amparo social que estes segmentos demandavam. Ao mesmo tempo em que denuncia, por inferência, que a sociedade está abandonada e “pede ajuda”, ou “atenção” – imagem reiterada pelo olhar da menina na foto –, aponta que a resposta a este pedido e a “vitória futura” virá com a eleição da FREJULI.

O último elemento gráfico apresentado no documento analisado é a figura da mão que faz do gesto do PV, registrando sua autoria pela JP. Na escolha deste símbolo reforça-se a mensagem de que Perón estava unido ao povo argentino, mas, especificamente, pode sugerir que o líder estaria comprometido com as futuras gerações.

Apesar da forte referência crítica ao governo militar, a mensagem central dos cartazes é a de que o presente de violência e de desamparo em que estava o país era consequência do período de proscrição política do peronismo. As articulações entre o texto e as imagens compõem a denúncia do “desastre” e da “destruição” social, ao mesmo tempo em que anunciam um futuro de transformações. De acordo com as Pautas Programáticas da FREJULI, o plano econômico propunha para os setores rurais, a reforma agrária; para os setores urbanos, um regime cooperativo na indústria, com os acordos que seriam estabelecidos, entre CGE e CGT; para a pequena burguesia urbana, previa a reforma do sistema financeiro, para reverter a

¹²⁵ CAPELATO. **Op. cit.**, p. 276 e 63.

¹²⁶ A construção da imagem de Perón como “pai e amigo” do trabalhador/povo teve o sentido de reiteração do poder político das camadas trabalhadoras argentinas. Essa reiteração conferiu grande poder de adesão e apoio das massas no governo peronista (1945-1955) e permaneceu, como se percebe, como paradigma da participação política no país. Em: CAPELATO. **Op. cit.**, p. 63-66. Na campanha de 1973, pode-se afirmar que a figura de Cámpora, como o candidato peronista, acabava encarnando o justicialismo e o próprio Perón, ausente.

¹²⁷ CRIANÇA. Em: CHAVELIER, Jean; GHEERBRENT, Alain. **Dicionário de símbolos**. Mitos sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. 8 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1994.

desnacionalização das entidades de crédito privado, ocorrida nos anos anteriores; e para a sociedade mobilizada politicamente, se comprometia com o fim das leis repressivas e da tortura.¹²⁸

Ao final da leitura desses dois últimos cartazes, concluí-se que seus elaboradores pretendiam apresentar a solução efetiva para as denúncias feitas: a Frente Justicialista de Liberación traria fim àquele cotidiano e promoveria a “reconstrução nacional”.

Ao analisarmos as três fontes disponíveis sobre a campanha de março de 1973, uma característica comum às três se destaca: o uso da fotografia como forma escolhida para ilustração imagética. Em um cartaz, o uso da fotografia diminui o nível de sua abstração e aumenta sua iconicidade, que é a capacidade de uma imagem de representar com maior exatidão o mundo real.¹²⁹

O primeiro cartaz apresentava a fotografia dos candidatos da Frente. Apesar da iconicidade da imagem ter sido afetada com a alteração das cores originais para tons de azul, esta alteração não a afasta da realidade, mas a aproxima da associação dos candidatos à “causa nacional”, apresentada nas cores da bandeira. Nos cartazes seguintes, a representação do mundo real ficou a cargo de fotografias que, em suas imagens, fazem denúncias ao governo militar. Como se vê, a iconicidade das imagens é metonímica, representando o todo pelas partes apresentadas: o justicialismo e o Perón, nas figuras de Cámpora e de Solano Lima; o “desastre” da Revolução Argentina, nas fotografias de violência e abandono social; e a própria sociedade, nas figuras do homem agredido e da criança desamparada. As fotografias ainda cumprem uma última finalidade, importante em qualquer campanha eleitoral: a de convencimento e de persuasão de seu público/eleitor para as críticas e/ou propostas apresentadas para o futuro.

¹²⁸ Ver capítulo 1.

¹²⁹ MOLES, p. 97.

DEFENDER LA VICTORIA

Los combatientes del Pueblo encarcelados
son prisioneros de un Régimen que terminará el
25 de MAYO.

Son Héroes de la Liberación, Compañeros
del Pueblo, Defensores de la Patria.

**NI UN SOLO DIA DE
GOBIERNO PERONISTA
CON
PRESOS POLITICOS
COORDINADORA PERONISTA PARA LA
LIBERTAD DE LOS PRESOS POLITICOS**

Com uma forma estética totalmente distinta dos primeiros três cartazes analisados, este não apresenta imagens ou figuras, trazendo toda sua mensagem em seu conteúdo textual: “Defender a vitória – Os combatentes do Povo encarcerados são prisioneiros de um Regime que terminará em 25 de maio. – São Heróis da Libertação, Companheiros do Povo, Defensores da Pátria. – Nem um único dia de governo peronista com presos políticos – Coordenadoria Peronista para a Liberdade dos Presos Políticos”. O destaque da tipografia escolhida para a frase que ocupa a parte central do cartaz revela o caráter reivindicatório do documento, que era o de que se cumprisse uma promessa de campanha da FREJULI de liberdade dos presos políticos do regime militar.

O cartaz reforça a busca de identificação com os demais grupos da militância de esquerda, já que reiterava que não haveria um único dia de presos políticos, durante o governo peronista. A ideia implícita no título do cartaz é a de convocação para as eleições de março de 1973. Esta ideia estaria presente na afirmação “Defender a vitória”, que se refere diretamente à vitória de Héctor Cámpora e, indiretamente, como se está demonstrando, dos setores da esquerda que apostaram na via eleitoral e apoiaram sua campanha. Neste sentido, seria possível analisar este cartaz como uma convocação, ou anúncio, de um dos fatos mais importantes em termos de mobilização popular deste período de redemocratização, o *Devotazo*. Seu nome refere-se ao presídio de Villa Devoto, em Buenos Aires e a mobilização na noite de posse de Cámpora, para que os presos políticos fossem libertados e anistiados imediatamente – o que ocorreu, como tratei anteriormente. Entretanto, o sufixo *azo* revela a dimensão desta mobilização. Com caráter insurrecional, semelhante ao Cordobazo ou ao Rosariazo, e apesar de seu nome se referir ao quartel em Buenos Aires, o Devotazo se projetou pelas principais prisões da Argentina e obteve destaque nacional. De acordo com Inés Izaguirre, a importância do movimento, único na história do país, “e provavelmente do mundo”, é comparável à tomada da Bastilha, por seu poder de contestação do monopólio da força do Estado.¹³⁰

Por último, a análise da frase “Os combatentes do Povo encarcerados são prisioneiros de um Regime que terminará em 25 de maio” possibilita projetar, em sua mensagem, a percepção dos grupos ligados à TR que, a partir da posse de Cámpora, deram início a uma sequência de ocupações e tomadas de instituições públicas, para pôr fim à administração da ditadura que se encerrava. O Devotazo teria sido, neste momento, o primeiro e mais significativo passo nas ações que visavam a destituição das antigas organizações burocrático-

¹³⁰ IZAGUIRRE. *Op. cit.*, p. 82.

administrativas para dar início a uma nova fase, a fase do governo peronista. Segundo esta fonte analisada, o futuro governo peronista considera os militantes “do povo” (os presos políticos das organizações d esquerda) como “heróis da libertação, companheiros do povo [e] defensores da Pátria”.

A disputa entre as forças revolucionárias (esquerda peronista) e as forças contrarrevolucionárias (da direita peronista), lançou suas raízes durante o governo de Cámpora.¹³¹ Fabían Neivas avalia que estas poucas semanas em que durou o governo foram decisivas para dar forma aos grupos que entrariam em confronto aberto na etapa política seguinte, o governo de Juan Perón.¹³²

Estas disputas e a dimensão da violência que elas alcançaram estão representadas nas fontes a seguir, que tratam da recepção de Perón, em 20 de junho de 1973, no aeroporto de Ezeiza, Buenos Aires.

2.3 EZEIZA

O cartaz que segue é de autoria do Ejercito Revolucionario del Pueblo 22 de agosto (ERP 22 de agosto),¹³³ convocando a população para receber Perón no aeroporto, e apresenta vários elementos importantes para a discussão das interpretações e das ideologias das esquerdas argentinas durante a primeira metade da década de 1970.

¹³¹ Como tratei no Capítulo 1, o foco das disputas se centralizou entre os diferentes grupos peronistas que apoiavam o governo, da esquerda e da direita do movimento. Claro está que as forças políticas atuantes naquele momento não se circunscreviam ao peronismo, mas foi dentro deste movimento que estas disputas alcançaram projeção.

¹³² NEIVAS, Fabían. *Del Devotazo a Ezeiza. Guerra de posiciones en junio de 1973*. Em IZAGUIRRE. **Op. cit.**, p. 119-142.

¹³³ O ERP 22 de agosto era uma facção peronista dentro da organização trotskista Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT).

EL ERP 22 DE AGOSTO AL PUEBLO

El 20 de junio se concreta una de las reivindicaciones más sentidas por nuestro pueblo.

Ese día terminan 18 años de exilio para el máximo dirigente popular de la Argentina: el General Juan Perón.

Esos 18 años significaron para nuestro pueblo persecución, torturas, secuestros, fusilamientos, conintes, planes de emergencia, cobardes asesinatos como el de Trelew, hambreadamiento, explotación y entrega del patrimonio nacional al imperialismo Yanqui.

Pero también esos 18 años de lucha marcaron un avance irrenunciable en la conciencia revolucionaria de nuestro pueblo.

Las organizaciones guerrilleras - como el ERP 22 de Agosto - son la más alta expresión de ese avance.

Decimos una vez más que el proceso revolucionario no ha terminado, sino que está en marcha. Y es nuestra decisión recorrer el camino hacia la patria socialista junto a la clase trabajadora y a todo el pueblo, y no al margen de ellos.

Por eso hoy, ante la llegada del General Perón, llamamos a nuestro pueblo a movilizarse para recibirlo con las consignas de la liberación nacional y la patria socialista.

**¡Difundir, consolidar y profundizar el triunfo popular!
¡A vencer o morir por la Argentina Socialista!**

No cartaz acima, se lê:

Em 20 de junho se concretiza uma das reivindicações mais sentidas por nosso povo.

Nesse dia terminam os dezoito anos de exílio para o máximo dirigente popular da argentina: o Gal. Juan Perón.

Esses dezoito anos significaram para nosso povo perseguição, torturas, sequestros, fuzilamentos, Conintes, planos de emergência, covardes assassinatos como os de Trelew, fome, exploração e entrega do patrimônio nacional ao imperialismo Yanki.

Mas também esses dezoito anos de luta marcaram um avanço irrenunciável na consciência revolucionária de nosso povo.

As organizações guerrilheiras – como o ERP 22 de agosto – são a mais alta expressão desse avanço.

Dizemos uma vez mais que esse processo revolucionário não terminou, mas sim está em marcha. E é nossa decisão percorrer o caminho até a pátria socialista junto com a classe trabalhadora e com todo o povo, e não à margem deles.

Por isso hoje, diante da chegada do General Perón, chamamos nosso povo para mobilizar-se para receber com as consignas da libertação nacional e a pátria socialista.

Difundir, consolidar e aprofundar o triunfo popular!

Vencer ou morrer pela Argentina Socialista! [¹³⁴]

O texto faz referência a momentos importantes para a história da nova esquerda argentina. A primeira delas é, certamente, a proscrição do peronismo desde 1955, com a deposição de Perón. Os anos de seu exílio são considerados, de acordo com o texto elaborado pelo grupo, como anos de perseguição, torturas, sequestros, fuzilamentos, assassinatos, fome, exploração e expropriação do patrimônio nacional. A expressão “nosso povo” tem um sentido ambíguo sobre aqueles com quem se busca se identificar. A expressão pode, genericamente, se referir a todos os argentinos ou, especificamente, se referir aos grupos de esquerda. Em ambos os casos, afirmam que a volta do líder político é o evento mais esperado e importante das últimas décadas. A construção da mensagem coloca todo o país (“nosso povo”) na mesma condição de expectativa e júbilo do grupo, convidando-o para que compareça em Ezeiza juntamente com as organizações guerrilheiras e com o PRT-ERP 22 de agosto. O caráter de união entre trabalhadores e militantes fica claro na manifestação do desejo-meta de “percorrer o caminho até a pátria socialista junto com a classe trabalhadora e com todo o povo, e não à margem deles”.

¹³⁴ Refere-se ao Plano de Comoção Interna (Conintes). “O Plano foi criado por Perón, em 1948, sobre a forma de um decreto de emergência que estabelecia a jurisdição militar entre atos *terroristas* que criaram um estado de ‘Comoção interna do Estado’. Em 1960, foi atualizado e aplicado por Frondizi, sob pressão militar, para reprimir as grandes greves [iniciadas] a partir da grande greve do Frigorífico Lisandro de La Torre [1959], e daquelas que a seguiram como ferroviários e bancários, cujos ativistas foram [participar] militarizados. Em: IZAGUIRRE. **Op. cit.**, p. 73. (Grifos do original)

Destaco, nesta referência, a evocação da memória de resistência à repressão ao campo popular, nas décadas anteriores ao documento. A pesar de ter sido criado no governo de Perón, o ERP evoca, em seu texto, o Conintes levado a cabo durante os anos 1960, portanto, durante o exílio do líder político que exalta.

A mensagem segue com referências positivas ao desenvolvimento de uma luta política armada ao longo dos anos de espera e de perseguição. Esse “avanço irrenunciável” teria levado o povo a um estado de “consciência revolucionária” e, segundo o cartaz, neste processo o ERP-22 seria a “mais alta expressão” da luta pela liberdade do país e pela construção da “pátria socialista”. Essa afirmação dos autores é tributária da fundação da facção “22 de agosto” dentro do ERP. Durante a campanha de março de 1973, o Ejército cindiu em duas principais organizações: o ERP-Fracción Roja e o ERP 22 de agosto.

Desde sua fundação, o PRT defendia a “revolução socialista”. Durante o IV Congresso do partido, (1968-1970), a luta armada foi considerada a estratégia principal para tomar o poder no país, definindo sua forma de ação política que fundou o grupo armado ERP.¹³⁵ Nas ações e relações do PRT-ERP com seus pares peronistas (Montoneros e FAR), ficava evidente a discrepância entre eles. Enquanto o primeiro considerava a luta contra a ditadura como o início da guerra revolucionária pelo socialismo, os demais tinham como objetivo levar a diante a mesma luta, mas para conseguir o regresso de Perón e o final da proscricção do peronismo. Ou seja, da perspectiva do ERP, os peronistas defendiam uma “luta burocrático-burguesa”.¹³⁶ Entretanto, em 1972, parte dos militantes trotskistas ficou presa com os peronistas, em Trelew, todos acusados pelo governo militar de “subversão apátrida”. O desfecho da tentativa de fuga, com o assassinado dos 16 militantes de esquerda, provocou reorientações e dissonâncias dentro do Partido. Na medida em que avançaram os debates sobre as eleições de 1973, estas diferenças se acentuaram. Um grupo expressivo dos militantes defendeu o processo eleitoral como via revolucionária, claramente adotando o discurso da “revolução pacífica”, pregado pelos peronistas. Outro grupo, sustentando as orientações ideológicas do partido, defendia o boicote às eleições. Houve, então, a separação destes dois grupos e a formação de duas forças: a primeira orientada para o peronismo e que apoiou a candidatura de Cámpora, fundou o PRT-ERP 22 de agosto.¹³⁷ Como se vê, este documento assinala as transformações e reorientações ideológicas pelas quais passaram os grupos armados da esquerda argentina. Na mensagem de mobilização para receber Perón, o ERP-22 se apresenta como síntese deste processo, valorizando-se como o resultado positivo da

¹³⁵ Todos os membros do PRT faziam parte do ERP. Além destes, outros militantes não filiados ao partido também compunham o Ejército.

¹³⁶ CALVEIRO. **Op. cit.**

¹³⁷ Nota-se que o nome faz menção à data do Massacre de Trelew e, portanto, reitera o caráter identitário do grupo com o fato histórico e as decorrências políticas dele resultantes, ao mesmo tempo que marca a nova posição política do grupo.

união entre as ideologias da esquerda tradicional com os valores justicialistas, ao mesmo tempo em que se identifica com ambos.

GLORIA A LOS HEROES DE EZEIZA

CASTIGO A LOS ASESINOS

Documento 6 "Gloria a los heroes de Ezeiza" (1973)

O cartaz traz, como elementos textuais, os dizeres: “Glória aos heróis de Ezeiza”, “Castigo aos assassinos”. A primeira frase abre o cartaz e, portanto, indica sua mensagem, enquanto a última o conclui com a exigência de justiça aos responsáveis pelo confronto que ocorreu no aeroporto, em 20 de junho, chamando-os de assassinos.

Diferente do cartaz anterior, e assemelhando-se com os demais cartazes da amostragem analisada, este documento traz uma fotografia, ao centro. Nesta foto, é possível identificar sete homens que se debruçam, estendendo a mão a um oitavo homem, caído abaixo destes. Nas articulações possíveis, entre texto e imagem, a fotografia cumpre uma função de *revelação* da mensagem exposta. De forma ambígua, revela que os “heróis de Ezeiza” foram aqueles que, como os homens que se debruçam, ajudaram a população atacada. Ao mesmo tempo, o homem caído, violentado pelas “forças inimigas” e que se ergue, após a batalha é, igualmente a personificação do herói que se levanta, apesar das adversidades, e segue com sua “missão”. De maneira igualmente ambígua, esta imagem também representa, metaforicamente, o “povo” e os militantes das organizações de esquerda, que na mensagem construída são um único sujeito. Como foi sintetizado no texto do cartaz anterior, as organizações da esquerda buscavam atrelar sua imagem a do povo, identificando-se com ele, ao mesmo tempo em que, segundo as ideologias hegemônicas do período, o conduziria à libertação. Assim, todos os oito homens do cartaz são o “povo-herói”, vitimizado pelas forças inimigas.

Apenas é possível inferir a autoria do documento. Como foi demonstrado, o aparato de segurança dispensado para a recepção de Perón estava armado e organizado, militarmente, para coagir os grupos de esquerda e as demais “forças populares” que foram até o aeroporto. Desta forma, conclui-se que a autoria do documento seja das organizações de esquerda e, como se verá, essa conclusão se baseia pelas relações discursivas e representacionais que os grupos fizeram de seus militantes e o tipo de discurso que direcionavam ao seu público/observador.

2.4 TRELEW

Como aparece em algumas fontes analisadas, a evocação memorialística da resistência, ou mesmo da luta revolucionária das esquerdas argentinas contra um “inimigo da nação” é forte e recorrente. Durante o período constitucional, possivelmente pela participação que as esquerdas tiveram no governo, foi possível a produção de obras que evocam esta memória

heróica. Neste sentido, o número considerável de cartazes sobre o Massacre de Trelew é digno de nota e de análise, já que este fato foi agrupado com outros momentos considerados históricos, para a esquerda peronista.¹³⁸ Como assinala Juan Gasparini:

As bandeiras anti-oligárquicas e anti-imperialistas, levantadas pela ‘tendência revolucionária’ do peronismo recuperavam a todos os 22 de agosto aos Heróis de Trelew e ao mito de Evita, em sua inesquecível renúncia.¹³⁹

O retorno a um governo democrático, especialmente um governo peronista que em seu discurso se alinhava com as demandas das esquerdas, possibilitaram que, em agosto de 1973, houve solenidades em comemoração memorialística do massacre do ano anterior.

O fato histórico que cartazes evocam, teve início em 15 de agosto de 1972, quando cento e dez prisioneiros políticos, encarcerados na prisão de Rawson, capital da província de Chubut, tentaram fugir. Eram membros e diretores das organizações armadas ERP, FAR e Montoneros. Desta centena de presos, vinte e cinco conseguiram escapar para o aeroporto da cidade de Trelew. Por problemas de organização e coordenação, somente seis conseguiram embarcar em um avião sequestrado por outros guerrilheiros que os levou ao Chile, país governado, naquele momento, pela Unidad Popular. Os demais dezenove presos que não conseguiram fugir, sem impor resistência, se entregaram às forças do governo que chegaram ao aeroporto. Dentre eles estavam Ana Villareal de Santucho, Clarisa Lea Place, Pedro Bonnet, Eduardo Capello, Carlos Alberto del Rey, Mario Delfino, José Mena, Miguel Polti, Humberto Suárez, Humberto Toschi e Jorge Alejandro Ulla (membros do PRT-ERP); Mariano Pujadas, Susana Lesgart, María Angélica Sobelli (dos Montoneros); e Carlos Astudillo e Alfredo Kohon (das FAR). Ainda compuseram esta lista Ricardo René Haidar (dos Montoneros), María Antonia Berger e Alberto Miguel Camps (ambos das FAR). Estes últimos três sobreviveram ao episódio.

Após serem capturados, os dezenove presos foram levados à base aeronaval Almirante Zar, a poucos quilômetros do centro da cidade, onde estavam presentes jornalistas e advogados de direitos humanos. Estes últimos estavam presentes ao local com a intenção de proteger os militantes recapturados de qualquer tipo de violação.¹⁴⁰ Na madrugada de 22 de

¹³⁸ Faço esta observação porque, das fontes do triênio 1973-1976, as referentes à Trelew certamente são as de maior número e variedade autoral.

¹³⁹ GASPARINI. *Op. cit.*, p. 40.

¹⁴⁰ Entre os presentes, estava o juiz da cidade de Rawson, Alejandro Godoy. Entretanto, sua presença como autoridade judicial não garantiu que o grupo pudesse entrar na base aeronaval e garantisse a segurança e a legalidade de qualquer tipo de punição para os presos. Em: BAYER. *Op. cit.*, p. 94.

agosto, os mesmos dezenove fugitivos foram retirados de suas celas e, no interior da base naval, foram executados por uma rajada de tiros de metralhadora.¹⁴¹ Ricardo René Haidar, María Antonia Berger e Alberto Miguel Camps sobreviveram ao atentado porque na hora se aproximaram outras pessoas da base, alheias às ordens de execução. Após a notícia do massacre, foi pelo depoimento desses três sobreviventes que se conheceu os detalhes daquela noite.¹⁴² Anos depois, durante o governo do Processo de Reorganização Nacional, Ricardo, María Antonia e Alberto Miguel foram sequestrados e hoje constam na lista de desaparecidos desta última ditadura.¹⁴³

Os cartazes produzidos em agosto de 1973 são de diferentes órgãos e grupos, mas que, de maneira geral, manifestam a mesma mensagem heróica que mencionei acima. A seguir, analisarei duas destas fontes, cujo estilo e formato evocam as publicações policiais dos “procurados” – fotos de rostos, dispostas em grade, num cartaz. O que se percebe é a busca pela equiparação do sentido deste tipo de comunicação: sem outros detalhes estéticos, apenas os rostos reproduzidos, conferem tom de urgência e seriedade à imagem.

¹⁴¹ BAYER. *Op. cit.*, p. 94.

¹⁴² IZAGUIRRE. *Op. cit.*, p. 85.

¹⁴³ BAYER. *Op. cit.*, p. 94.

Documento 7 “Trelew 22 de agosto de 1972 La Pátria Fusilada” (1973)

**FUSILADOS EN TRELEW
EL 22 DE AGOSTO DE 1972**

TRIBUNAL POPULAR PARA LOS ASESINOS

**ACTO DE CONMEMORACION
22 DE AGOSTO 19HS PLAZA CONGRESO
ADHIEREN
ARTISTAS PLASTICOS EN LUCHA**

Documento 8 "Fusilados en Trelew" (1973)

O documento 6 é um cartaz em preto e branco que traz os textos “22 de agosto de 1972”, em preto sobre fundo cinza – quase ilegível, na imagem –, e “A Pátria Fuzilada”, escrito em caixa alta branca. Abaixo, como mencionei, apresenta dezesseis fotos dos rostos dos prisioneiros assassinados sumariamente, em agosto de 1972. A data refere-se à memória do evento que a mensagem do cartaz evoca: o Massacre de Trelew; enquanto a frase “A pátria fuzilada” desempenha uma relação metonímica do todo, *pátria*, pela(s) parte(s), *presos assassinados*. Entretanto, pela composição estética das fontes nos textos, é possível perceber maior destaque a mensagem da “pátria fuzilada” do que à memória do Massacre. Isso porque a relação estabelecida entre os militantes e a ideia de *pátria* sugere, por inferência, que os ideais pelos quais os presos assassinados lutavam, e pelos quais morreram, seriam a própria *pátria*, a própria nação (fuzilada). Neste sentido, texto e imagem estabelecem uma relação de colaboração por meio da qual constroem uma única mensagem: a de que os jovens mortos são a pátria morta. Nesta relação, o texto cumpre a função de revelar a metáfora *jovens-pátria*, presente na grade de fotos dos presos assassinados. Mais adiante será possível verificar, em outros documentos, como esta ideia foi forte e recorrente, tendo sido reproduzida de diferentes formas.

Dando prosseguimento à análise das fotografias presentes no cartaz e de seu sentido é possível perceber que, de maneira distinta aos cartazes policiais, aquelas fotos não são de registros oficiais. Duas delas são recortes de uma fotografia célebre dos presos, no momento em que foram recapturados, no aeroporto, em Rawson.¹⁴⁴ Como mencionado na análise dos três documentos da campanha da FREJULI, o uso de uma fotografia pretende representar o mundo real de forma fiel. Neste documento específico, revela com exatidão os rostos daqueles que foram fuzilados pela ditadura, um ano antes, conferindo maior credibilidade à denúncia de seus assassinatos. Desta forma, o documento 6 apresenta como mensagem a denúncia memorialística do “fuzilamento sumário da pátria”, pela Revolução Argentina, em 22 de agosto do ano anterior.

O documento 7 vem com a mesma forma das fotografias em grade. Entretanto, no lugar o cartaz apresenta gravuras que representam as fotos originais. Como se verá, a mensagem que traz também é distinta do documento anterior. No cartaz, se lê: “Fuzilados em Trelew – O 22 de agosto de 1972 – Tribunal popular para os assassinos – Ato de comemoração 22 de agosto, às 19 horas na Praça do Congresso – Aderem Artistas Plásticos em Luta”. Somos

¹⁴⁴ Refiro-me às duas fotografias do lado superior direito, recortes de uma imagem capturada por Emilser Pereira, na noite do dia 22 de agosto e publicada no livro “*En negro y Blanco. Fotografías del Cordobazo al Juicio de las Juntas*”. Buenos Aires: Argra, 2006. Em: BAYER. **Op. cit.**, p. 93.

informados, então, que se trata de um cartaz de propaganda para um ato cívico, realizado em 22 de agosto de 1973, por ocasião de um ano do Massacre de Trelew. Segundo o cartaz, o ato tinha como objetivo a convocação de um tribunal popular para o julgamento dos assassinos dos dezesseis militantes, um ano antes. O tribunal popular não ocorreu. De fato, não houve, até 2007, nenhuma investigação ou julgamento sobre o Massacre de Trelew.¹⁴⁵

A identificação da autoria do cartaz, na parte inferior, atribuída aos “artistas plásticos mobilizados e em luta por justiça aos presos assassinados”, ajuda a compreender alguns elementos estéticos que diferenciam este documento do anterior. É possível citar, como exemplo, a escolha de reproduzir as fotografias dos presos assassinados de forma gráfica. Segundo o que venho trabalhando, em relação a função e o sentido de um cartaz político, sua intenção para com o público alvo torna-se muito diferente da função de denúncia memorialística do documento 6. Isso porque não interessa aos autores deste cartaz fazer uma revelação dos assassinatos, ou tratá-los como “o assassinato da pátria”. Interessa-lhes comunicar que, dado a realidade deste fato, ocorrido um ano antes, seus autores convocam toda população para uma mobilização, um ato público, que teria como objetivo a “comemoração” em memória do Massacre. Ainda, é possível inferir que a escolha de representar as fotos de maneira gráfica manifesta a homenagem destes artistas mobilizados, por meio de seu trabalho, aos militantes mortos.

Os próximos dois cartazes sobre o Massacre de Trelew trazem a figura da *mão*, um signo carregado de sentidos de mobilização popular. Entretanto, a forma como representam este símbolo comunicam ao público mensagens distintas.

¹⁴⁵ Dentro de uma perspectiva dos direitos humanos, Osvaldo Bayer e seus colaboradores consideram este julgamento “o mais importante levado a cabo na Argentina democrática”, depois do das Juntas Militares do Processo de Reorganização Nacional. BAYER. **Op. cit.**, p. 110.

Documento 9 "Trelew: la patria fusilada" (1973)

Documento 10 “Han muerto revolucionarios” (1973)

O documento 8, “Trelew: la patria fusilada”, traz a figura de uma mão, branca sobre o fundo preto. Sobre esta figura estão dispostos os conteúdos textuais. Acima, com fonte serifada em caixa alta, distinguindo-se do restante dos textos, está o título. Abaixo do título, também em caixa alta, a referência a data “22 de agosto de 1972”; na parte central direita, a lista de nomes dos dezesseis presos políticos assassinados em Trelew; e, abaixo o texto, em caixa alta: “22 de fevereiro de 1973 – O sangue derramado não será negociado”. Conclui a leitura dos textos da imagem a autoria do cartaz, creditada à Coordenadoria peronista para a liberdade dos presos políticos.

Como afirmei anteriormente, a figura da *mão* carrega um conjunto de sentidos ligados à ideia de trabalho e de combate. Especialmente dentro do repertório visual das esquerdas, a mão em punho fechado evoca o poder e a força das lutas populares. No caso da imagem no cartaz, essa mão tem uma ferida que sangra e, associada ao conjunto textual, apresenta um buraco de metralhadora. Ao mesmo tempo, essa imagem evoca a lembrança da mão de Cristo, ferida e com a presença da chaga da crucificação – representação forte no repertório visual cristão-ocidental.

De forma semelhante ao que discuti na análise do documento 6, aqui também está apresentada a metonímia em que *os presos fuzilados são a pátria*. Entretanto, como se percebe, a representação dos presos é feita por meio da gravura de uma mão “morta”. Assim, o documento constrói relações de ideias por inferências: a gravura da mão fuzilada representa as vítimas do Massacre e estas vítimas representam a pátria. De forma intrínseca e velada, ao evocar a memória da chaga de Cristo faz-se a associação deste “mártir da humanidade”, segundo o repertório cristão, aos mártires da pátria, criando a mensagem de que os prisioneiros de Trelew foram vítimas de uma execução injusta, por defenderem uma ideia.¹⁴⁶

A última informação que o cartaz nos dá refere-se à sua autoria e ao seu propósito. A Coordenadoria peronista para a liberdade dos presos políticos não era um grupo oficial dentro do Partido Justicialista, pertencendo, na realidade à Juventud Peronista. Desde a data do Massacre, de forma crescente, ocorreram levantes universitários e ocupações por todo o país, em forma de protesto contra os fuzilamentos. Ainda, as mobilizações se juntavam a todos os outros protestos e levantes, do período, que visavam acelerar o final da ditadura. Acreditavam que, somente sem as leis de segurança da Revolução Argentina, seria possível alguma forma

¹⁴⁶ Ainda nesta linha interpretativa e analítica, a evocação do repertório visual religioso se justifica não apenas pela Argentina ser formada por uma maioria católica, o que auxilia na veiculação dessa mensagem associada, mas também pela formação ideológica dos grupos guerrilheiros dos quais os militantes faziam parte. O exemplo notório é o grupo guerrilheiro Montoneros. Como é sabido, e explorarei mais profundamente na seção que trata do grupo, o Montoneros se originou como um grupo católico militante de esquerda.

de justiça contra as execuções, o que, como vimos na análise do documento 7, não chegou a ocorrer.

Finalizando o conteúdo da mensagem, o texto “O sangue derramado não será negociado” faz referência direta com a imagem da ferida de bala, na mão, que sangra. É possível afirmar que a representação do sangue que escorre presentifica o assassinato, na imagem de que o “sangue ainda escorre”, ou ainda que “a ferida permanece aberta”. Essa referência reforça a ênfase da negativa em negociar-se a ação dos oficiais da Marinha e, ao mesmo tempo, reivindica suas condenações.

O documento 9 é o único desta série cuja arte recebe a assinatura de um artista específico. O cartaz em preto sobre o fundo vermelho traz acima, em fonte manuscrita, seu título: “Mataram revolucionários – Viva a Revolução!”. Emoldurado na parte inferior da figura central, lê-se em branco sobre fundo preto: “Trelew – 1972 • 22 de agosto • 1973”. As datas, como já pude explorar, referem-se a memória de um ano do Massacre de Trelew. Na sequência de leitura da parte textual há uma lista disposta em quatro blocos cada um com quatro nomes dos dezesseis assassinados. Então o cartaz conclui seu conteúdo com a frase: “Homenagem do Movimento Nacional de Solidariedade e da Revista Nuevo Hombre a um ano do Massacre”. A relação do texto revela que, enquanto a frase-título confere um tom de denúncia à mensagem a que será vinculada, na parte inferior fica a intenção de seus elaboradores de prestar uma homenagem à memória dos militantes revolucionários mortos em 1972.

Na ilustração de Carpani, aparece a figura de um homem caído de barriga para cima, com a mão sobre o peito. Ao redor deste homem, há sombras de outras figuras humanas, que lembram a memória dos dezesseis presos políticos mortos. O ambiente é cercado por um muro alto de vigília, que pode ser associado à base aeronaval de Zar, onde ocorreram os fuzilamentos. Entre o corpo do homem e o muro, emerge um enorme punho fechado, símbolo das lutas populares e da força do povo, unido. Assim, de forma distinta dos cartazes apresentados até o momento, na mensagem deste cartaz, os militantes assassinados não estão diretamente ligados a ideia de “pátria assassinada”. A *pátria* está viva e é chamada para a revolução, mensagem presente na associação do punho erguido com a frase “viva a revolução!”, numa evocação à mobilização política e popular.

O desenho que ilustra o cartaz faz parte da primeira fase artística de Ricardo Carpani, conhecida como “período da certeza”, que compreende as produções feitas entre os anos das décadas de 1960 e 1970. O artista plástico e militante político da ‘esquerda nacional’ teve o

marxismo como formação político-ideológica. Entretanto, ao entrar em contato com o peronismo, no final dos anos 1950, tornou-se simpatizante do movimento e, assim como outros artistas e intelectuais do período, articulou este último às doutrinas da esquerda ortodoxa. Durante o “período da certeza” produziu trabalhos gráficos, murais e pinturas militantes para diferentes grupos políticos argentinos e para a rama peronista do sindicalismo bonaerense, a CGT dos Argentinos.¹⁴⁷ Como vemos na figura apresentada no cartaz, uma característica forte deste período foi o conjunto de “traços monolíticos de colossais figuras operárias, que se constituíram como protótipos emblemáticos da gráfica política argentina dos anos 1970”.¹⁴⁸ Entre os anos 1972 e 1973, Carpani esteve em encontros e reuniões de artistas plásticos militantes na América Latina. Dentre eles, o *Encuentro de Artistas del Cone Sur*, realizado no Chile, em 1972, e por duas vezes, em Havana, participou das reuniões anuais do *Encuentro de Plásticas Latinoamericana*. Em 1974, exilou-se na Espanha, impossibilitado de ficar no país, convulsionado politicamente.¹⁴⁹ Sua formação e militância política ficam evidentes em suas obras e, como no cartaz, se faz presente pela evocação gráfica dos revolucionários mortos articulada com a frase de ação “viva a revolução!”.

Ainda, os recursos estéticos escolhidos para a composição do documento auxiliam nesta mensagem de homenagem e mobilização. O dano e a alteração da cor na digitalização não prejudica a análise do cartaz. De acordo com Abraham Moles, o vermelho é “uma cor dinâmica, criadora de entusiasmo, erótica [e] violenta”.¹⁵⁰ O caráter erótico do vermelho, associado ao dinamismo e a evocação da ideia de luta criada pela mensagem final do cartaz faz referência a própria ideia de *vida*. Segundo a proposta de análise aqui apresentada, pode-se concluir que o dinamismo da permanência na revolução é a homenagem, em vida, aos que deram suas vidas por esta causa. Ainda, os textos na parte superior, “Mataram revolucionários – Viva a revolução!” corroboram esta ideia de permanência na luta revolucionária, que deveria seguir orientando as ações do povo (representado pelo punho fechado) apesar – e por causa – da morte de alguns de seus militantes. Como nos outros três cartazes, os presos políticos assassinados tornam-se ícones, mitos e heróis para quem, neste cartaz, seguir lutando se torna uma homenagem.

¹⁴⁷ CARPAINI, Ricardo. Em: TARCUS, Horácio. **Diccionario biográfico de la izquierda argentina. De los anarquistas a la “nueva izquierda” (1870-1976)**. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007, p. 117-119

¹⁴⁸ **Ibdem.**

¹⁴⁹ **Ibdem.**

¹⁵⁰ MOLES. **Op. cit.**, p. 95.

Como ficou documentado nas fontes relativas ao Massacre de Trelew, as manifestações e produções da esquerda sobre o fato evocavam sua memória e, além disso, tratavam os militantes assassinados como heróis da pátria e mártires da nação. Os diferentes recursos estéticos utilizados para fazer referência ao Massacre não diferenciam, entretanto, o conteúdo central de suas mensagens. Ao contrário, pode-se afirmar que essas diferenças reforçam a unidade do conteúdo discursivo que se reproduz, independente da forma. Estes documentos, além de evocarem a memória de Trelew, também criaram uma memória sobre o sentido das ações guerrilheiras, no período. Como se viu, nos três primeiros cartazes, foi feita uma associação metonímica dos militantes guerrilheiros com a própria pátria. Ainda, o último cartaz chama o espectador para a mobilização solidária – e revolucionária – como uma homenagem àqueles que deram sua vida pela pátria. Desta forma, percebe-se que as fontes selecionadas sobre o Massacre de Trelew auxiliam na revelação do trato, pelas esquerdas, da mitificação e heroicização desta “geração morta que lutava por um mundo melhor”.¹⁵¹

2.5 PERÓN PRESIDENTE

Nos meses conturbados do governo Cámpora, houve um acirramento dos conflitos e da violência civil. Em parte, como trabalhei anteriormente, pela disputa entre as esquerdas e as forças conservadoras que se mantinham no poder e em cargos administrativos do Estado. Inés Izaguirre avalia que os próprios assassinatos em Trelew, um ano antes das eleições, são um indício da resposta negativa dos setores militares ao processo de redemocratização, em especial, à possibilidade de retorno de Perón ao país. Neste sentido, o Massacre teria o objetivo coibir as ações guerrilheiras, provocando seu “desarme moral”.¹⁵² Entretanto, a autora analisa, estatisticamente, que durante o início de 1973, aumentou o número de mortes causadas por conflitos entre forças políticas opostas, especialmente, de vítimas das ações paraestatais contra o campo popular.¹⁵³ Como foi analisado no capítulo anterior, houve progressiva perda de legitimidade dos grupos guerrilheiros frente à sociedade e o regresso de

¹⁵¹ Esta frase diz respeito a pesquisa de Nádía Tahir, referenciada por Marina Franco. Segundo a historiadora, Tahir aponta as modificações das concepções de violência institucional e insurrecional na historiografia sobre o período. De maneira crescente vem-se modificando, nos últimos anos, a ideia de que haveria uma oposição entre os políticos legalistas e as forças guerrilheiras – mortas por seus ideias. Seu uso, aqui, se destina a reforçar esta dicotomia, criada no período. FRANCO. **Op. cit.**, p. 303.

¹⁵² IZAGUIRRE. **Op. cit.**, p. 85.

¹⁵³ Na amostragem da autora, o número base é estabelecido no ano de 1969, considerando os levantes de Córdoba e Rosário. Desta amostragem (100%), o primeiro semestre de 1973 correspondeu a 93% de mortes, um alto índice, justificado, segundo a autora, pelos preparativos para as eleições de Cámpora e pelo Massacre de Ezeiza. Segundo a autora, estes índices indicam a situação de *guerra civil* em que se encontrava o país, no ano de 1973. Em: IZAGUIRRE. **Op. cit.**, p. 86.

Perón, como presidente, seria a possibilidade de acalmar e pacificar as forças revolucionárias que se orientavam ao peronismo.

Entretanto, na mesma medida em que diferentes setores políticos depositavam em Perón as expectativas de apaziguamento social, a nova esquerda projetava sobre sua figura o poder de liderança para a realização da *revolução nacional*.¹⁵⁴

Os próximos dois documentos foram produzidos durante a campanha eleitoral do segundo semestre de 1973, e carregam importantes elementos sobre suas concepções políticas, sobre o que esperam de um futuro governo de Perón e sobre o papel do movimento peronista e das classes populares nesta terceira presidência.

¹⁵⁴ Após a publicação e circulação do manifesto *La hora de los pueblos*, houve uma transposição do ideário da *revolução socialista* para o da *revolução nacional*. Segundo este último, o caminho que deveria ser traçado pela Argentina seria o de libertação da nação, ao exemplo de outras nações latinoamericanas, como Cuba e Chile, dos interesses imperialistas alheios aos interesses nacionais. Este repertório, como foi mostrado, ia ao encontro das expectativas dos grupos da esquerda argentina e projetou, sobre Perón, a imagem do líder libertador revolucionário, tal como teriam sido Che Guevara e Salvador Allende.

Documento 11 "Perón Presidente" (1973)

Este documento inicia sua mensagem com o texto na parte superior, “Perón Presidente”, em que a palavra *Perón* está em destaque, acima de todos os demais conteúdos textuais ou imagéticos. Na parte inferior do cartaz, lê-se: “Lute e voltará – Partido Justicialista – Conselho metropolitano”. Infelizmente não há a localização de onde o cartaz foi produzido, ou qual o conselho metropolitano o produziu. Entretanto, para a finalidade proposta nesta pesquisa, é possível fazer considerações preciosas sobre sua mensagem, no âmbito nacional. Como discuti no item “A campanha de 1973”, a expressão *Luche y Vuelve* foi cunhada pela JP, durante o processo de transição democrática, iniciada pelo GAN, em 1972. De acordo com Juan Gasparini, as frases de ação difundidas pelo movimento peronista “davam provas de lealdade ao líder, elemento indispensável para reclamar o pertencimento em um movimento heterogêneo, antidogmático, carente de sectarismo e pouco excludente”, como era o peronismo.¹⁵⁵ Especificamente, “Luche y Vuelve” faz um jogo entre os sujeitos empregados nos verbos para a construção de sua mensagem final. O *Luche* está na segunda pessoa do imperativo; o conectivo *y*, neste caso, é empregado como consecutivo; e o *vuelve* está na terceira pessoa do futuro do indicativo. Desta forma, o sentido da expressão imperativa é: *Lute e (portanto/consequentemente) Perón voltará*. Com este exemplo percebe-se que, apesar da heterogeneidade do movimento peronista, as frases de ação criavam um elo entre os peronistas com as diretivas do líder mandadas do exílio e com o Partido Justicialista.¹⁵⁶ Como a finalidade do movimento era trazer o líder de volta ao país e, no limite, levá-lo à presidência da nação, elas convocavam todos os peronistas a lutar alcançar este fim.

Ainda é possível traçar algumas comparações entre o documento 11 e o documento 1, da campanha de março de 1973. Em ambos os cartazes de propaganda eleitoral, como é de praxe, aparece a imagem do candidato e uma frase de ação, imperativa. A função das imagens é mais evidente. Espera-se que o observador/eleitor identifique o candidato e o diferencie dos demais concorrentes. Os textos têm o objetivo convencer e persuadir o eleitor para um determinado comportamento, que leve o candidato à vitória eleitoral. Nos casos discutidos, suas frases “Todos para a Frente” e “Lute e voltará” carregam o mesmo sentido, apesar de se tratarem de eleições distintas. Como pude explorar, no início deste capítulo, a campanha de Cámpora teve o chavão “Cámpora ao governo, Perón ao poder”, fruto das expectativas criadas pelo líder de que seu regresso à cena político-institucional argentina seria possível após a

¹⁵⁵ GASPARINI. **Op. cit.**, p. 44.

¹⁵⁶ Cabe a lembrança, aqui, que a Juventud Peronista fazia parte da corrente institucional do movimento peronista, o Partido Justicialista, entre os anos de 1972 e 1974. Isso porque, como mencionei no capítulo 1, Héctor Cámpora foi o responsável pela organização e fundação da seção juvenil do movimento (1971) e sua institucionalização dentro do partido (1972).

transição democrática e a vitória de Héctor Cámpora. Assim, *ir para* a Frente Justicialista de Libertação, em março, era uma forma de *luta* institucional e democrática para o retorno de Perón. Em ambos os cartazes, as referências e os modelos de ação política apresentados são de caráter institucional. Os suportes foram produzidos pela JP, com a finalidade de atingir o público jovem militante, mas seus conteúdos, mensagens e formas foram orientados pelo Partido Justicialista.

Seguindo com a análise formal do documento, o cartaz traz no centro uma foto em preto e branco do meio-busto de Perón. Novamente, a fotografia é preferida como forma de representação icônica não abstrata dos candidatos. No caso desta campanha, ainda é possível afirmar que a fotografia pretende tornar presente a figura do líder ausente. O meio-busto do ex-presidente está levemente na diagonal, com o rosto frontal. Apesar de a figura apresentar o rosto e o olhar frontais, este último não é direcionado para o observador/eleitor. Está levemente voltado para cima, “para além” do observador e, portanto, não se comunica diretamente com ele. Este olhar, voltado para o horizonte (ou para o futuro), ao mesmo tempo em que evoca o sentido de contemplação também pode comunicar a ideia do líder que vê além das necessidades presentes. Nesta esteira, vele a lembrança de que, durante os dois primeiros governos de Juan Perón (1945-1955), suas campanhas e seus símbolos propagandísticos o representavam com “pai e amigo” dos argentinos e, portanto, como o líder que poderia conduzir o país a um futuro de prosperidade e de justiça.¹⁵⁷ Estes signos, muito fortes e recorrentes no imaginário do país são evocados nas campanhas de 1973, como foi demonstrado nos cartazes da FREJULI de março (documentos 2 e 3), nos quais há a representação do que foi o cotidiano do país durante a período de proscrição política de Perón. Ainda, para concluir as inferências sobre o sentido e mensagem desta fotografia, cabe a observação de que ao objetivar atingir uma juventude politizada, e que conhecia as referências simbólicas do primeiro peronismo, a representação do líder “pai e amigo” reflete o repertório político daquela juventude. É possível afirmar, então, que esta imagem, articulada com a frase *Luche y vuelve*, buscava reproduzir a dimensão persuasiva afetiva da propaganda peronista clássica.¹⁵⁸

Na campanha para as eleições de setembro daquele ano, Perón manteve a sigla “FREJULI” da campanha justicialista anterior. Entretanto, o nome da frente era distinto:

¹⁵⁷ As representações simbólicas construídas durante o peronismo clássico estão em CAPELATO. **Op. cit.**

¹⁵⁸ Apenas com este cartaz, não é possível atingir a dimensão desta reprodução. Entretanto, como apresento nesta análise, o repertório visual político dos primeiros governos de Perón ainda circulava no imaginário dos argentinos, especialmente entre aqueles mobilizados politicamente. Desta forma, não é exagero chegar a conclusão da reprodução do sentido afetivo do conteúdo da mensagem.

Frente Justicialista de Liberación Nacional. Como discuti no primeiro capítulo, a ideia de nação foi um componente forte e agregador dos diferentes grupos sociais e políticos em torno de Perón. Em nome da *nação*, ou da *pátria*, Perón não apenas conseguiu reunir em seu entorno os “ortodoxos”, mas também os novos agrupamentos da esquerda argentina que trocaram o ideal da “revolução socialista” pelo da “revolução nacional”, em busca da construção da “pátria peronista”.

O conjunto de referências imagéticas, ideológicas e textuais deste cartaz permite pensar sobre a importância da participação da Juventud na campanha de setembro de 1973. A JP foi articulada pelo “Tío”, Héctor Cámpora, durante o processo de reorganização do movimento peronista que precedeu a refundação do Partido Peronista, que a partir de então passou a ser chamado de Partido Justicialista, em 1971. A partir da posse de Perón, e até seu rompimento total com grupo, a JP esteve no centro do embate político na depuração intrapartidária, com governadores cassados e membros sequestrados e assinados. Seus membros eram o foco principal das ações paraestatais de Triple A e das forças policiais.

Documento 12 "Perón Presidente" (1973)

O cartaz do documento 11 é de autoria das organizações FAR-Montoneros. Nele estão a reprodução da imagem da bandeira dos Estados Unidos da América e, no centro de sua imagem, o texto em caixa alta, branco sobre fundo preto, “Perón presidente – FAR-Montoneros”. Este texto se localiza dentro de uma forma circular preta, relativamente disforme, e sugere um buraco de queimadura, ou “derretimento”, da bandeira dos EUA.

Abordei superficialmente a relação de colaboração entre texto e imagem, na análise do documento 6. No documento 11, a mesma relação é estabelecida para a construção da mensagem. Entretanto, pelo grau de abstração apresentado no cartaz, convém a definição de Sophie Van Der Liden sobre esta relação. Segundo a autora:

Articulados, texto e imagem constroem um sentido único. Numa relação de colaboração, o sentido não está nem na imagem e nem no texto: ele emerge da relação entre os dois. Quanto mais as respectivas mensagens parecerem distantes uma da outra, mais importante será o trabalho do leitor de fazer emergir a significação.¹⁵⁹

Aprofundando as articulações possíveis entre texto e imagem, a função que um exerce sobre o outro é indispensável para compreensão do resultado de sua relação.¹⁶⁰ Desta forma, percebe-se que a função estabelecida neste cartaz é a de *revelação* da mensagem que seus autores pretendem transmitir: de que o regresso de Perón acabará com a interferência dos interesses estadunidenses na Argentina. Esta interpretação é possível ao se analisar o cartaz como um conjunto de signos. A frase “Perón presidente” e a assinatura dos grupos guerrilheiros FAR-Montoneros, dentro da forma circular preta que surge no meio da bandeira dos EUA, sugerem que o regresso do líder peronista e as forças populares mobilizadas (representadas pelos dois grupos guerrilheiros) desestabilizarão, até seu fim, a interferência daquele país na Argentina. Mais do que isso, imagem criada pela assinatura dos grupos logo abaixo da expressão “Perón presidente”, sugere as ideias de suporte, base ou mesmo de solo sobre o qual as forças populares sustentam e fazem emergir a presidência do líder peronista.

O repertório político que elegia os interesses norteamericanos como inimigos da nação não era novo dentro do peronismo. Segundo a historiadora Maria Helena Capelato, desde o primeiro peronismo houve a construção do discurso de que o triunfo do movimento peronista levaria à extinção dos inimigos da nação, dos “não argentinos”.¹⁶¹ A metáfora dos “não argentinos”, ou dos “antipátria”, se projeta para todos aqueles que teriam interesses afins ao

¹⁵⁹ LINDEN, Sophie Van Der. **Para ler o livro ilustrado**. São Paulo: Cosac & Naif, 2011, p. 121.

¹⁶⁰ **Ibidem.**, p. 122.

¹⁶¹ CAPELATO. **Op. cit.**, p. 294.

capital estrangeiro, tal como setores da oligarquia econômica do período. Ainda de acordo com a historiadora, o sentimento anti-imperialista teria tido origem nos acordos com a Inglaterra, na década de 1930, mas se acentuou contra os EUA, após as eleições de 1945. Naquele momento, Perón elegeu o “imperialismo norteamericano e as oligarquias corruptas, suas aliadas, como principais inimigos do momento”.¹⁶² Como analisarei adiante, os discursos da esquerda nacional, aqui representados pelas FAR e pelos Montoneros, se apropriaram deste repertório, somando à ele outros fatos e discursos da década de 1960 e início dos anos 1970.

Os grupos FAR e Montoneros se fundiram oficialmente, em outubro de 1973. Entretanto, desde 1971 realizaram ações conjuntas, como sequestros e assaltos a bancos, atentados e ocupações de prédios públicos. Estas ações e a identificação conjunta dos grupos duraram até o rompimento e desagregação das guerrilhas peronistas e a passagem delas para a clandestinidade, em junho de 1974. As Fuerzas Armadas Revolucionárias (FAR) apareceram pela primeira vez em junho de 1970, após uma ação na cidade de Garín, próxima à capital nacional. O grupo surgiu anos antes como uma facção argentina do Ejército de Liberación Nacional (ELN), sob orientação de Che Guevara, com a finalidade de incorporarem-se na guerrilha promovida por Guevara na Bolívia.¹⁶³ Após o fracasso da ação e morte do líder guerrilheiro latinoamericano, houve a fragmentação do grupo original e o surgimento oficial das FAR, que se orientaram para a guerrilha urbana peronista.¹⁶⁴ De acordo com Juan Gasparini, o grupo

[...] buscava ‘registrar a validez da experiência histórica da classe operária argentina, o reconhecimento de que em sua ideologia real, concreta, existente onde deve situar-se o ponto de partida para a concepção revolucionária nacional, e o convencimento de que o peronismo é a forma política do movimento de libertação nacional’. [...] concluem que o justicialismo reflete ‘uma situação objetiva e, ao mesmo tempo, mostra o compromisso permanente e firme com os interesses nacionais e os da classe trabalhadora. Compromisso e posição que não se baseiam em esquemas ideológicos definidos a priori; se baseiam nas reais necessidades da classe trabalhadora argentina, real e concreta, nas tarefas concretas que se impõem para que a Argentina possa ver-se livre de seus colonizadores’. Estavam convencidos que, em matéria de teoria revolucionária, o fator nacional é decisivo.¹⁶⁵

¹⁶² CAPELATO. **Op. cit.**, p. 58.

¹⁶³ GASPARINI. **Op. cit.**, p. 23-24; *12 de octubre de 1973 - Acta de unidad de FAR y Montoneros*. Em: Documentos Montoneros. [http://www.elortiba.org/docmon.html#12 de octubre de 1973 - Acta de unidad de FAR y Montoneros](http://www.elortiba.org/docmon.html#12_de_octubre_de_1973_-_Acta_de_unidad_de_FAR_y_Montoneros) (consulta em 10 de dezembro de 2012)

¹⁶⁴ O processo de fragmentação deu origem aos grupos Fuerzas Armadas de Liberación e Fuerzas Armadas Peronistas (FAL e FAP, ambas orientadas à guerrilha rural) e ao ERP, grupo não peronista de orientação guevarista trotskista, também com foco na guerrilha rural.

¹⁶⁵ GASPARINI. **Op. cit.**, p. 25.

Na base de sustentação destas definições estava uma interpretação do marxismo que, segundo as FAR, não opunha teoria e prática revolucionária. Os Montoneros seguiam uma orientação semelhante. O grupo propunha

[...] ‘ir constituindo um Movimento Armado Peronista, que junto com outros grupos armados desenvolverá [*sic*] a guerra popular para a tomada do poder e porá em marcha o socialismo nacional, onde se fará realidade nossas três bandeiras: independência econômica, justiça social e soberania política’. A fim de ‘reconquistar o poder, para fazer possível o retorno de Perón e do povo ao poder, devamos derrotar definitivamente o exército da oligarquia e do imperialismo [...]’.¹⁶⁶

Como é possível perceber nas orientações citadas, ambos os grupos definiam que a “interferência imperialista” impedia o acesso ao poder das classes trabalhadoras, promovia a exploração “colonizadora” da Argentina e obliterava os reais interesses nacionais. De acordo com a análise dos documentos visuais relativos à campanha da FREJULI, de março de 1973, desde o início dos anos 1960, o desenvolvimento econômico do país estava profundamente atrelado ao capital internacional e só apresentava crescimento nos nichos dos setores ligados à indústria e à exportação.¹⁶⁷ Somado ao fator econômico havia o crescente repúdio ao EUA, presente não apenas por parte das esquerdas argentinas, mas também das latinoamericanas. Esse repúdio foi potencializado pela concepção do anti-norteamericanismo oriundo da década de 1940, que estava marcado pelo rechaço à política oficial norteamericana e ao seu modelo cultural, compreendidos, sob a perspectiva das esquerdas, como os responsáveis pelo subdesenvolvimento latinoamericano.¹⁶⁸

A ata de união das FAR e do Montoneros, reproduzida parcialmente, abaixo, é de outubro de 1973 – portanto após a posse de Perón. Nela estão sintetizadas as orientações ideológicas dos grupos guerrilheiros que vemos representadas no cartaz:

Visto:

[...]

Que o momento político se caracteriza por uma crescente ofensiva do imperialismo yanki tendente a sufocar nosso processo de Libertação para perpetuar a dominação e a exploração do nosso povo; ofensiva que, na selvagem repressão ao irmão povo chileno, mostra uma vez mais a determinação imperialista para aplicar qualquer meio de defesa de seus interesses;

Que o inimigo imperialista não está só mais além das nossas fronteiras, senão também se expressa pelas forças econômicas, políticas e militares internas de nosso país, que estão

¹⁶⁶ GASPARINI. **Op. cit.**, p. 29-30.

¹⁶⁷ O'DONNELL, 1990. **Op. cit.**

¹⁶⁸ TERÁN. **Op. cit.**, p. 119-122.

interessadas na debilitação das forças populares e na destruição do Movimento Peronista em particular.

[...]

E considerando:

[...]

Que não só contribuimos com nossas armas e nossas vidas para a vitória popular, senão também trabalhamos ativamente na construção de forças populares, na consolidação e desenvolvimento doutrinário, político e organizativo da classe trabalhadora e do povo peronista;

Que ao cumprir-se hoje a máxima aspiração de 18 anos de luta, o Movimento Peronista termina uma de suas batalhas mais heróicas e mais difíceis, iniciando uma nova batalha nesta grande guerra de libertação, tão dura e complexa como a anterior, e que para continuar com este processo, o General Perón chamou a unidade do Movimento em torno de sua condução, para alcançar por todos os meios possíveis os objetivos da unidade, reconstrução e libertação do povo argentino;

[...]

Que esta unidade do Movimento é o eixo necessário para a unidade do povo argentino em uma Frente de Libertação Nacional, capaz de enfrentar o imperialismo na etapa que se inicia. Por tudo isso:

As organizações FAR e Montoneros resolvem:

[...]

3º) A unidade de nossas organizações está orientada a contribuir ao processo de reorganização e democratização do Movimento Peronista para o qual nos convocou o General Perón para lograr a participação orgânica da classe trabalhadora em sua condução, única garantia de que a unidade do povo argentino na Frente de Libertação sob a direção do Movimento Peronista, torne efetivos os objetivos de Liberdade Nacional e Justiça Social, para a construção do Socialismo Nacional e da unidade latinoamericana.

Livres ou mortos! Jamais escravos!

Perón ou morte! Viva a Pátria!

Fuerzas Armadas Revolucionarias-Montoneros¹⁶⁹

¹⁶⁹ Do original: Visto: Que en el día de hoy, con la recuperación de la presidencia por el General Perón, se cumple un objetivo crucial en la historia de nuestro Movimiento, alcanzado después de 18 años de cruenta lucha; [...]

Que el momento político se caracteriza por una creciente ofensiva del imperialismo yanqui tendiente a sofocar nuestro proceso de Liberación para perpetuar la dominación y la explotación de nuestro pueblo; ofensiva que, en la salvaje represión al hermano pueblo chileno, muestra una vez más la determinación imperialista para aplicar cualquier medio de defensa de sus intereses; Que el enemigo imperialista no está sólo más allá de nuestras fronteras, sino que también se expresa a través de fuerzas económicas, políticas y militares internas de nuestro país, que están interesadas en el debilitamiento de las fuerzas populares y en la destrucción del Movimiento Peronista en particular; [...] Y considerando: [...] Que no sólo contribuimos con nuestras armas y nuestras vidas a la victoria popular, sino que también trabajamos activamente en la construcción de las fuerzas populares, en la consolidación y desarrollo doctrinario, político y organizativo de la clase trabajadora y el pueblo peronista;

Que al cumplirse hoy la máxima aspiración de 18 años de lucha, el Movimiento Peronista termina una de sus batallas más heroicas y difíciles, iniciando una nueva batalla en esta larga guerra de liberación, tan dura y compleja como la anterior, y que para continuar con este proceso, el General Perón ha llamado a la unidad del Movimiento en torno de su conducción, para alcanzar por todos los medios posibles los objetivos de unidad, reconstrucción y liberación del pueblo argentino; [...] Que esa unidad del Movimiento es el eje necesario para lograr la unidad del pueblo argentino en un Frente de Liberación Nacional capaz de enfrentar al imperialismo en la etapa que se inicia. Por todo ello: LAS ORGANIZACIONES FAR Y MONTONEROS RESUELVEN: [...]

3º) La unidad de nuestras organizaciones está orientada a contribuir al proceso de reorganización y democratización del Movimiento Peronista a que nos ha convocado el General Perón para lograr la participación orgánica de la clase trabajadora en su conducción, única garantía de que la unidad del pueblo argentino en el Frente de Liberación bajo la dirección del Movimiento Peronista, haga efectivos los objetivos de Liberación Nacional y Justicia Social, hacia la construcción del Socialismo Nacional y la unidad latinoamericana. Libres o muertos, ¡jamás esclavos ! ¡Perón o muerte! ¡Viva la Patria! Fuerzas Armadas Revolucionarias – Montoneros (texto traduzido pela autora) Disponível em *El descamisado*, Ano I, nº 22, de 16 de outubro de 1973. Em: <http://www.elortiba.org/docmon.html#12 de octubre de 1973 - Acta de unidad de FAR y Montoneros>

O conteúdo desses documentos, articulado com a análise formal da fonte visual, torna possível extrair o sentido da mensagem que seus produtores pretendem comunicar massivamente. Visualmente, as FAR e os Montoneros anunciam em seu cartaz que a presidência de Perón, sustentada e apoiada pelo povo unido (a guerrilha peronista), acabará com a ação dos interesses imperialistas na Argentina. Ainda anunciaram que a grande figura imperialista do período eram os Estados Unidos e, por inferência, que os inimigos da nação também seriam aqueles grupos que se beneficiavam da economia nacional por meio da exploração estrangeira.

2.6 MONTONEROS

Os próximos cartazes, de autoria do Montoneros, sintetizam a transformação do papel desempenhado pelos grupos militantes ligados à Tendencia Revolucionária, dentro da JP. De como passaram da base forte de sustentação propagandística e eleitoral de Perón para a juventude “imberbe”, expulsa publicamente do Partido Justicialista, na Plaza de Mayo, em 1º de maio de 1974.

**Pido, si, que todos los argentinos
se mantengan alertas y vigilantes.
El porvenir de la Patria
ha costado demasiado caro en la
sangre de sus mártires
como para dormir en los
laureles conquistados.**

Gral. JUAN DOMINGO PERON

ORDEN GENERAL

DEL

**27 de Julio de
1819.**

COMPASEROS del ejército de los Andes:

... La guerra se la tenemos de hacer del modo que podamos: sino tenemos dinero, carne y un pedazo de tabaco no nos tiene de faltar: cuando se acubren los vestuarios, nos vestiremos con la bayetilla que nos trabajen nuestras mujeres, y sino andaremos en pelota como nuestros paisanos los indios: seamos libres, y lo demás no importa nada...

... Compañeros, juremos no dejar las armas de la mano, hasta ver el país enteramente libre, ó morir con ellas como hombres de coraje.

San Martín.

Es copia.

Montoneros P

O texto na parte superior é uma fala de Juan Domingo Perón: “Peço, sim, que todos os argentinos se mantenham alertas e vigilantes. O sucesso da pátria custou muito caro no sangue de seus mártires, para que dormissem nos triunfos conquistados”. Abaixo, o retângulo destaca outro texto: “Ordem Geral de 27 de julho de 1819. Companheiros do exército dos Andes:... A guerra devemos fazer da forma que pudermos; se apenas tivermos dinheiro, carne e um pedaço de tabaco não haverá o que nos faltar; quando acabarem as roupas, nos vestiremos com o pano que fizerem nossas mulheres, e somente andaremos em grupo como nossos conterrâneos os índios, sejamos livres e o resto não importa nada...”; “... Companheiros, juremos não tirar as armas da mão até que vejamos o país eternamente livre, ou morrer com elas como homens de coragem - San Martín”.

Com a leitura e a interpretação dos dois textos articulados, compõe-se a mensagem do documento. A fala introdutória de Perón, para que “os argentinos [...] se mantenham alertas e vigilantes”, a fim de garantir as “conquistas” históricas do país, confere sentido para a evocação que está em destaque, no final, “juremos não tirar as armas das mãos até que vejamos o país eternamente livre”. Vemos nessa relação a possível justificativa, emanada do líder peronista, para que os Montoneros tomassem as armas e se mantivessem na luta armada pela “libertação do país”.

Os mártires que deram seu sangue pela pátria, evocados no primeiro texto, têm um sentido amplo. Sucintamente, identificam-se três: 1) Perón; 2) San Martín; e 3) o “peronismo original”, encarnado na organização Montoneros. O martírio de Perón teriam sido os dezoito anos de exílio, longe de seu país e de “seu povo”. José de San Martín, o segundo mártir identificado, é considerado “o libertador” da pátria por sua atuação no período de independência. Desde seu primeiro governo, Perón buscou a identificação com San Martín, como o libertador da pátria. Essa identificação foi cultuada, historicamente, na Plaza de Mayo, “para comemorar a pátria argentina consagrada através da realização de uma ‘comunidade igualmente justa, economicamente livre e politicamente soberana’”. O trecho creditado a ele evoca o período de surgimento das montoneras, grupos armados de formação espontânea,¹⁷⁰ atuantes no período da independência.¹⁷¹

¹⁷⁰ A expressão *montonera* é derivada da imagem da formação de um grupo de pessoas, formando um “monte”, que marchavam contra um inimigo comum. A princípio, não haveria outras afinidades e interesses comuns entre os sujeitos que compunham uma montonera, senão a ameaça pontual da perda de autonomia num território. DE LA FUENTE, Ariel. **Los hijos de Facundo**. Buenos Aires: Prometeo, 2007.

¹⁷¹ CAPELATO. **Op. cit.**, p. 260.

Ambos os mártires, Perón e San Martín, são evocados como referências para as ações armadas do último mártir identificado, os Montoneros. Seu martírio do teria tido início no 1º de maio de 1974, quando Perón rompeu publicamente com a JP.¹⁷²

A referência simbólica que encerra a leitura do cartaz é o símbolo do PV, ao lado direito da palavra “Montoneros”. Assim, e ao lado de seu nome, o Montoneros não apenas apresentou a identidade política e ideológica do grupo como, também, reafirmou essa identidade em oposição aos rumos que o governo peronista adotava, antes mesmo da morte de Perón.¹⁷³ Ainda, o documento revela o sentido da opção pela luta armada e pela permanência nessa luta.¹⁷⁴ Como “argentinos” e “homens de coragem”, o Montoneros manter-se-iam vigilantes e prontos para “a guerra”, em nome da “pátria livre”, em nome do peronismo autêntico.

As duas décadas de elaborações ideológicas e de militâncias dos grupos da esquerda argentina teriam um desfecho drástico no período político que começaria após a deposição de Isabel Perón. Se, durante o decênio 1966-1976, as experiências conduziram suas práticas para a defesa da luta armada, para a política armada, a etapa seguinte atingiria seus atores com uma violência perpetrada pelo Estado argentino sem precedentes na história do país. Pela força dos fatos, esse desfecho histórico os conduziu para uma reelaboração de suas opções e práticas políticas bem como para uma resignificação do que poderia vir a ser o próprio campo de ação política.

¹⁷² Para o Montoneros, maior e mais representativo grupo peronista do país, o rompimento teve repercussões que os acompanharam até sua extinção, em 1979. Em 1974, ano de produção desse cartaz, a organização contava com membros em cargos públicos – deputados em todo o país e os governadores das províncias de Buenos Aires, Santa Cruz, Salta e Mendoza – que foram caçados, presos e, alguns, mortos. No final daquele ano, após a morte de Perón e a posse de Isabel Perón, o grupo se uniu às Organizações Armadas Peronistas e passou para a clandestinidade, em oposição aberta ao governo de Isabel Martinez de Perón BONAVERA. *Op. cit.* Em: IZAGUIRRE. *Op. cit.*, p. 143-235; VEZZETTI, 2009. *Op. cit.*, p. 90.

¹⁷³ Neste sentido, reiteraram-se a fidelidade ao líder, ao mesmo tempo em que o grupo evocava para si a representação do peronismo autêntico. Como foi tratado no primeiro capítulo, em 1974, vigorava na JP a teoria do “cerco”. Desta forma, se Perón se encontrava impossibilitado de por em prática seu projeto para a nação, o Montoneros, em sinal de sua fidelidade e lealdade, o fariam.

¹⁷⁴ Permanência na luta armada que, como se viu, se manteve após o golpe de 24 de maio de 1976 e que era dirigida à base militante do grupo por sua cúpula dirigente que estava exilada na Europa.

3 REORGANIZAÇÃO PARA UM PROJETO NACIONAL

Como tratei na primeira parte desta pesquisa, o movimento peronista abrangia formas e concepções políticas profundamente distintas, atingindo uma parcela significativa do eleitorado argentino. Desde a política de depuração partidária, iniciada em 1973 por Perón, crescia de forma acentuada a crença da presença de um inimigo da nação e, quem sabe pelos próprios pronunciamentos do líder, acreditava-se que este inimigo se encontrava dentro do movimento peronista. Ao projetar a depuração para fora do movimento, o peronismo tornou-se alvo de sua própria campanha, agora no âmbito nacional, certamente pela visibilidade dos políticos ligados à Juventud Peronista. Além da JP, as forças extrapartidárias do movimento também ficaram visadas, como os vários grupos guerrilheiros Tendencia Revolucionaria. Em 1972, se era imaginado que o velho líder controlaria as forças políticas da nova esquerda, após sua posse os conflitos intrapartidários mostraram que os grupos que sustentaram o regresso de Perón ao país transcendiam a sua figura política. A imagem projetada sobre Perón era maior e mais forte do que ele próprio, que não foi capaz controlar seus seguidores. Como demonstrei nos capítulos anteriores, ainda durante seu governo, Perón definiu, como estratégia para alcançar a estabilidade política no país, a eliminação física de seus inimigos políticos, especificamente das forças populares de esquerda. Para isso, e progressivamente, os militares foram assumindo cargos e ministérios estratégicos do Estado, processo que se intensificou durante o governo de Isabel de Perón. Consequentemente, as Forças Armadas estiveram respaldadas por medidas governamentais que lhes conferiam cada vez mais autonomia e responsabilidades administrativas.

3.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROCESSO DE REORGANIZAÇÃO NACIONAL

O desgaste político e social em que se encontrava a Argentina após o decênio 1966-1976 sustentou a nova intervenção militar na política. Esta intervenção foi estabelecida progressivamente, após 1974, ainda na presidência de Juan Domingo Perón. Em parte, a nova participação militar pode ser entendida como consequência das dificuldades encontradas, durante o governo democrático, para a constituição e manutenção do pacto político firmado para concretização do Pacto Social.

Caberia, então, lembrar as expectativas e as críticas das esquerdas depositadas sobre o governo peronista. A dificuldade de traduzir em termos políticos e programáticos os horizontes de transformações prometidas durante as campanhas das FREJULIs (em março e

em setembro de 1973) impôs desafios para os grupos. Por um lado, apostando na possibilidade de mudanças prometidas desde a primavera camporista, um segmento importante das forças da esquerda argentina se orientou para o movimento peronista, compondo parte de sua base política. Em contrapartida, outra parte da esquerda nacional que se manteve crítica a esta postura de coalizão, permaneceu excluída dos processos decisórios do governo. Esta última participou ativa e combativamente da vida política argentina. Com o acirramento das posições e frente às posturas ambíguas do governo peronista, as esquerdas buscaram participar de forma política ou político-militar, apesar da perseguição e repressão que teve início no país.¹⁷⁵

Sob a perspectiva amigo-inimigo, vigorava na época a ideia de que o combate à violência da esquerda teria tido como consequência indesejada a violência da direita. Neste cenário, a violência do Estado era reativa e autoexplicativa, permanecendo distante da “sociedade”, da ‘nação’ ou do ‘povo’ que se situava num espaço não violento, o espaço da ‘paz’.¹⁷⁶ De acordo com Marina Franco:

Da mesma maneira, também estava no centro outro ator que poderia apresentar-se não só alheio às forças em enfrentamento senão, essencialmente, como força de superação superior às duas partes: a instituição militar. [...] podiam dizer que suas forças estavam ‘em guerra com o extremismo de qualquer signo’ e podiam fazê-la com a legitimidade dada, progressivamente, às Forças Armadas o fato de serem vistas como um dos principais alvos da ‘subversão’.¹⁷⁷

Em 24 de março de 1976, o golpe que depôs Isabel de Perón, e deu posse a uma Junta Militar (JM) para governar o país, se consumiu sem que a Argentina presenciasse os levantes populares massivos que caracterizaram o cotidiano da década anterior. Com a finalidade de “por nos trilhos uma sociedade afundada no caos” e “refundar” a nação econômica e politicamente, o novo governo contou com um elaborado projeto de transformação social em dois níveis.¹⁷⁸ Primeiramente, promoveria o desmonte da estrutura econômica que primava pelos interesses nacionais e estava voltada para os setores urbano-industriais. Em segundo lugar, sistematicamente buscava eliminar as relações econômico-sociais resultantes do projeto

¹⁷⁵ CERNADAS, Jorge; TARCUS, Horácio. *Las izquierdas argentinas y el golpe de 24 de marzo de 1976. Una selección documental*. Em: **Políticas de la Memoria**, p. 29-30.

¹⁷⁶ FRANCO. **Op. cit.**, p. 366.

¹⁷⁷ **Ibidem.**, p. 366.

¹⁷⁸ NOVARO; PALERMO. **Op. cit.**, p. 29; CALVEIRO. **Op. cit.**; LVOVICH, Daniel; BISQUERT, Jaquelina. **La cambiante memoria de la dictadura: discursos públicos, movimientos sociales y legitimidad democrática**. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2008.

nacionalista das décadas anteriores, tais como o espaço de negociações existente entre sindicatos e empresários.¹⁷⁹

De acordo com o pronunciamento do general Videla, o golpe de 24 de março foi uma necessidade para superar, definitivamente, a alternância periódica entre os “governos políticos fracos” e aqueles “vulneráveis às tentações populistas”.¹⁸⁰ Ainda de acordo com o general, essa alternância foi a responsável por afundar o país na desordem e, neste cenário, as Forças Armadas periodicamente eram chamadas para restabelecer a ordem e dar lugar a ‘governos fortes’, que em seguida devolviam o poder aos representantes civis sem haver promovido as renovações ‘necessárias das instituições republicanas’.¹⁸¹ O peronismo aparecia, então, como a síntese destes governos fracos e promotores da desordem. Assim, o projeto das Forças Armadas ambicionava impedir, em longo prazo, “a repetição do peronismo e da guerrilha, garantindo o disciplinamento da sociedade”.¹⁸² De acordo com o pronunciamento da JM, o objetivo central do novo governo, auto-intitulado *Processo de Reorganização Social*, seria:

Restituir os valores essenciais que servem de fundamento à condução integral do Estado, dando ênfase ao sentido de moralidade, idoneidade e eficiência, imprescindíveis para reconstruir o conteúdo e a imagem da nação, erradicar a subversão e promover o desenvolvimento econômico da vida nacional, baseado no equilíbrio e na participação responsável aos diversos setores a fim de assegurar a posterior restauração da democracia republicana, representativa e federal, adequada à realidade e às exigências de solução e progresso do povo argentino.¹⁸³

Como pude discutir nos capítulos anteriores, a fragilidade das instituições políticas argentinas e o retorno ao peronismo, cujas bases político-ideológicas eram demasiadamente amplas, provocaram o acirramento, se não a abertura ou ampliação, da disputa pelo monopólio da força para estabelecer um projeto político. Sobre o tema, José Luis Romero afirma que o estabelecimento do novo governo militar recuperava este monopólio para o Estado e para as Forças Armadas. Segundo o historiador argentino, ao controlar a violência da direita, que passava agora a ser institucional, o Processo de Reorganização Nacional visava

¹⁷⁹ Cabe a lembrança de que o setor sindical foi o epicentro dos conflitos intraperonistas, entre a direita e a esquerda do movimento, não apenas por sua representação político-econômica, mas também por sua expressão e importância social histórica.

¹⁸⁰ Projeto Nacional, Díaz Bessone, 1977. Apud. NOVARO; PALERMO. **Op. cit.**, p. 57-58.

¹⁸¹ Apud. **Ibidem.**, p. 57-58.

¹⁸² CAMARGO, Sônia de; OCAMPO, Maria Vásquez. **Autoritarismo e democracia na Argentina e no Brasil: uma década de política exterior (1973-1984)**. São Paulo: Convívio, 1988, p. 244.

¹⁸³ Pronunciamento militar de 24 de março de 1976. Apud. PASCUAL, Alejandra Eleonora. **Terrorismo de Estado. a Argentina de 1976 a 1983**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, p. 109.

“desarmar os grupos clandestinos que executavam ações terroristas protegidos pelo Estado e vencer militarmente as grandes organizações guerrilheiras: o ERP e Montoneros”.¹⁸⁴

Para a população em geral, o triênio justicialista representou um período de frustração em relação às promessas peronistas de estabilidade e de transformação social peronistas. No período, ao contrário, aumentaram os conflitos armados e a consequente sensação de insegurança. A partir de 1974, soma-se a isso, o vácuo de liderança provocado pela morte de Perón, o que acentuou as incertezas e a percepção de ruptura social, provocando medo e suspeitas sobre o futuro. Nesse cenário caótico, as Forças Armadas seriam uma garantia de solução e de ordem e, portanto, a população estaria disposta a se submeter a quaisquer “sacrifícios e castigos que [as Forças] considerassem necessários e merecidos”.¹⁸⁵

No esforço de conferir à JM poder máximo de planejamento, decisão e execução institucional, sem alterar a Constituição, o governo suspendeu por tempo indeterminado a parte dedicada à proteção dos direitos e das garantias individuais. Segundo a advogada Eleonora Pascual, para garantir a legitimidade da nova ordem institucional, os magistrados do Poder Judiciário deveriam prestar juramento, primeiramente, às Atas do Processo de Reorganização Nacional e, em seguida, à Carta Magna do país.¹⁸⁶ Dentre as medidas de institucionalização, esteve o fechamento do Congresso Nacional e a fundação, em seu lugar, da Comissão de Assessoramento Legislativo (CAL), integrado por três oficiais de cada Força. Assim, acumulavam-se como atribuições da Junta ditar leis, decretos, resoluções e eventuais sentenças. Também foi criado o Código de Justiça Militar, determinando as novas normas legais que garantiam à Justiça Militar o direito de processar e de condenar civis pelos delitos previstos no novo Código. Essa nova estrutura jurídica permitia que os eventuais julgamentos estivessem a cargo de Conselhos de Guerra militares, e “mesmo quando os imputados fossem civis, seriam aplicados os procedimentos estabelecidos no Código de Justiça Militar”.¹⁸⁷ Também, e frequentemente, a Junta exerceu funções no âmbito dos Poderes Legislativo, Executivo e do Judiciário. Nesse novo cenário político-administrativo, foi inúmero os casos

¹⁸⁴ ROMERO, 1996. **Op. cit.**, p. 187.

¹⁸⁵ NOVARO; PALERMO. **Op. cit.**, p. 40. Ainda sobre o ordenamento social que demandava segurança e disciplina, Ollier e Franco vão ao encontro de Novaro e Palermo considerando que a insegurança e o medo provocados pela violência ascendente, do período peronista, justificam o retorno da arbitrariedade, da obediência e da autocensura. Em OLLIER. **Op. cit.**, p. 47-49; FRANCO. **Op. cit.**, p. 280

¹⁸⁶ “O *status* supremo do ordenamento jurídico do país durante o regime militar ficou constituído por três partes facilmente diferenciáveis e de igual hierarquia: o Estatuto para o Processo de Reorganização Nacional; a Ata sobre propósitos e objetivos básicos para o Processo de Reorganização Nacional e a Constituição Nacional”. PASCUAL. **Op. cit.**, p. 106.

¹⁸⁷ **Ibidem.**, p. 129.

de prisões, condenações e execuções sumárias, já que “as normas ditadas pela Junta Militar limitavam-se a dar competência aos órgãos do poder sem estabelecer critérios, condições ou limitações” para suas aplicações.¹⁸⁸

No plano econômico, o apoio e a sustentação para instauração do Processo foram compostos por grupos que ficaram ausentes dos processos decisórios da economia argentina, na década anterior, e que tinham fortes ligações com setor financeiro e com o mercado internacional.¹⁸⁹ No período em que o ministro José Martínez de Hoz esteve à frente do projeto de modernização das finanças do Estado (entre os anos de 1976 a 1980), o governo colocou em prática medidas que incentivaram os investimentos financeiros e as relações de comércio e importação com países industrializados.¹⁹⁰ O foco deste projeto de modernização econômica foi a aplicação de uma política de diminuição do Estado e de liberalização. Hoz implantou um modelo econômico liberal, priorizou o capital internacional, tentou abrir mão das regulamentações do Estado em defesa de uma estabilidade especulativa que, entre fins de 1979 e início de 1980, levou o país a uma grave crise econômica – crise esta que contribuiu para a saída de Videla da presidência, em 1980.¹⁹¹

3.2 A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E A NECESSIDADE E EXTINÇÃO DO INIMIGO

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) foi o pólo ideológico que norteou as ações militares durante todo o Processo de Reorganização Nacional, assim como ocorreu com os demais regimes autoritários latinoamericanos. Fundada e divulgada pelos Estados Unidos para toda a América Latina, durante os primeiros anos da Guerra Fria, a DSN denunciava a existência de inimigos que ameaçavam a “segurança interna” dos países e, especificamente, denunciava a infiltração comunista na região. Ainda, pressupunha que o inimigo nacional se encontrava em qualquer âmbito da sociedade, entendendo todo e qualquer conflito de ordem política ou social como uma ameaça à segurança e como parte da chamada “estratégia

¹⁸⁸ PASCUAL. *Op. cit.*, p. 110.

¹⁸⁹ NOVARO; PALERMO. *Op. cit.*, p. 52-56; CAVEIRO. *Op. cit.*, p. 69-73; BAYER. *Op. cit.*, p. 111- 120, 132-134; CAMARGO; OCAMPO. *Op. cit.*, p. 247-248.

¹⁹⁰ NOVARO; PALERMO. *Op.cit.*, p. 54. É sabido, entretanto, que a abertura da economia foi um ponto de tensão entre Martínez de Hoz e a Junta Militar.

¹⁹¹ O ministro avaliava que o Estado exercia um peso na vida econômica, sobrecarregando-a com os conflitos de interesses políticos e corporativos. Defendia que três grandes males deveriam ser combatidos: a inflação, a dívida externa e a recessão. Seu projeto eliminou a proteção à indústria nacional e abriu o mercado interno ao capital e produtos estrangeiros. De forma rápida, o mercado argentino atraiu grande volume de capital volátil que alimentou a especulação, aumentou da dívida externa, e desmontou os setores de produção industrial nacional.

subversiva”. Desta maneira, criava e sustentava a concepção de guerra total, na qual o inimigo não estava declarado, nem era evidente e, portanto, não poderia ser combatido abertamente.¹⁹²

Essas influências ideológicas estrangeiras em combinação com a concepção bipolarizada do mundo, com a divisão da sociedade em amigos e inimigos, *nós* e *eles*, encontraram um campo fértil para se desenvolverem no final da década de 1970, na Argentina. Como afirmei, desde os discursos de Perón e após a instauração da política de depuração ideológica dentro do PJ, circulava a certeza da presença de inimigos infiltrados no país e no peronismo. Ainda, acreditava-se que a penetração subversiva tinha na guerrilha o seu principal veículo de infiltração. Dentro deste ambiente ideológico, a oficialização da DSN como prática repressiva e eixo de políticas governamentais apenas legitimou as concepções e definições que já estavam presentes no campo discursivo, desde o período anterior. Segundo Marina Franco, a repressão do triênio democrático criou o registro sobre o qual “se articularam as construções do inimigo interno ‘comunista’ dentro do peronismo e do inimigo ‘subversivo’ em escala nacional”.¹⁹³

Em 1975, foi definida a “Estratégia Nacional Contra-subversiva”, que priorizou a ofensiva a este inimigo, caracterizando a natureza de suas ações segundo determinantes políticos e ideológicos. Marcos Novaro e Vicente Palermo traçam as definições que identificam os subversivos em oposição aos demais argentinos, de acordo com as concepções dos militares.

[...] o ‘comunista subversivo’, ou simplesmente o ‘subversivo’, atuava dentro das fronteiras [nacionais] e em sua estrutura social, podia ou não ter vínculos com os centros mundiais da revolução, e atuava em todos os planos da vida social, na educação, na cultura, nas relações de trabalho, na religião. [...]

Entendia-se, então, que, para combater eficientemente a subversão, havia que atacá-la especialmente em sua causa primeira, o “vírus ideológico” que era disseminado pelos marxistas, os comunistas ou criptocomunistas, os esquerdistas, os revolucionários em geral. Ainda que os católicos terceiro-mundistas, os freudianos, os ateus e, em média considerável, os peronistas, os

¹⁹² Especialmente na América Latina, os governos militares dispuseram seus efetivos para receberem treinamento de combate na guerra total, preconizada pela DSN, com soldados estadunidenses e franceses. A experiência francesa contra os levantes na Argélia e na Indochina serviu de exemplo para ações em outros países do continente. Na Argentina, segundo Emilio Crenzel, o ideologia católica presente entre os oficiais se somava à experiência militar: “A influência francesa se estendeu nas fileiras castrenses na ordem espiritual com a difusão do integralismo católico que combinava anticomunismo com antiliberalismo”. Em: CRENZEL, Emilio. **La historia política del Nunca Más: la memoria de las desapariciones en Argentina**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2008, p. 28.

¹⁹³ FRANCO. **Op. cit.**, p. 240.

liberais e os judeus representassem uma ameaça à ordem, uma vez que difundiam ideias contrárias à sua preservação, pelo que também devia persegui-los. De igual modo, a todos aqueles que [...] atacassem a base da ordem nacional. Assim, embora estas filiações fossem dados suficientes, não eram de todo necessárias para identificar o inimigo subversivo [...]. Bastava que a pessoa em questão atuasse em favor de uma ‘mudança social’ e contra a ordem. [...] Subversivo, em suma, equivalia a ser inimigo da Pátria, esta Pátria uniforme, integrada e imutável tal como a entendiam os militares.¹⁹⁴

O leque de características evidenciava a preocupação com a integralidade do país que visava fundir, em um corpo coeso, o Estado, o governo e a sociedade. Esta ideia sobrepunha-se à ideia de *ordem*. Os militares se preocupavam, portanto, em diferenciar qualquer “ser estranho” ao que as Forças Armadas consideravam o “ser argentino” para promover a coesão e integração do país, sem a qual não se ganharia a “ordem”. Aliada a esse traço conservador, encontrava-se também a ideia de “*sinarquia internacional*”. Marina Franco explica que, presente nos discursos da direita e do peronismo ortodoxo,

[...] a noção de sinarquia – quer dizer, a ameaça de origem judia maçônica marxista contra a nação – estava ligada tanto ao nacionalismo como ao catolicismo integralista e antiperonista mais duro, e é facilmente identificável em ideólogos que exerceram forte influência sobre a formação ideológica das Forças Armadas.¹⁹⁵

Portanto, a ideia de sinarquia contribuiu com as ideias prévias, presentes e reforçadas no imaginário argentino, sobre quem seria o inimigo. Especialmente, atribuiu-lhe “o significado do antinacional que merece ser extirpado”.¹⁹⁶ O resultado desta somatória de sentidos desenhou definições políticas e subjetivas para o “inimigo nacional”. Desta forma, neste imaginário forjado, os ‘delitos de consciência’ e as atitudes questionadoras permitiam que as vítimas da ditadura fossem perfeitamente identificáveis e ‘responsáveis’ por seus atos e pensamentos.¹⁹⁷ Segundo a orientação militar e os ideólogos do regime, os sujeitos escolhiam voluntariamente adotar certas posturas e comportamentos que, estivessem ou não vinculados à

¹⁹⁴ NOVARO; PALERMO. *Op. cit.*, p. 114-116.

¹⁹⁵ FRANCO. *Op. cit.*, p. 275.

¹⁹⁶ CUCHETTI, Humberto. *Combatientes de Perón, herederos de Cristo. Peronismo, religión secular y organizaciones de cuadros*. Buenos Aires: Prometeo, 2010, p. 188. *Apud.* FRANCO. *Op. cit.*, p. 276.

¹⁹⁷ NOVARO; PALERMO. *Op. cit.*, p. 116.

luta armada, os comprometiam como ‘inimigos subversivos’.¹⁹⁸ A repressão e perseguição dos militantes se configurou com características de massacre político. Já nos primeiros meses de 1976 houve uma significativa ampliação dos Centros Clandestinos de Detenção (CCD)¹⁹⁹ e o interrogatório, a tortura, a compilação e análise de informação se generalizaram. Esses métodos, juntamente com o assassinato de militantes considerados subversivos, se converteram em uma prática militar aceitável e inevitável, em nome da defesa da nação.²⁰⁰

O sequestro e o desaparecimento dos militantes da oposição passaram a fazer parte da perseguição para eliminação dos subversivos. Não era desejado que, como em 1973, os presos políticos pudessem ser anistiados e, eventualmente, pudessem vir a engrossar as fileiras de militantes da oposição. O desaparecimento parecia então, para as Forças Armadas, uma solução melhor do que as prisões. Ao ser adotado como método recorrente, contemplava uma decisão de extermínio político e que implicou em “uma forma nova de morte por causas políticas: sua prática clandestina”.²⁰¹ Esta forma consistia, basicamente, dos seguintes procedimentos: primeiramente, haveria o sequestro do militante; em seguida, a transferência para um CCD; depois, a submissão a torturas; e, então, o assassinato ou, em alguns casos, a “recuperação” do preso.²⁰² Assim, dentro dos centros de detenção, imperava o medo gerado pela violência física e psicológica.²⁰³ Contudo, a perseguição e os sequestros demandavam

¹⁹⁸ Novaro e Palermo diferenciam a perseguição e eliminação política da concepção de “genocídio”, atribuída posteriormente às ações de perseguição e extermínio da ditadura. Dando como exemplo comparativo a perseguição e assassinato de judeus durante a Segunda Guerra Mundial, Novaro e Palermo argumentam que a condição religiosa e étnica das vítimas do holocausto era objetiva, impessoal e independia totalmente do que fizessem ou pensassem. Em contrapartida, no caso da ditadura argentina, as condições citadas que justificavam a perseguição e o assassinato dos seus inimigos eram definidas de acordo com os preceitos ideológicos militares. Mesmo no caso de judeus perseguidos, os autores notam que suas prisões estiveram, antes de tudo, vinculadas às atuações políticas, não a religião (apesar de notórios casos de perseguição anti-semita, como a do jornalista e dono do *La Opinión*, Jacobo Timerman). NOVARO; PALERMO. **Op. cit.**, p. 116. Também a diferenciação e debate sobre a concepção de aniquilação e genocídio é feita por VEZZETTI, Hugo. **Pasado y presente. Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina**. Buenos Aires: Siglo Veinteuno Editores, 2002, p. 157-164.

¹⁹⁹ Utilizarei, em todo o trabalho, o nome de *centros de detenção* para os centros clandestinos, ou oficiais, nos quais os presos pelo regime foram confinados, torturados e mortos. A escolha se dá em detrimento do uso da nomenclatura *Campo de Concentração*, utilizada em muitas das obras consultadas, por compreender que há, em seu uso, evidente busca por uma comparação, de caráter ideológica, entre o Processo e o governo nazista alemão.

²⁰⁰ NOVARO; PALERMO. **Op. cit.**, p. 110.

²⁰¹ CRENZEL. **Op. cit.**, p. 26.

²⁰² PASCUAL. **Op. cit.**, p. 62. Novaro e Palermo descrevem os mesmos procedimentos, que chamam de “recuperação dos ‘chupados’ [sequestrados]” pela ditadura. Os autores também afirmam que a “recuperação” dos presos serviria de exemplo para a sociedade. NOVARO; PALERMO. **Op. cit.**, p. 160-162. A descrição desses métodos também é feita por ROMERO, 1996. **Op. cit.**, p. 188- 189; CALVEIRO. **Op. cit.**

Entretanto, vale lembrar que, como descreve Crenzel e Gasparini, os sobreviventes dos centros de detenção carregaram consigo a acusação, por parte dos ex-militantes ou dos familiares de desaparecidos, de colaboradores com o regime. Em CRENZEL. **Op. cit.**, p. 38-51; GASPARINI. **Op. cit.**, p. 103-110.

²⁰³ São inúmeros os testemunhos que dão conta do cotidiano de agressões físicas e psicológicas dentro dos centros. OLLIER. **Op. cit.**, p. 146-152.

trabalhos de investigação sobre os indivíduos.²⁰⁴ Esses trabalhos tiveram participação importante da sociedade civil, que colaborou com a tarefa de investigação dos suspeitos, devido à assimilação do imaginário da época que defendia esse tipo de ação e de comportamento colaboracionista como algo integrado à nação – ser um bom argentino.

A guerrilha que resistiu ao golpe e se opôs abertamente ao governo – PRT-ERP e Montoneros – o fizeram subestimando o desafio auto-imposto pelos militares de restabelecer a “ordem perdida” e aniquilar a “oposição terrorista”. Em suma, interpretavam que a ofensiva militar iria despertar o fervor revolucionário e a reação popular cujo desfecho seria a tomada do poder e a instauração de um governo socialista. Em um cenário (bem) estruturado para a extinção da subversão, a opção pelo enfrentamento e permanência na estratégia de combate insurrecional pode ser interpretada como uma denúncia da incompreensão dos grupos guerrilheiros de que “por um lado, as Forças Armadas passaram para a ofensiva e, por outro, [a esquerda armada] havia perdido a legitimidade social da etapa precedente”.²⁰⁵ Assim, o número crescente de militantes que eram surpreendidos e sequestrados se “chocou contra a auto-imagem de invencibilidade, a confiança cega nos diagnósticos, nos objetivos e estratégias adotadas e a ainda mais cega crença no vínculo estreito e indestrutível que supostamente unia a guerrilha às massas”.²⁰⁶ Em muitos casos, os militantes desses grupos não tinham a consciência da dimensão do enfrentamento de que faziam parte, em nome de “uma transformação radical da sociedade.”²⁰⁷

A presença e a permanência de jovens dispostos a fazer parte da luta armada alimentaram a defesa na permanência na luta revolucionária para os Montoneros e para o ERP, enquanto a repressão avançava sobre os quadros sociais que deveriam sustentá-los, como os trabalhadores sindicalizados. Estes últimos, inclusive, mesmo desarticulados e não necessariamente vinculados à guerrilha, foram o grupo que se manifestou quase ininterruptamente ao longo de todo o período.²⁰⁸ Entretanto, para os Montoneros, o que sustentava a continuidade nas “estratégias de combate” era a crença de que, apesar das baixas, o movimento revolucionário seria vitorioso no conflito contra os militares. Em depoimento feito a Gabriel García Marquez, em 1977, Mario Firmenich, um dos fundadores e principal

²⁰⁴ MANEIRO, María. *La Plata, Briso y Ensenada. Los procesos de desaparición forzada de personas en el “Circuito Camps”*. Em: IZAGUIRRE. **Op. cit.**, p. 360.

²⁰⁵ OLLIER. **Op. cit.**, p. 34.

²⁰⁶ NOVARO; PALERMO. **Op. cit.**, p. 101-102.

²⁰⁷ MANEIRO. *Op. cit.* Em: IZAGUIRRE. **Op. cit.**, p. 363.

²⁰⁸ A intensa, porém pouco articulada, mobilização sindical se manteve ativa entre 1976 e 1979. Os trabalhadores sindicalizados seriam o grupo social com maior número de presos-desaparecidos, durante o Processo. NOVARO; PALERMO. **Op. cit.**, p. 203.

membro da direção do Montoneros, afirmou que esperavam que a repressão desse novo ímpeto combativo à população.²⁰⁹ Firmenich assegurou que o grupo era ‘a opção política mais segura para o futuro imediato’ na Argentina, pois, segundo acreditava, ‘a ditadura se esvaziou’ e estava ficando cada vez mais isolada internacionalmente. Afirmou que, em contrapartida, os Montoneros ainda contavam com grande prestígio, no país.²¹⁰

A chamada *Contra ofensiva montonera de 1979* é a síntese desse equívoco. O grupo convocou seus militantes, em abril daquele ano, para “organizar uma resistência das massas e lançar ‘ataques fulminantes’ contra o regime”.²¹¹ A ação contaria com o apoio de setores do sindicalismo peronista e visava despertar uma ampla mobilização operária. O foco seria a região industrial da grande Buenos Aires. Entretanto, a Contra ofensiva falhou. Os poucos militantes sindicalizados que se mobilizaram foram capturados ou mortos pela repressão, o que auxiliou o descrédito e a desarticulação do grupo. Informalmente, contabilizam-se seiscentas mortes na ação.²¹² Ainda no final daquele ano começaram a surgir duras críticas à estratégia montonera, como a do escritor e intelectual Juan Gelman, publicada em dezembro.²¹³ De acordo com Hugo Vezzetti, a carta de Gelman propunha a separação do grupo e a criação de uma nova organização, o ‘Peronismo Montonero Autêntico’, distante e alheio das decisões de Firmenich. Dentre as críticas que fez sobre os Montoneros, contavam aquelas que eram recorrentes entre os que já se identificavam como “montoneros autênticos”: aqueles militantes exilados que discordavam das diretrizes do grupo.

[...] militarização da política, autoritarismo, isolamento das massas, verticalismo dos quadros profissionais; finalmente diziam os montoneros ‘autênticos’, ‘a OPM [Organizaciones Peronistas Montoneras] resulta tão autoritária quando a Junta Militar a que diz opor-se’.²¹⁴

²⁰⁹ Mario Firmenich vivia no exílio desde 1975. Exerceu o cargo de chefia máxima dos Montoneros, entre os anos de 1971 e 1979. Durante o período em que esteve sob seu comando, o grupo realizou alguns dos seus atos mais conhecidos, como o assassinato do ex-presidente Aramburu e do secretário geral da CGT José Inácio Rucci.

²¹⁰ Apud NOVARO; PALERMO. **Op. cit.**, p. 94-97. Também em: CALVEIRO. **Op. cit.**, p.135; GASPARINI. **Op. cit.**, p. 89.

²¹¹ NOVARO; PALERMO; **Op. cit.**, p. 103.

²¹² NOVARO; PALERMO; **Op. cit.**, p. 103. Gasparini avalia que os Montoneros já estavam muito desgastados em 1979. Parte de sua crença de que a população se uniria às suas frentes era decorrente da já citada mobilização sindical que pouco, ou nada, estava vinculada ao grupo. Somados à antipatia dos grupos sindicais estavam os grupos de direitos humanos, também em crescente mobilização e visibilidade. Afirma Gasparini: “Apesar de proclamar a reunificação do peronismo como o centro da oposição, os Montoneros não conseguiram se reincorporar a cena política nacional. Não apenas pelo isolamento de suas propostas [...] senão porque as ações militares que as acompanharam foram contraproducentes”. Conclui afirmando que as distintas direções das organizações sindicais repudiaram as ações em massa. Em GASPARINI. **Op. cit.**, p. 193-195.

²¹³ Juan Gelman é jornalista e poeta argentino. Ex-militante se exilou na Europa desde 1975.

²¹⁴ Havia divisões dentro dos Montoneros. Mario Firmenich fazia parte da cúpula máxima da organização e fundou, em 1978, durante seu exílio o Movimento Peronista Montonero (MPM), independente das Organizações

3.3 DESARTICULAÇÃO E DESARME DA GUERRILHA

Durante 1976 e 1979, a ofensiva militar contra os “ataques terroristas” foi desproporcional a sua real ameaça. Em parte porque, ainda no governo democrático, o amplo apoio e adesão popular à guerrilha tinham acabado e os confrontos violentos com as organizações paramilitares provocaram inúmeras baixas entre os militantes. Não é exagerado afirmar que, em 1976, as organizações armadas já estavam praticamente aniquiladas.²¹⁵ Entretanto, os principais grupos, o PRT-ERP e os Montoneros, permaneciam mobilizados e criam que o golpe geraria as condições sócio-políticas ideais necessárias para que a revolução socialista fosse efetiva na Argentina. Portanto, a opção de ação dos grupos foi a mobilização de suas forças para se manterem na luta armada, com o objetivo de derrubar o novo governo. Entretanto, passado um ano do golpe, o PRT-ERP fora praticamente extinto e o saldo dos embates entre as células revolucionárias contra as forças do governo era positivo para os militares, mais bem equipados e articulados em sua tarefa de perseguição e massacre político. Os líderes do grupo, com a intenção de manterem-se no combate, decidem se exilar para, fora do país, organizar um movimento de massas capaz de derrubar a ditadura, o que nunca ocorreu.²¹⁶

Os montoneros, como pude explorar anteriormente, procuraram articular ofensivas, ações e ataques, durante o triênio 1976 e 1979, sem sucessos expressivos. Na realidade, ainda entre fins de 1976 e os meses seguintes, enquanto os atentados dos grupos armados contabilizaram em torno de quarenta mortos, as mortes provocadas em confrontos forjados e em sequestros podiam ser contadas em centenas e milhares.²¹⁷ Colaboravam com as forças do aparato repressivo setores importantes da sociedade civil, como os empresários e os industriais argentinos. Os mecanismos de fiscalização dos funcionários e dos sindicatos, com a finalidade de impedir que a subversão se proliferasse entre os operários, servem de exemplo

Peronistas Montoneras (OPM). Juan Gelman e Rodolfo Walsh defendiam a volta ao peronismo “de base”, abandonado após 1974. Naquela ocasião, a cúpula do movimento, e dentre seus membros, Firmenich, compreendeu que o peronismo havia acabado, com a morte do líder e a traição de Isabel de Perón e de López Rega. Enquanto exercia o cargo de oficial da inteligência no movimento montonero, Rodolfo Walsh escreveu cartas nas quais criticou as posturas de Firmenich, afirmando que a guerra estava perdida e que a postura de enfrentamento levaria ao aniquilamento da organização. “As cartas são conhecidas e foram muito comentadas: em síntese, propunha reconhecer a derrota, procurar um reposicionamento dentro do peronismo [...] e recuperar sobre essas bases, a experiência histórica da Resistência. Planejava, em consequência, retomar a política e abandonar a ação militar, mas também denunciava o esquematismo ideológico e a falta de informação histórica dos dirigentes, o desconhecimento da situação nacional e o desprezo pelas bases do movimento”. VEZZETTI, 2009. **Op. cit.**, p. 90.

²¹⁵ NOVARO; PALERMO. **Op. cit.**, p. 88.

²¹⁶ OLLIER. **Op. cit.**, P. 36.

²¹⁷ OLLIER. **Op. cit.**, p. 39; NOVARO; PALERMO. **Op. cit.**, p. 99.

desta articulação.²¹⁸ As ações repressivas contra as mobilizações sindicais acabavam por contribuir para a difusão do medo na sociedade e, igualmente, para o desmanche de qualquer traço que houvesse sobrado do movimento revolucionário da década anterior. Segundo dados da Asamblea Permanente de Derechos Humanos (APDH), a maior percentagem de pessoas desaparecidas durante o Processo era composta pelo grupo de operários (30,2%). Ainda de acordo com os dados da Asamblea, em seguida vinham os estudantes (21,0%); depois, os demais trabalhadores assalariados (17,9%); os profissionais liberais (10,7%); e os docentes (5,7%).²¹⁹ Ou seja, estatisticamente, fica claro para os militares argentinos que o agente subversivo estaria entre os trabalhadores e dentro das instituições de ensino (58,8% e 26,7%, respectivamente, totalizando 85,5% dos desaparecidos no regime).²²⁰

A atmosfera de medo e de perseguição daqueles anos era fomentada pelo extenso leque de características que definia os inimigos internos, predispondo suspeitas sobre grande parte dos indivíduos. Igualmente, crescia na sociedade o receio de manifestar abertamente opiniões e ideias contrárias ao governo. Nenhum desses receios estava fundamentado em suspeitas. De fato, os sequestros, em sua maioria, eram realizados à luz do dia. Após serem sequestrados, os militantes ficavam a disposição de agentes militares livres de qualquer tipo de ingerência legal, recaindo sobre eles e sobre suas famílias o medo das possíveis consequências.²²¹ Segundo Maria Matilde Ollier, esse dispositivo

[...] funcionou desde 1976 até 1979, período em que ocorreram 98,38 por cento dos sequestros e 98,3 por cento das mortes do Processo. Assim, no último trimestre de 1976 se registrou uma média de 15 sequestros diários, e, enquanto as baixas montoneras após um ano do golpe ascendiam a 2.000 pessoas, em 1978 alcançavam 4.500 militantes.²²²

Desta forma, o método de desaparecimento colaborou para gerar inseguranças e desagregação dentro da própria guerrilha. Os relatos dos ex-militantes montoneros são exemplares no que se refere ao sentimento de desamparo que a organização provocou em seus

²¹⁸ NOVARO; PALERMO. *Op. cit.*, p. 150

²¹⁹ ASAMBLEA PERMANENTE POR LOS DERECHOS HUMANOS; INSTITUTO ESPACIO PARA LA MEMORIA. *Op. cit.*, p. 32-36. Nesta distribuição por profissão, também estão representados, entre os demais 14,5% dos desaparecidos, trabalhadores autônomos, donas de casa, jornalistas, artistas, soldados e subalternos das forças de segurança e religiosos.

²²⁰ Infográfico “Distribución de desaparecidos por profesión u ocupación”. *Ibidem.*, p. 22.

²²¹ OLLIER. *Op. cit.*, p. 54.

²²² *Ibidem.*, p. 54.

membros.²²³ A Conducción Nacional do grupo baixou um documento interno, em 1977, orientando os militantes como proceder em caso de captura, para a permanência na luta – e, evidentemente, para a não delação e desarticulação do grupo. Segundo as críticas de ex-militantes, que se exilaram no período, a Conducción Nacional se equivocava insistindo na imagem de invencibilidade. Gasparini chama de “baixa moral” o conjunto de sentimentos que preponderava entre os militantes: insegurança, desconfiança e medo do destino que o grupo poderia lhes impor. Essa baixa moral seria consequência da derrota iminente, pela qual não valeria a pena dar sua vida.²²⁴ Afirma o autor:

A dimensão do risco se evidencia na ordem da direção montonera aos seus militantes de cometerem suicídio com cianureto ao serem apreendidos. Que outro ensinamento podemos extrair hoje daquelas pastilhas de veneno senão que demonstravam explicitamente a eficácia da tortura ao tentar evitá-la com a morte?²²⁵

Junto a essas orientações de suicídio, a organização chegou a proibir a dissidência interna, sob ameaça de fuzilamento do dissidente. Muitos militantes passaram para a clandestinidade, ou se exilaram, para fugir das repressões iminentes: a do Estado militarizado e a de seu grupo político.²²⁶ O fracasso da contra ofensiva montonera, a última tentativa de comprovar a transformação proposta pelo grupo, auxiliou esta baixa moral. Revelações incômodas das relações de poder e de hierarquia, das ameaças e da militarização das relações pessoais, dentro do grupo, se tornaram frequentes e contribuíram para sua desarticulação. Assim, o afastamento da militância dos ideais defendidos também foi devido à percepção de construções internas, cujas características se assemelhavam ao poder vigente que buscavam destruir.²²⁷ Desde sua formação, a guerrilha continha traços das estruturas hierárquicas e autoritárias que reproduziam o modelo político argentino.

Progressivamente, a população foi obrigada a se isolar, não apenas no ambiente privado, “dado que o dispositivo autoritário chegava até as casas de cada argentino”, mas em meio ao silêncio e a autocensura. Muitos se viram obrigados a abandonar os espaços públicos e

²²³ GASPARINI. *Op. cit.*, p. 147-158. OLLIER. *Op. cit.*, p. 53-76.

²²⁴ GASPARINI. *Op. cit.*, p. 151; 154.

²²⁵ *Ibidem.*, p. 153.

²²⁶ OLLIER. *Op. cit.*, p. 40; 64.

²²⁷ CALVEIRO. *Op. cit.*, p.135; OLLIER. *Op. cit.*, p, 121-164; BASUALDO. *Op. cit.*, p, 09-10; VEZZETTI, 2009. *Op. cit.*

retroceder aos fazeres da vida cotidiana.²²⁸ Entre aqueles que não foram presos, os setores sociais não combatentes, o desamparo e isolamento também eram evidentes. Os familiares e amigos de presos políticos não tinham como denunciar o desaparecimento de algum conhecido e, caso o fizessem, encontrariam dificuldades para seguir com a busca. Mesmo nas organizações de direitos humanos, somente durante o ano de 1976, centenas de advogados foram preso-desaparecidos²²⁹ ao assumirem causas de *Habeas corpus* de presos políticos.²³⁰ Durante certo tempo, a função jurídica de instituições de direitos humanos, como a APDH, fundada em 1975 e que manteve suas atividades durante o Processo, ficou relativamente restrita.

3.4 FIM DA GUERRA INTERNA E CONTAGEM DAS BAIXAS

Terminada fase mais intensa da repressão, o Processo de Reorganização Nacional entrou em uma crise de legitimidade crescente. A Junta Militar, que desde o início, esteve dividida entre dois grupos de orientações distintas, os *moderados* e os *linha dura*, não conseguiu encontrar coesão para os planos de continuidade do Processo. Resumidamente, pode-se afirmar que os moderados eram representados especialmente pelo presidente Jorge Videla e o comandante Eduardo Viola – quem o sucedeu na presidência, em 1981. Portanto, este grupo esteve no poder durante quase todo o governo militar. Mesmo com o país enfrentando uma agravante crise econômica, defendiam a autonomia do ministério de Martínez de Hoz e também a implantação do processo de abertura política coordenada com os setores civis. Segundo Videla, era necessário o diálogo com os partidos políticos e com os demais representantes sociais para, quando fosse possível que a governança do país voltasse às mãos civis, “assegurar a inserção das Forças Armadas no sistema político com o objetivo de facilitar sua participação nas tomadas de decisões”.²³¹

Os linha dura, em contrapartida, estavam compostos especialmente pela Marinha e por parte do Exército. Tiveram seu representante na presidência quando empossaram o

²²⁸ OLLIER. **Op. cit.**, p. 68; BERTOTTI, Maria Carla. *Del “Cordobazo” al golpe de Estado Del ’76. Una aproximación a las confrontaciones sociales en la provincia de Córdoba*. Em IZAGUIRRE. **Op. cit.**, p. 351.

²²⁹ A expressão “preso-desaparecido”, que usarei em alguns momentos do texto, tem um sentido histórico-político claro. Até, aproximadamente, 1978, o *status* de “desaparecido” era designado indiscriminadamente, já que era desconhecido o que ocorrera. Após as revelações das prisões, torturas e, na maioria dos casos, morte de militantes políticos, esta expressão ganhou força como denúncia do método de sequestro e eliminação da oposição, perpetrado pelo governo. Observamos, então, que após 1978, o uso da expressão “preso-desaparecido” é intencional e uma denúncia política.

²³⁰ PASCUAL. **Op. cit.**, p. 98-99.

²³¹ Entrevista concedida ao jornal *Clarín*, em 21.12.1977. A participação permanente das Forças Armadas no exercício do poder se daria por meio de decretos, especialmente em relação aos assuntos de segurança nacional. Em: NOVARO; PALERMO. **Op. cit.**, p. 222.

comandante Leopoldo Galtieri, em dezembro de 1981. Este grupo era forte defensor do retorno da “ortodoxia processista”, contra o afrouxamento do combate anti-subversivo e contra o projeto moderado de diálogo com os partidos para uma abertura política. A partir de 1978, o projeto de abertura dos moderados tomou forma com a Copa do Mundo e a visita de órgãos internacionais de direitos humanos. A partir daquele ano, as tensões entre os dois grupos se acirraram.

Para os moderados, a perspectiva de realização da transição conciliada era iminente. Durante os dois primeiros anos da ditadura, e apesar da permanência de alguns focos de resistência, a oposição foi sensivelmente aniquilada – ou isolada de uma forma que não representava ameaça significativa ao *status quo* processista. O exemplo mais representativo da conquista da *pax processista* foi a Copa de 1978. Naquela ocasião, o governo pode apresentar ao mundo o resultado dos anos de investimento repressivo: a imagem de um país unido, livre do “vírus subversivo”, em harmonia e em paz.²³² O ufanismo, alimentado pela competição esportiva, criou um hiato representativo para as oposições, silenciando suas tentativas de levantar palavras de ordem contra o governo.²³³ Mesmo as ações dos Montoneros, suas interferências em estações de rádio e TV e mais de vinte ataques a diferentes pontos na cidade de Buenos Aires, dentre eles a Casa Rosada, não provocaram repercussões públicas. A difusão de notícias estava totalmente controlada pelo Estado. O Mundial se transformou em uma festa popular, afastando ainda mais o grupo guerrilheiro das massas.²³⁴ Naquele momento, estas últimas desempenharam o papel de entusiastas da nação de forma crescente, a cada vitória da seleção argentina, respaldando implicitamente o governo autoritário.

As imagens projetadas da Argentina no exterior, durante a Copa, de um país sem conflitos, sem medo e coeso foram o primeiro passo do projeto de abertura controlada.²³⁵ Em

²³² NAVARRO; PALERMO, *op. cit.*, p. 206.

²³³ Como oposições, considero os distintos movimentos que tentavam se articular no período: a resistência guerrilheira, na figura dos Montoneros, e as instituições de direitos humanos que começavam a se articular e pressionar o governo sobre o presos políticos, ainda de forma incipiente.

²³⁴ GASPARINI. *Op. cit.*, p. 178.

²³⁵ Essa imagem que o Processo quis projetar no exterior não foi hegemônica. Ao contrário, encontrou forte resistências e críticas de países e de órgão internacionais de direitos humanos. A essas resistências e críticas, o governo processista chamou de “Campanha Antiargentina” articulada no exterior, durante o Mundial. Redes de solidariedade aos presos e desaparecidos do governo militar fizeram ecoar, em toda a Europa, os dizeres “Nada de futebol entre campos de concentração” e “Boicote a Copa do Mundo”. O mais notável resultado dessas campanhas, e o evidente reconhecimento internacional do massacre político em processo dentro da Argentina, foi a tentativa de boicote à Copa de muitas seleções européias, como a francesa e a holandesa.

Para refutar essa “campanha”, o governo militar cuidou de disseminar sua contrapropaganda. De acordo com a análise de Sônia Camargo e José Maria V. Ocampo, o governo militar confundia de propósito o objeto da campanha, ou seja, a crítica ao governo militar, com a própria ideia de nação, transformando a campanha antiditatorial em antiargentina. Segundo os autores, essa confusão “favorecia o objetivo do regime, a saber, a

seguida, esteve a progressiva desativação dos CCDs. Até o começo de 1979, somente sete dos aproximadamente trezentos e sessenta CCDs seguiam operando e poucos eram os preso-desaparecidos que continuavam com vida.²³⁶ Esses resultados, considerados pelos moderados como síntese da boa condução do país, possibilitaram a permissão dada pelo governo à visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) para o segundo semestre de 1979.

Novaro e Palermo avaliam as expectativas em torno da visita da Comissão:

Tanto a presidência como os comandantes ‘moderados’ do Exército depositaram na visita da CIDH a esperança de limpar sua imagem externa e bloquear, simultaneamente, os linhas-duras e a crescente atividade do movimento de resistência que estava sendo gerado em torno dos organismos de direitos humanos. A aposta era que ela registrasse a ‘melhoria’ da situação a partir de 1978, levando em conta a redução do número de detidos à disposição do PEN [Poder Executivo Nacional] e a drástica diminuição das denúncias de sequestros. Com isso se alcançariam, simultaneamente, dois objetivos fundamentais para o futuro do processo: por um limite às denúncias sobre o ocorrido durante os *anos de chumbo*, e estabelecer formalmente o fim da ‘guerra’ e o começo de uma era de paz que servisse de marco às tarefas fundadoras do regime. Tratava-se, em suma, de acordo com a expressão do próprio Videla, de ‘ganhar a paz’.²³⁷

Entretanto, as repercussões internas, em relação ao relatório, foram muito distintas do esperado por Videla. Seu conteúdo, divulgado no início de 1980, acirrou as disputas no interior da Junta. As críticas explícitas ao aparato repressivo do governo foram interpretadas, dentro da lógica binária característica aos militares, como apoio social às forças subversivas que o governo cuidou de eliminar. Mais do que isso, os milhares de depoimentos com informações sobre os sequestros dos preso-desaparecidos, fornecidos por seus familiares e amigos, colocou a esquerda armada, simbolicamente, “como vítima central da repressão e se converteu no principal obstáculo às aspirações de permanência em longo prazo da instituição militar na política nacional”.²³⁸ Parte das Forças Armadas, especialmente o Exército, interpretou a colaboração da sociedade nas conclusões do relatório como evidências de que os

imobilidade social e política, condição de extrema importância para a implementação e manutenção no tempo, de forma irreversível, da violação sistemática dos direitos humanos. A sociedade foi silenciada, imobilizada e desarticulada em sua potencialidade de organização política através do terror e da manipulação dos meios de comunicação de massa”. CAMARGO; OCAMPO. **Op. cit.**, p. 327.

²³⁶ NOVARO; PALERMO. **Op. cit.**, p. 154-155.

²³⁷ **Ibidem.**, p. 364.

²³⁸ OLLIER. **Op. cit.**, p. 170.

subversivos estavam resgatando suas forças e que era necessário um novo recrutamento militar.

No plano econômico, as divergências internas da Junta também eram patentes. Houve sérios conflitos entre o ministério da Economia e a JM, que exemplificam a falta de coesão interna do regime processista. Apesar do apoio da presidência, o ministro Martínez de Hoz sofreu constantes vetos dos comandantes militares e não teve êxito na implementação do plano econômico que previa a abertura monetária e o livre-cambismo. O epicentro dos conflitos e das discordâncias entre a Junta e o ministério estava no tratamento de choque monetarista e na ideologia ultraliberal de Hoz. As medidas adotadas iam contra o comportamento estatista e nacionalista dos militares seus interesses constituídos de domínio total do Estado.²³⁹ Além do estatismo econômico, a opção e condução da política interna repressora e violenta contra a oposição auxiliou no insucesso do ministro. Em 1978, o país sofreu sanções de instituições monetárias como do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial. Os Estados Unidos, que durante o início da década de 1970 foi um importante aliado na luta antissubversiva, enviando armamentos para as Forças Armadas argentinas e dando treinamento antiterrorista aos seus militares, durante o governo Carter mudaram sua estratégia e posicionamento em relação à ditadura. A administração Carter internamente se comprometeu com uma política de valorização dos direitos humanos e, externamente, mantendo a prática intervencionista do país, procurou restringir o apoio aos países que violassem tal orientação. Essa nova política externa estadunidense se apresentou para a Argentina em forma de medidas restritivas de crédito e supressão de contratos econômicos.²⁴⁰ Todas essas medidas foram assumidas até que a Argentina apresentasse às organizações internacionais de direitos humanos, em especial à CIDH, da OEA, melhorias em relação às denúncias das violações dos direitos humanos.²⁴¹ Sem dinheiro, sem crédito, sem autonomia e aberto ao sistema financeiro internacional, o setor econômico argentino começou a dar sinais de agravamento da crise que se desenhava. Em 1980, a alta inflação e a séria recessão industrial confirmaram a falência do plano econômico.

Quando Viola assumiu a presidência, em 1981, esperava-se dele que evitasse decisões desconectadas dos “interesses da nação” no campo econômico, ou seja, que passasse a uma

²³⁹ ROUQUIÉ. *Op. cit.* Em BETHEL. **Op. cit.**, p. 220.

²⁴⁰ CAMARGO; OCAMPO. **Op. cit.**, p. 328-330.

²⁴¹ NOVARO; PALERMO. **Op. cit.**, p. 368.

política monetária mais intervencionista. Na prática, o novo presidente desmanchou o monumental ministério da economia em cinco pastas, visando maior controle presidencial sobre as decisões econômicas.²⁴² Já no plano político, seu breve governo deu por encerrada a fase de ordenamento e procurou iniciar diálogos com os setores civis para uma “redemocratização processista”, procurando acenar para uma convergência civil-militar. Enfatizando seu empenho no processo de abertura, Viola negociou o apoio da UCR e dos peronistas e se comprometeu com a elaboração do Estatuto dos Partidos Políticos.²⁴³ Entretanto, segundo o presidente, o retorno repentino a uma democracia “constituiria um ato irresponsável do ponto de vista do mais elementar senso comum”.²⁴⁴ Dessa forma, Videla seguia a orientação de que, para a constituição de um futuro regime democrático, era necessário que a iniciativa dos possíveis diálogos com os grupos políticos partisse do governo militar – o que garantiria a participação e o controle das Forças Armadas sobre o processo de redemocratização e de futuros governos.

Entre o setor político argentino, desde o golpe, os partidos se dividiram de três diferentes formas, na tentativa de permanecer na esfera de influência das decisões do Estado. As divisões refletem os posicionamentos dos grupos políticos frente ao Processo de Reorganização Nacional. O primeiro grupo estava composto por políticos apoiadores do regime que se reuniram informalmente no Movimento de Opinión Nacional (MON). Composto por representantes de distintos grupos, dentre eles políticos conservadores dentro do peronismo e do radicalismo, era esperado pelo governo que o MON funcionasse como base de um futuro desenho institucional, segundo as normas estabelecidas pelas Forças Armadas.²⁴⁵ Apesar de nunca ter se concretizado efetivamente, o MON seguiu como espectro político dos apoiadores do Processo. O segundo grupo estava composto por políticos que, apesar de não declararem seu apoio ao regime, consideravam a possibilidade de diálogo e de negociações. Fazia parte desse grupo Ricardo Balbín, expoente máximo da UCR e que, contrário ao controle do Estado pelos militares, tampouco se opunha diretamente à luta anti-guerrilheira. O terceiro e último grupo surgiu em 1981, com o início da abertura política e

²⁴² NOVARO; PALERMO. *Op. cit.*, p. 469.

²⁴³ Em março de 1981, Viola declarou que o “peronismo poderá – e isso só depende da vontade e da condução de seus homens – estruturar-se e participar ativamente da vida política nacional” (*Clarín*, 01.03.1981). Apud NOVARO; PALERMO. *Op. cit.*, p. 470. Segundo os autores, na fala de Viola reaparecia “de forma tênue a tese que identificava o peronismo como barreira eficaz contra a radicalização dos setores operários”.

²⁴⁴ (*Clarín*, 19.06.1981). Apud. *Ibidem.*, p. 473.

²⁴⁵ OLLIER. *Op. cit.*, p. 166. Cabe a lembrança de que o MON foi pensado para funcionar, institucionalmente, como a ARENA, no Brasil. Seria um movimento acima de partidos políticos que conferiria legitimidade para as ações do governo militar, dentro da esfera civil. A proposta do movimento foi pensada por setores do Exército e deveria contemplar os setores políticos que se interessassem em participar aceitando os “objetivos e condições estabelecidos na Proposta Política” do governo. Em NOVARO; PALERMO. *Op. cit.*, p. 266-267.

reuniu os mais diferentes agentes do cenário político que se intensificava, naquele ano.²⁴⁶ Este grupo compôs a Frente Multipartidária, sobre a qual trato a seguir.

Passados poucos meses da posse de Viola, o enfraquecimento e desprestígio de seu governo eram evidentes e, apesar de incerta, a abertura era iminente. Entre alguns partidos políticos, crescia a ideia de que uma aliança ampla impediria que algum deles seguisse de forma independente em direção ao regime, ou que se revertesse a abertura parcial já efetivada pelo presidente. A partir desta avaliação, em julho de 1981, foi fundada a Frente Multipartidária, sem grandes ambições políticas. No momento de sua articulação, não apresentou projetos significativos, nem procurou contemplar as demandas sociais relativas à emergente causa dos direitos humanos. Na realidade, essa organização não foi pensada como uma aliança anti-autoritária, mas sim como uma ferramenta de negociação com o governo para a transição, mediante a sua anunciada predisposição para o debate. De forma implícita, a Frente “supunha que o silêncio ajudava a abrir caminho para o regresso ao sistema representativo e que os militares deveriam perceber que a passagem do tempo lhes dava garantias”.²⁴⁷ Não se esperava, até então, uma transição para a democracia que não fosse conduzida pelo governo. Entretanto, no final daquele ano e com os crescentes conflitos internos do governo, somados às demandas sociais crescentes, seu papel transcendeu as ambições fundadoras. A “Convocação ao país”, de agosto de 1981, (re) afirmou a posição da Multipartidária como representante do setor civil, sem se apresentar como ameaça explícita ao regime nem, tampouco, temer se unir a ele. Progressivamente, a Frente serviu de refúgio aos adversários do regime, concentrando figuras públicas ligadas às instituições de direitos humanos, como Raúl Alfonsín, alguns dirigentes socialistas, democratas cristãos, intelectuais e artistas, setores do sindicalismo e ex-militantes da esquerda revolucionária “que olhavam com atenção o que se passava na cena política”.²⁴⁸ Tornou-se o canal de expressão dos mais diversos grupos de interesse e de opinião da sociedade. O fim do governo Viola habilitou aqueles partidos “para avançar para um estágio superior daquela estratégia. [Eles] agora exigiam ‘representar a maioria do povo argentino’”, conforme assinalavam suas declarações de dezembro de 1981 e de janeiro de 1982.²⁴⁹ Mas este fôlego opositorista, limitado no campo político e impedido de contemplar as crescentes demandas dos órgãos de direitos humanos, não chegou ao final de 1982.

²⁴⁶ OLLIER. *Op. cit.*, p 167.

²⁴⁷ NOVARO; PALERMO. *Op. cit.*, p. 403-493.

²⁴⁸ OLLIER. *Op. cit.*, p 167

²⁴⁹ NOVARO; PALERMO. *Op. cit.*, p. 621.

Em dezembro de 1981, a posse de Galtieri deu novo fôlego aos militares, em especial, aos setores da “linha dura”, grupo de pertença do novo presidente. No início de 1982 a Argentina declarou guerra ao Reino Unido pela recuperação das Ilhas Malvinas que, desde 1833, estavam sob o domínio britânico.

O Processo de Reorganização Nacional estava em uma crise que não apresentava horizonte de redenção. A invasão das Ilhas serviria para dar novo ímpeto nacionalista ao país, já que a caçada ao inimigo interno “anti-argentino” tinha terminado. De maneira crescente, desde 1980, a oposição ressurgiu potencialmente mais perigosa para o governo, vinculada às demandas pontuais por informações sobre os presos e desaparecidos, sustentadas pelas denúncias dos órgãos de direitos humanos, nacionais e internacionais. Se em 1976, o arbítrio e a repressão das Forças Armadas foram respaldados pelo ideal salvacionista contra o inimigo subversivo, em 1982, após ter sido revelado à população os métodos e o custo em vidas dessa empreitada, a opinião pública começou a pressionar para que os militares se retirassem da política. Desde a visita da CIDH e a revelação dos crimes cometidos clandestinamente pelas forças da ordem, a autoridade do Processo estava abalada e desacreditada enquanto mantenedora da ordem e da paz. Somada a esta mudança de comportamento social estava a evidente falência do projeto econômico de modernização neoliberal, que quebrou importantes setores da produção e conduziu o país a uma espiral ascendente de endividamento do Estado. Os setores econômicos que apoiaram o golpe de 1976, os industriais, os agroexportadores e os empresários do capital financeiro, após o prejuízo causado pela especulação, passaram a endossar as críticas da inaptidão militar para uma modernização eficaz.

A conjugação desses fatores incentivou que um antigo projeto de retomada das Malvinas fosse levado a cabo. Segundo a estratégia do governo,

[...] as Malvinas eram a pedra angular do arco da saída triunfal do Processo, pelo qual se conseguiria, mediante um golpe de mão combinado com outros golpes de mão, colocar uma força própria capaz de conduzir a transição e sustentar eleitoralmente a liderança de Galtieri.²⁵⁰

O novo despertar do nacionalismo provocou outra onda de apoio eufórico ao regime. Partidos políticos, artistas e intelectuais, sindicatos e mesmo organismos de direitos humanos – então comprometidos politicamente contra o governo – aderiram ao investimento dos

²⁵⁰ NOVARO; PALERMO. *Op. cit.*, p. 529.

militares.²⁵¹ Esta seria a fórmula encontrada por amplos setores da sociedade de “esquecer, deixando para trás, de modo rápido e definitivo, os fantasmas que os perseguiram desde o início do Processo”.²⁵²

Após a derrota na guerra, o abandono abrupto do governo pelos militares abriu o espaço político para o retorno às condições da restauração democrática que deveria ser conduzida pelos setores civis. Entretanto, depois de quase oito anos de afastamento da esfera decisória do governo e, como tentei demonstrar, em vista do relativo colaboracionismo de alguns grupos políticos ao regime que se encerrava, estes setores civis se encontravam desarticulados e despreparados politicamente para o retorno democrático.

O desafio da *reconstrução* do país, após sua *reorganização*, se deu mediante novas exigências sociopolíticas que em muito sintetizavam as transformações ideológicas e culturais vividas por toda a sociedade nestes anos, mas, especialmente, pelos ex-militantes da esquerda armada.

3.5 RECONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA: PARA AS ESQUERDAS E PARA O PAÍS

Como explorei anteriormente, os grupos da esquerda armada argentina nasceram em um ambiente no qual, durante a década de sessenta, se somaram as ideologias e as experiências revolucionárias internacionais, como a Revolução Cubana. Distanciando-se do marxismo ortodoxo, a nova esquerda argentina aliava à ideologia marxista elementos do peronismo e do foquismo guevarista. Desta união de crenças, a política armada gerou, no seio de seus grupos, a concepção militar e autoritária da ação revolucionária. Tentei demonstrar nos primeiros capítulos desta pesquisa que, naqueles anos, o uso da violência foi considerado como o único caminho e a concepção de guerra total e a necessidade de aniquilação do inimigo se “encaixavam perfeitamente com essa figura do guerrilheiro como um combatente igualmente total e consagrado a sua causa”.²⁵³ Para os fins propostos aqui, tomo em conta as reflexões de Hugo Vezzetti apresentadas em seu livro *Pasado y presente*. Vezzetti argumenta que a concepção de guerra esteve presente no imaginário argentino e, portanto, também no imaginário dos militantes guerrilheiros. Sobre as formas de participação política da sociedade, o autor considera:

²⁵¹ LVOVICH; BISQUERT. **Op. cit.**, p. 24.

²⁵² NOVARO; PALERMO. **Op. cit.**, 606.

²⁵³ VEZZETTI, 2009, p. 62.

Basicamente, em uma enumeração necessariamente aberta: a redução da política à guerra, a ascensão e a busca dos extremos, a disposição anti-institucional e *ajurídica*, o exagero nos fins e nos meios. Finalmente, as construções da *guerra* afundavam suas raízes em um terreno povoado pelas potências do imaginário, alimentado pela experiência de um limite, em que pareciam ter sido feitos em pedaços todos os fundamentos de uma ordem e que instalava a sensibilidade estendida de uma crise tão profunda que impunha uma intervenção drástica e necessariamente violenta.²⁵⁴

Entretanto, após o golpe de 1976, como o exemplo dos Montoneros permite observar, a opção pela permanência no combate declarado e aberto contra as Forças Armadas persistiu. Na análise dos fatos que se passaram desde o início da década de 1970 para o final da década de 1980, considero de extrema importância a consideração de que os guerrilheiros, conscientes, envolvidos e agentes de seu tempo, “não foram arrastados por forças do destino: optaram, ética e politicamente, pela violência revolucionária”.²⁵⁵ Como se viu, o investimento revolucionário não deu os frutos esperados por seus militantes. Desde o governo peronista e, acentuadamente após o golpe de março de 1976, em 1979 a guerrilha havia sido derrotada na guerra que empreendeu contra o sistema. Apesar do inegável peso da repressão ordenada e bem articulada das Forças Armadas, outro fator auxiliou nesta derrota. Com o retorno democrático, em 1973, cresceu progressivamente o embate entre a *política* e a *violência* como opções de ação. Nesse embate, foi igualmente progressivo o afastamento das massas e da população do ideário revolucionário. Durante o período democrático que precedeu o Processo, esse fenômeno foi devido à falta de legitimidade das ações, consideradas clandestinas e ilegais. Já durante o novo regime militar, autoritário, o afastamento foi consequência do medo crescente que a repressão causou na sociedade. Dessa forma, para as guerrilhas, o período marcou uma grave derrota política que antecedeu a derrota militar.²⁵⁶

Anteriormente, explorei de forma introdutória que essa derrota política teria sido consequência da estruturação interna dos grupos. Estes se alinhavam ideologicamente a uma concepção autoritária, hierarquizada, cuja cadeia interna de cargos e papéis desempenhados pelos militantes se organizava sobre preceitos de ordem, obediência e disciplina. Somado a isto estava a concepção heróica do uso da violência, necessária contra os inimigos em nome de uma transformação profunda da nação: sua libertação da violência e da exploração

²⁵⁴ VEZZETTI, 2002. **Op. cit.**, p. 108.

²⁵⁵ TARCUS. *Notas para uma razão instrumental. A propósito do debate em torno da carta de Oscar Del Barco*. Em: **Políticas de la memoria**. Revista do CeDInCI, nº6/7, 2006/2007, p. 21.

²⁵⁶ GASPARINI, **Op. cit.**; TARCUS. **Ibidem.**, p. 15.

histórica sobre a qual estava submetida. A contradição profunda entre os métodos empreendidos pela guerrilha e seu objetivo final; entre as formações internas dos grupos e a crítica que faziam a forma repressiva e autoritária do governo militar só pode ser compreendida após a experiência repressiva e massacrante do Processo. Como consequência desta compreensão, a militância e os setores simpáticos a ela foram conduzidos para um afastamento progressivo de seus métodos – o confronto armado, técnicas de guerra de guerrilha, com orientação foquista – e de seus ideais – a instauração de um governo revolucionário. Passaram a refletir sobre outras perspectivas a relação entre as experiências na militância e as consequências das ações do governo sobre suas vidas, como agentes individuais e como membros de uma coletividade. De acordo com a análise de Vezzetti, a partir de 1979, “houve condições culturais e sociais favoráveis [para] uma primeira renovação do pensamento da esquerda marxista e peronista”.²⁵⁷ Nessa esteira analítica, somam-se as considerações de Maria Matilde Ollier:

[a] brutal interferência sobre a privacidade foi acompanhada pelo desmembramento do ator coletivo que dava sentido à identidade política dos ex-militantes. Entretanto, outros conjuntos sociais (os partidos políticos, os sindicatos, etc.) também sofreram processos de desolação, pelo qual a eliminação da esquerda revolucionária conduziu seus ex-integrantes a um isolamento difícil de superar, precisamente devido a sua expressão (outros coletivos) e ao seu alcance (a privacidade).²⁵⁸

Os frutos dessas análises e autocríticas foram o importante reposicionamento frente às possíveis relações entre política e violência, sobre o qual a primeira passou a ser sobrevalorizada em detrimento da segunda. Compreendendo a política como prática do diálogo e da negociação, os ex-militantes passaram, em decorrência, a valorizar a democracia sobre o autoritarismo e o pluralismo sobre o maniqueísmo. Essa transformação de valores não foi sensível apenas na Argentina, mas nas esquerdas latino-americanas como consequência final dos regimes autoritários sobre elas. A democracia deixou de ser vista como um pretexto burguês e as eleições deixaram de ser consideradas uma fraude”.²⁵⁹ Esta conclusão pode ser

²⁵⁷ VEZZETTI, 2009. **Op. cit.**, p. 70.

²⁵⁸ OLLIER. **Op. cit.**, p. 122.

²⁵⁹ ANGELL; SUFFERN. *Op. cit.* Em: BETHELL. **Op. cit.**, p. 521. Também em OLLIER. **Op. cit.**, p. 196.

exemplificada pela fala de Juan Carlos Portantiero, onde afirma que, depois de 1976, “a democracia formal já não parece mais um puro clamor liberal”.²⁶⁰

Ocorreu então que, entre 1980 e 1981, alguns ex-militantes admitiram pela primeira vez o mal estar de viver sob a opressão não só de uma ditadura senão também de uma organização política centralizadora. A valorização da liberdade, a partir da própria experiência, resulta decisiva neste processo. Encontraram-se então em condições de reconhecer as raízes autoritárias de seus próprios grupos e então surgiu a reivindicação democrática.²⁶¹

Os acontecimentos na sociedade argentina se articularam com essas mudanças de perspectiva das esquerdas. Entre 1980 e 1981, setores da sociedade civil ganharam voz para suas críticas. Contribuíram para isso a revelação do relatório da CIDH e a consequente projeção pública que as organizações de direitos humanos obtiveram. Estas se tornaram, gradativamente, referências para quem buscava informações sobre os desaparecidos ou ainda sobre as denúncias referentes às violações e abusos do regime repressivo. A mudança provocada na percepção e perspectivas de ação política, juntamente com a relação que a sociedade civil vinha estabelecendo, de forma crescente no cenário nacional, se evidencia na transformação dos termos usados para tratar as novas questões nacionais. Assim, no início da década de 1980, a ‘guerra interna’ se tornou ‘a repressão’, ou ‘o terrorismo de Estado’, e os inimigos subversivos passaram a ser chamados de ‘militantes’, ‘jovens idealistas’, ‘vítimas’ e, mais precisamente, ‘vítimas inocentes’.²⁶²

Cresciam as vozes de protesto e as manifestações contra o Processo de Reorganização Nacional e a favor da redemocratização imediata do país. Militantes juvenis, particularmente estudantes, começaram a ampliar as organizações de direitos humanos, juntamente com as mães e familiares das vítimas. A princípio, os participantes e simpáticos a causa não abrangiam muito mais do que os politicamente mobilizados e os ideologicamente inclinados a se identificar com as vítimas.²⁶³ Entre esses setores sociais engajados na demanda de informações e os que se mantinham apoiadores do regime, o segundo grupo diminuía na medida em que se produzia um “campo neutro” dentro da sociedade entre aqueles que pouco

²⁶⁰ Apud. VEZZETTI, 2009. **Op. cit.**, p. 96. Juan Carlos Portantiero foi um sociólogo e intelectual marxista e ex-membro do Partido Comunista Argentino. Trabalhou em distintos veículos da imprensa argentina, no jornal *Clarín*, na Revista *Nueva Expresión*, *Cadernos de Cultura*, entre outros. Durante o Processo de Reorganização Nacional, viveu exilado no México. É considerado o principal difusor da obra de Gramsci no país. TARCUS, 2007. **Op. cit.**, p. 520- 523.

²⁶¹ VEZZETTI, 2009. **Op. cit.**, p. 211.

²⁶² NOVARO; PALERMO. **Op. cit.**, p. 641.

²⁶³ Segundo os autores, no “final de 1982, só entre 14% e 20% da população considerava os desaparecidos um dos temas mais importantes para o país (pesquisa citada em Landi & González Bombal, 1995)” NOVARO; PALERMO. **Op. cit.**, p. 654.

ou nada souberam do que se passava durante o regime, senão pelo que lhes era divulgado na mídia. As crescentes manifestações e as notícias sobre elas chegavam ao grande público e produziam questionamentos com relação à finalidade do Processo em si. Da perda de legitimidade do regime cresceu a contestação e o repúdio à repressão. Ao mesmo tempo, a demanda por justiça e, com ela, a emergência do estado de direito ganhavam o centro do debate político. Entretanto, e isso também acompanhava esse processo, restava determinar o que deveria ser julgado e como. Quem seriam os responsáveis pelos crimes cometidos durante o Processo e qual seria o tipo de crime pelo qual seriam julgados. E, no final, “deviam agir os tribunais ou o poder político”?²⁶⁴

Com a eliminação da possibilidade de luta política por meio das armas, ou seja, da velha política armada, abriu-se um novo campo para as forças da oposição, “um campo opositor que se converteu em uma alternativa real de poder, isto é, de reposicionamento” da esquerda: o ressurgimento e a valorização da própria política formal.²⁶⁵

Sobre essas novas possibilidades de expressão e com um universo de novos temas nacionais a serem resolvidos, foram previstas eleições para o fim de 1983, sem o controle e a participação das Forças Armadas, duramente criticadas pelos frutos mortos de seu projeto fracassado. Avalio que, levadas em consideração as experiências vividas e as profundas mudanças que as forças de oposição atravessaram, as críticas que afirmam que os setores políticos não foram capazes de corresponder às demandas crescentes por mudança, não se sustentam.²⁶⁶ De fato, o final do regime militar foi consequência muito mais do fracasso na empreitada bélica contra a Inglaterra do que uma articulação político-social bem sucedida, capaz de, por dentro, desarticular e derrubar o Processo. Entretanto, há de se levar em consideração que, como busquei explorar anteriormente, a classe política do país não esperava que a transição democrática se desse a revelia das Forças Armadas. Na surpresa da nova situação e com a desarticulação dentro dos próprios setores militares, não houve tempo hábil para a criação de discursos coerentes e bem estruturados que se apresentassem para concorrer ao pleito.

²⁶⁴ NOVARO; PALERMO. *Op. cit.*, p. 650.

²⁶⁵ OLLIER. *Op. cit.*, p. 177.

²⁶⁶ Cito, especialmente, a análise de Novaro e Palermo sobre o processo eleitoral o qual consideram que as opções políticas para eleições: “[...] a única coisa realmente nova na cena política que eles foram capazes de oferecer era a liderança de Raúl Alfonsín. [...] Para eleições que tinham uma importância histórica indubitável, num contexto que supunha mudanças sociais, econômicas e culturais impossíveis de ignorar, para por em funcionamento uma ordem constitucional que até o próprio presidente de fato anunciava que haveria de regenerar a vida política do país, era uma oferta bastante pobre”. NOVARO; PALERMO. *Op. cit.*, p. 695.

Para restringir ainda mais essa análise, arrisco afirmar que para as esquerdas o desafio eleitoral foi ainda maior. Como tentei apresentar até aqui, durante os últimos cinco anos do Processo, passaram por superações radicais das estratégias de ação na resistência aos militares. Entre 1976 e 1979, a forma de resistência definida pelos grupos mais expressivos da oposição foi uso da violência, no que chamei de “política armada”.²⁶⁷ Entretanto, mediante o terror autoritário, surgiu uma nova estratégia. Na medida em que crescia a demanda por informações sobre o desfecho da luta anti-subversiva e a busca por notícias sobre os desaparecidos e as vítimas da ditadura, a militância em torno dos direitos humanos tornou-se a estratégia eficaz de desarticulação e deslegitimação do governo. As eleições de 1983 manifestam essa transformação. A gravidade e a importância desses elementos ficam mais claras com a dificuldade encontrada entre os partidos de esquerda para recuperar suas bases de apoio históricas. Para esses partidos ou agrupamentos políticos, além da falta de organização partidária consequente do banimento dos debates institucionais, o afastamento de suas bases históricas ficou evidente com a orientação de alguns setores operários e populares em apoio o *alfonsinismo*, enquanto outros se voltaram para a esfera de influência do peronismo.²⁶⁸

Nesse cenário de forças desarticuladas, a União Cívica Radical apresentou como candidato Raúl Alfonsín. Vice-presidente da APDH, Alfonsín se manteve distante do regime desde seu início e tampouco se envolveu com a polêmica nas Malvinas. Durante a campanha, assumiu as questões das violações dos direitos humanos como sua principal bandeira política, com o slogan “Somos la Vida”. Desta forma, reuniu em torno de sua figura, as prerrogativas adequadas para uma eleição em que se desejava votar na restauração de um pacto político fundado no direito, não em conteúdos ou plataformas eleitorais específicas.²⁶⁹ Entretanto, o ponto forte de sua campanha era a promessa de superação de um passado autoritário, de violência e de mortes e a promessa de um futuro democrático, de paz e onde seriam mantidas as garantias individuais.²⁷⁰

²⁶⁷ O recorte do primeiro triênio do Processo é simbólico, definido pelas datas do início do Processo de Reorganização Nacional e o ano de desarticulação social dos Montoneros que, como se viu, talvez tenham sido o grupo que mais se impôs no combate e no enfrentamento armado e direto contra o governo, por meio da violência.

²⁶⁸ NOVARO; PALERMO. *Op. cit.*, p. 694.

²⁶⁹ LVOVICH; BISQUERT. *Op. cit.*, p. 29.

²⁷⁰ CARLÉS, Geraldo Aboy. *Raúl Alfonsín y la fundación de la “segunda república”*. Em: GARGARELLA, Roberto; MURILLO, María Victoria; PECHENY, Mário (orgs.). *Discutir Alfonsín*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2010, p. 79.

[...] Alfonsín encarnou as ilusões de democracia, e a esperança de governar com ela as escolhas que havia várias décadas impedia que o país conseguisse simultaneamente uma forma de convivência civilizada, uma estabilidade política e a possibilidade de um crescimento econômico. Alfonsín afirmava que tudo isso poderia ser conseguido com a democracia, e essa proposta ganhou as eleições de outubro de 1983, impondo ao peronismo a primeira derrota de sua história.²⁷¹

Ainda no primeiro ano de governo, algumas medidas foram tomadas para reinstaurar o estado de direito no país. Durante sua presidência foi fundada a CONADEP (Comisión Nacional de Desaparición de Personas), integrada por treze membros e cinco secretários e presidida por Ernesto Sábató. Os trabalhos da comissão objetivavam a investigação e o levantamento de dados sobre a repressão do governo processista e as violações de direitos humanos. Como fruto desse esforço bem sucedido, foi produzido o relatório *Nunca Más*, que serviu de documentação para o julgamento das Juntas Militares, iniciativa que, sob muito conflito e idas e vindas, foi sancionada pelo presidente. Somaram-se à revisão do passado de violações dos direitos humanos o tratado de paz com o Chile e as intenções (falidas) de reforma sindical. Mesmo que o governo de Raúl Alfonsín, após cinco anos de governo, não tenha conseguido contemplar todas as promessas de sua campanha, é inegável o reconhecimento de que houve um grande esforço de ruptura com os governos anteriores e a incorporação de uma dimensão liberal para a política argentina.

²⁷¹ ROMERO, *Op. cit.*, 1996, p. 194.

4. CARTAZES DE DIREITOS HUMANOS: REPRESENTAÇÕES DAS NOVAS DEMANDAS POLÍTICAS

É possível se estabelecer um marco cronológico, de caráter simbólico, ao uso da violência como meio de atuação política na Argentina. Este marco corresponde ao decênio 1969 e 1979, do Cordobazo à Contra Ofensiva Montonera. Durante esse período, as forças políticas se confrontaram, lançando mão da violência como forma de participação e de ação, dentro do governo, exercendo cargos como de deputados e de governadores, e fora do governo, pelos sindicatos e demais associações. Essa afirmação não é válida apenas em relação à atuação das esquerdas. Como se viu, as forças da direita argentina puderam contar com auxílio significativo do aparato governamental na disputa acirrada contra os crescentes grupos da nova esquerda, revolucionária e guerrilheira. Apesar da participação das Forças Armadas ter crescido substancialmente durante o governo peronista, que lhes deu responsabilidades legais – e repressivas – para o controle dos conflitos sociais, foi com o golpe de 24 de março de 1976 que, como afirmei, a violência política passou para o monopólio do governo.

A partir da instauração do Processo de Reorganização Nacional, as Forças Armadas organizaram um aparato repressivo que lançou mão de estratégias e de métodos sistemáticos para a eliminação do “inimigo interno”. Este era genericamente definido como um “ser estranho”, infiltrado nas organizações e grupos da nova esquerda que, naquele momento, contavam com grande penetração popular. O marco simbólico que tracei se encerra com o fracasso da Contra Ofensiva Montonera de 1979. Pude explorar, no capítulo anterior, que a opção dos grupos guerrilheiros pela permanência na luta armada se mostrou uma opção não apenas equivocada, mas, essencialmente, uma estratégia suicida. É incontestável que o governo militar, pensado, articulado e dividido entre as três Forças foi bem sucedido em seu plano de eliminação das oposições, das contrariedades, do inimigo interno, do “não argentino”. O combate anti-subversivo, que visava “levar a paz” à Argentina, custou a vida de milhares de pessoas, em sua maioria, operários e estudantes, desaparecidos durante o período.²⁷²

A escolha pelo método de desaparecimento dos opositores foi uma decisão de extermínio político clandestino. Apesar do medo, consequente das ações violentas, a falta de informações provocou a mobilização de familiares e de amigos dos presos em busca de notícias. Desta forma, saber o que aconteceu, recuperar informações sobre os desaparecidos e

²⁷² De acordo com o levantamento da APDH, a soma destes grupos, entre o total de desaparecidos durante o Processo de Reorganização Nacional, ultrapassa 85%.

exigir a verdade se tornou o eixo principal das organizações de direitos humanos. Da soma destas demandas surgiram questões relativas aos desdobramentos da repressão. A primeira delas, mais subjetiva e, portanto, menos evidente, é a ausência da confirmação da morte, do corpo do desaparecido, ou de tumbas para que os parentes pudessem velar seus mortos e elaborar sua perda.²⁷³ A segunda é a surpresa e a dificuldade de se lidar com uma forma até então inédita de violência – e de violações – que foi o sequestro de pessoas. Se antes do golpe, os assassinatos eram difundidos na imprensa e assumidos por seus autores, depois de 1976 o terror da morte não mais se baseava em seu espetáculo, senão “no seu decorrer oculto e em sua indeterminação”.²⁷⁴ Isso contribuiu para que uma parte considerável da sociedade se mantivesse distante dos fatos e das denúncias sobre os sequestros e os desaparecimentos. No início do processo, os manifestantes que reivindicavam informações não eram mais do que os “politicamente mobilizados e ideologicamente inclinados a se identificar com as vítimas”.²⁷⁵ Entretanto, após a divulgação do relatório da CIDH, em 1980, os direitos humanos passaram a ocupar destaque na cena política argentina. Se não foram protagonistas exclusivos da redemocratização, certamente tiveram papel central, não apenas com as demandas por informações, mas também pelas temáticas de direitos e de justiça para a democracia que viria.

Já em 1977, a Anistia Internacional publicou em Barcelona um informe sobre a visita que fez à Argentina em novembro do ano anterior. No documento, denunciava que as mortes e violações dos direitos humanos, iniciados na etapa política anterior, não tinham cessado e que, desde o golpe, a instituição recebeu mais de quinze mil denúncias de desaparecimentos no país.²⁷⁶ Entretanto, essas e outras notícias não tiveram maiores repercussões internas, certamente pelo controle e pela censura imposta aos meios de comunicação. A gravidade dessas notícias somente tomará dimensões públicas após a derrota na Guerra das Malvinas com a desarticulação do governo.

Entre os engajados e os envolvidos com as denúncias e com a reivindicação de informações, os fatos revelados em 1980 constatavam uma realidade de difícil aceitação. As informações coletadas em todo o país e as conclusões apresentadas no relatório causaram forte impacto entre os familiares dos desaparecidos e entre os militantes exilados. Estes últimos resistiram em aceitar que aquele conteúdo fosse verdadeiro. Considero importante assinalar que, de imediato, a exposição do relatório da CIDH ficou restrita e não teve grande

²⁷³ CRENZEL. *Op. cit.*, p. 34. GORDI, Ulisses. **La rebelión de las Madres. Historia de las Madres de Plaza de Mayo. Tomo I (1976-1983)**. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006, p. 27.

²⁷⁴ CRENZEL. *Op. cit.*, p. 35.

²⁷⁵ NOVARO; PALERMO. *Op. cit.*, p. 654.

²⁷⁶ CRENZEL. *Op. cit.*, p. 40.

circulação interna. Entretanto, sua divulgação foi grande fora da Argentina e nas instituições nacionais que denunciavam os sequestros e desaparecimentos. Assim, as declarações dos ex-militantes, dos sobreviventes dos CCD e dos demais entrevistados pela Comissão, revelaram que a maioria dos desaparecidos estaria morta.²⁷⁷ Apesar do informe da CIDH apresentar esse fato como uma suposição, no meio das esquerdas argentinas ficava evidente o colapso da estratégia guerrilheira que, como argumentei em outras ocasiões, não conseguiu dimensionar o real desafio que havia se imposto: acabar com um governo bem armado, bem articulado e determinado a exterminar qualquer tipo de “subversão” e ameaça nacional.

Como se verá, as repercussões e as sequelas dessas revelações foram importantes para os debates em torno da redemocratização argentina. Entre os exilados, a experiência da proscricção, da perseguição e da distância produziu profundas reflexões autocríticas sobre as ideias que nortearam suas ações daqueles anos. Neste processo, condenaram suas concepções do Estado como instrumento de dominação e de repressão e que, conforme percebiam agora, suprimiam as possibilidades políticas e institucionais de garantia da ordem estatal e social. O convívio e as trocas de experiência com outros exilados auxiliaram na compreensão e na atribuição de sentido da vivência revolucionária, revelando novos valores aos ideais, à violência e às suas vidas privadas.²⁷⁸ O período compreendido entre o fim de 1979 e o início de 1980 foi de mudanças profundas entre os militantes da oposição. Não apenas surge, mas se sustenta a possibilidade de manifestar as posições e críticas à ditadura por meio da política formal e dos organismos de direitos humanos. Mais além, os direitos humanos não apareciam como *uma via* para a oposição, mas como *a ressignificação* da experiência autoritária e violenta da relação política e da militância armada. Neste processo, esses agentes passaram a refletir sobre “a valorização da vida privada, a importância da vida em si mesma, o valor do ser humano, o questionamento da violência e do militarismo”.²⁷⁹

De forma progressiva, após a divulgação do relatório da CIDH, teve início uma transformação dos ânimos em torno do governo processista e do ônus da guerra anti-subversiva. Não apenas pela divulgação do relatório e de seu conteúdo sobre os resultados da empreitada repressiva do governo, mas essencialmente pelo papel desempenhado pelos organismos de direitos humanos em fazer ecoar as denúncias dos desaparecimentos e dos demais métodos repressivos que o governo lançou mão em seu combate. Se, em 1983, a

²⁷⁷ VEZZETTI, 2009. **Op. cit.**, p. 86.

²⁷⁸ **Ibidem.**, p. 89; OLLIER. **Op. cit.**

²⁷⁹ OLLIER. **Op. cit.**, p. 157.

ditadura se desarticulou efetivamente com a derrota nas Malvinas, é inegável que, sobre esta desarticulação, se abriu um campo para as mobilizações e as críticas políticas que poderiam, agora, se fazer ouvir na sociedade argentina.

Desde 1978, as organizações de direitos humanos, especialmente às vinculadas aos familiares dos presos-desaparecidos, reivindicavam a “aparição com vida” de seus entes sequestrados. Como se verá neste capítulo, em meio à atmosfera repressiva, foi possível que estas organizações produzissem documentos de reivindicação, de denúncia, de mobilização e de solidariedade sobre os desaparecidos. Esses documentos revelavam dados pessoais, ocupações e, principalmente, como a violência dos sequestros afetou os familiares. Assim, as prisões foram assumindo

um caráter factual, o relato dos sofrimentos corporais se converteram em seu eixo medular, no modo privilegiado para convocar a empatia dos receptores e configurou, ainda, o conhecimento produzido sobre o que ocorreu.²⁸⁰

Dentre o restrito universo de fontes produzidas durante o período do Processo, as fontes que analisarei neste capítulo puderam ser separadas por temática, sem respeitar, necessariamente, uma linearidade cronológica. Assim, as fontes selecionadas apresentam reivindicações sobre os desaparecidos, com o objetivo de sensibilização dos observadores; exigem a libertação de presos políticos; e propõem mudanças sociais e políticas para o país. Chamo atenção para os documentos produzidos pela APDH, a partir de 1980, que traziam conteúdos de caráter mais institucional. O que quer dizer que, se as organizações vinculadas aos familiares dos presos evocavam seu paradeiro e demais informações conexas, como se verá, os documentos da APDH vão além, lançando publicamente as discussões sobre as bases do que poderia vir a ser o novo desenho político argentino. Não deixa de ser representativo que o primeiro presidente, após o Processo, tenha sido membro diretor da Asamblea. Assim, na transição democrática:

A ação política que possibilitou o descrédito da ditadura militar não proveio de organizações políticas senão da sociedade civil; não foi produto da ação armada do combatente heróico,

²⁸⁰ CRENZEL. *Op. cit.*, p. 44. Disso se depreende um elemento importante: houve, progressivamente, a despolitização dos presos e sua vitimização. Eles já não compunham mais o *hal* de inimigos ideológicos da nação, que fizeram uma escolha consciente de ação política, senão foram jovens perseguidos por um governo cuja metodologia repressiva era a do extermínio. Entretanto, como esse é um processo de resignificação do passado e de produção de memória, elaborada por terceiros e ratificada pelos poucos ex-militantes sobreviventes, não caberia desenvolvê-lo neste espaço.

disposto a ‘vencer ou morrer’, senão o resultado da ação ético-política de homens e mulheres desarmados que reclamavam princípios tão ‘burgueses’ como os direitos humanos.²⁸¹

4.1 ORGANIZAÇÕES DE FAMILIARES: AS MADRES E AS ABUELAS

Dentro da nova configuração política que surgia na Argentina, no final da década de 1970, destaca-se a rede de solidariedade que se desenvolveu entre os parentes dos presos-desaparecidos do regime militar. Nesse sentido, o papel desempenhado pelas Madres de Plaza de Mayo é central. A busca por seus filhos, apresentada semanalmente em frente a Casa Rosada, acabou por projetar sobre o grupo a imagem de reivindicarem informações sobre todos os filhos argentinos desaparecidos.²⁸² Ao mesmo tempo, e somado a uma dimensão emocional inquestionável, essas rondas foram adquirindo um caráter político. O primeiro cartaz da seleção, pelo vasto número de referências que carrega, evidencia a projeção e a amplitude da organização das Madres.

²⁸¹ TARCUS, 2006. *Op. cit.* Em: Políticas de la memoria, **Op. cit.**, p. 23.

²⁸² GORINI. **Op. cit.**, p. 22;

Documento 14 "Mamá" (1979)

O cartaz “Mamá” foi produzido por um grupo de onze instituições de direitos humanos, na província de Buenos Aires, Argentina, entre os anos de 1977 e 1978. O fundo preto auxilia no destaque do arranjo central de imagens em preto e branco. A palavra “Mamá”, centralizada e na parte superior do cartaz, indica o título e sugere seu tema. Está gravada em letra cursiva branca e seu desenho indica uma grafia infantil, sugerindo a evocação da *mãe*. Abaixo do título, o arranjo de sete imagens é composto por seis fotografias, uma ilustração infantil e um poema, no centro. Na parte inferior esquerda há o texto, em espanhol, com o título, “Talleres Psicoassistenciales: Buenos Aires – Campana - Moron” (“Estúdios *psicoassistenciais*”). Abaixo, vemos a listagem de onze instituições de direitos humanos localizados nas cidades de Buenos Aires, Campana e Moron, na província de Buenos Aires.

A imagem central do cartaz é um poema, redigido em letras cursivas, o que lhe confere pessoalidade e identidade/identificação. Podemos ler: “Onde está? / Onde estão essas flores que um dia nos roubaram? / Que pouco a pouco nos arrancaram? / Onde estão, estarão tristes / estas flores que nunca mais / foram vistas? / Onde estão, eu as procurei / Mas não apareceram / Onde estão?”²⁸³

O poema se relaciona com o título-tema do cartaz e auxilia no processo de significação da mensagem. A palavra “mamá” é associada com a palavra “flores”, possibilitando a compreensão de que a “mãe foi roubada” e está desaparecida. O *eu lírico* do poema está buscando as flores, as mães desaparecidas, entretanto não as encontra. Chama à identificação daqueles que também estão a buscar desaparecidos e não os encontram. Como será possível compreender, em seguida, o texto se articula com todas as imagens, compondo a mensagem do cartaz.

A primeira imagem, localizada acima e à direita do arranjo, apresenta a fotografia em preto e branco de uma mulher que. Essa mulher, de cabelos brancos (o que indica sua idade avançada), tem um lenço branco amarrado na cabeça, onde se lê: “Susana Marga[...] Desaparecida [...] Salva de [...] Desaparecida”. O lenço indica seu pertencimento às Madres de Plaza de Mayo.

A criança em seu colo nos possibilita outra inferência: esta mulher, mãe de uma desaparecida política, leva ao colo seu neto (ou neta), *um filho sem uma mãe*. Esta criança representa os órfãos desprotegidos, vítimas do desaparecimento de seus pais e que necessitam

²⁸³ ¿Adónde estás? / ¿Adónde están esas flores que / un día nos robaran? / Que poco a poco nos arancaran / ¿Dónde están, estarán marchitas / Esas flores que nunca más / Se vieron? / Adonde estarán, yo las busqué / Pero no aparecieron / ¿Adonde están? – Juan Manuel Maños

do auxílio de um parente próximo. O bebê olha diretamente para a câmera e, conseqüentemente, para o observador da cena. Ao gesto de “olhar diretamente”, em nosso repertório visual, pode ser atribuído o sentido de afrontamento, sugerindo, neste caso, um desafio ao observador. Outros possíveis sentidos, correspondentes ao olhar, podem ser de empatia e de solidariedade.

Abaixo e à direita, há outra fotografia, em que é possível identificar um grupo de mulheres marchando ao fundo da foto, com lenços amarrados em suas cabeças e segurando cartazes. Pela característica das mulheres e pelas instituições criadoras do cartaz, é possível afirmar que se trata de uma marcha das Mães. O canto inferior direito da foto, em primeiro plano, identifica-se a figura de uma senhora, também com um lenço amarrado e de semblante triste. Na mesma imagem, atrás e à direita, vemos outra senhora que segura uma placa acima de seu rosto, em que se vê um arranjo de cinco fotografias de homens e mulheres. É pouco provável, também, que todas as pessoas representadas naquela placa estejam diretamente relacionadas à *madre* que a levanta. No conjunto de objetos apresentados, desdobra-se a representação da solidariedade entre “mães e donas de casa” que desconhecem o destino de seus filhos ou parentes. Outro cartaz aparece na parte superior à esquerda da imagem, com três fotos de pessoas diferentes e, ainda mais atrás, é possível ver o pedaço de uma faixa, cujo conteúdo fica desconhecido para o observador.

A soma desses elementos simbólicos – cartazes, faixas, solidariedade entre mães – contribuem para a transmissão da ideia de união interna do movimento. Ainda, a senhora que está na frente de todos, em destaque na composição da foto, de olhar triste e sombrio, pode gerar identificação com os parentes de desaparecidos. Conclui-se, então, que a foto retrata um conjunto de informações que, quando articuladas, comunicam a natureza da ajuda que as Mães – e, por extensão, os “Estúdios *psicoassistenciais*” – podem oferecer para aqueles que buscam informações.

A próxima foto está, em relação à anterior, no canto inferior um pouco à esquerda. Em primeiro plano contamos cinco meninas com lenços das Mães na cabeça, em frente de um grupo maior de mulheres. Parece plausível deduzir que essas meninas sejam filhas de desaparecidos políticos e que, com outras mulheres, exijam informações sobre seus pais. Podemos perceber que todas as mulheres da foto estão executando o mesmo gesto de bater palmas. Nesta imagem, em que todas agem juntas, se destaca uma das crianças, que chora. Novamente, há a indicação do sofrimento de um parente e a representação da condição dos filhos dos desaparecidos.

A sequência das fotos, até o momento, possibilita a interpretação de uma narrativa: o tema é a *mãe desaparecida* e seu filho é frágil e está desprotegido. As avós dessas crianças sofrem sem informações de suas filhas. Os parentes, entretanto, não estão sozinhos em sua dor e tristeza, e podem esperar encontrar auxílio e solidariedade nos “Estúdios”. Nesta última fotografia, a menina que representa a criança desprotegida, é consciente da ausência de seus pais e sofre tanto quanto uma *madre* (sofrimento representado pelo choro). Assim como os demais parentes, esta menina pode confiar no apoio da organização. Mais além, apesar de sua dor e do choro, ela age conjuntamente com as demais mulheres (“batendo palmas” e em coro). A representação que as Mães buscavam de si, como exemplo de determinação, força, persistência e solidariedade, fica expressa na imagem desta menina.

A próxima foto é do rosto de uma menina, de cabelos curtos, que direciona a cabeça em direção à câmera e a olha diretamente com o canto direito dos olhos. Abaixo da foto há o pequeno texto “PAULITA EVA LOGARES continua como ‘botín de guerra’ en manos de un represor ¿Y LA JUSTICIA?”. Paula Eva Logares foi sequestrada em maio de 1978, com menos de dois anos. O texto da legenda da foto estabelece uma *relação de colaboração* com a imagem e exerce as funções de *complementação* e de *revelação* de seu sentido, porque apresenta informações que não estão disponíveis de imediato: a criança da foto foi sequestrada, continua em mãos dos sequestradores e os parentes pedem “justiça”. A foto representa a todas as crianças, filhas de prisioneiros políticos, que estavam, naquele momento, em poder dos militares. O olhar, em direção ao observador, sugere as mesmas possibilidades de interpretação que vimos anteriormente, confronto e solidariedade. Com estas informações, pode-se atribuir ao par imagem-texto, o sentido de busca por solidariedade para com todas as crianças sequestradas.

Em seguida, há a silhueta de uma mulher grávida. As *silhuetas* ainda têm grande importância na campanha pelos direitos humanos na Argentina. Apresentam o *ausente-presente*, o desaparecido de quem os familiares e amigos não têm notícia e, portanto, não sabem se está vivo ou morto. Esta imagem ambígua compõe, acredito, a representação imagética mais forte e presente do discurso contra o Processo de Reorganização Nacional. A silhueta deste cartaz ganha dramaticidade por sua condição gestante. Denuncia o desaparecimento de mulheres grávidas e as questões que se desdobram deste fato: essas mulheres estão vivas? As crianças que elas esperavam estão vivas? Onde estão as crianças? A imagem dimensiona a gravidade do desaparecimento de pessoas e indica também o desmembramento de uma família por nascer, o desaparecimento de uma mãe e o

desaparecimento de uma “criança inocente”. Dentro do limite simbólico, é possível dizer que a imagem representa a morte em si mesma, quando supõe o impedimento, pelo desaparecimento, de uma vida ainda por vir.

A ambiguidade da imagem possibilita outras interpretações. Por exemplo, a cabeça inclinada para cima pode ser interpretada, de acordo com nosso repertório simbólico, como um “olhar distante”, ou “um olhar contemplativo”. Na primeira interpretação, os sentidos possíveis podem ser (1) o olhar distante das mães que esperam por notícias de suas filhas desaparecidas; ou, de forma mais objetiva, (2) o olhar das filhas grávidas que *estão distantes fisicamente*. No segundo exemplo de interpretação, ao “olhar contemplativo”, se associa à ideia de *espera* e às *projeções* dessa espera. Novamente, muitas inferências podem ser feitas: (1) a silhueta da mulher se desdobra na própria ideia de esperança de futuro – conotado por sua condição gestante –; (2) a esperança de futuro projeta-se tanto para a desaparecida grávida e sua criança, como para suas mães, que as esperam; e (3) a representação se une à ideia de *pátria-mãe*, igualmente esperando do retorno de suas filhas desaparecidas.²⁸⁴

A última foto apresenta a imagem de parada militar em uma praça aberta, especificamente, de membros do Exército argentino. Atrás desta formação há uma grande faixa, que se estende por toda a largura da foto, onde se lê: “Juicio y castigo a los culpables”. O sentido da imagem está apresentado na faixa, que ocupa toda a parte central da fotografia. Podemos identificar ao menos três representações. Primeiramente, conota a presença de manifestantes pelos direitos humanos, onde antes seria impensável, dada a condição repressiva. Representa, desta forma, uma resistência de caráter social. A faixa, propriamente, tem dupla representação. A primeira delas é a exigência evidente por justiça. Em seguida apresenta, visualmente, uma contradição. Se o Exército estivesse realmente em marcha, na ocasião da fotografia, a marcha teria a função de apresentação, para o país, de sua força de segurança e de defesa. A contradição está na evocação de um outro papel desempenhado pelo Exército, o de responsável pelo desaparecimento – como estamos identificando nesta leitura – de filhos, filhas, mães e pais argentinos.

Atrás e acima desta última foto há um desenho infantil, com duas figuras humanas. A figura da direita direciona dois balões para a outra. Na parte superior da imagem está escrito, com uma grafia infantil, “para vos mamita”. Trata-se, por tanto, de um desenho feito por uma

²⁸⁴ Esta evocação da condição de “filhas” da *pátria-mãe* é verificável na construção das ideias de *pátria*, ou de *nação*, um repertório simbólico cujas origens e características eu tive a oportunidade de apresentar, rapidamente, nos capítulos anteriores.

criança à sua mãe. Sem muita elaboração, tal como um desenho infantil, a imagem evoca a figura *ausente-presente* da mãe desaparecida.

Ao final, cada uma das sete imagens apresentadas no documento carrega sentidos que podem e devem ser articulados: orfandade pelo desaparecimento da mãe; tristeza e solidariedade pelo desaparecimento de um filho; tristeza, solidariedade e perseverança frente ao desaparecimento da mãe; demanda por justiça e denúncia de sequestro de crianças; denúncia do desaparecimento de mulheres, gestantes e crianças; resistência e demanda por justiça; a presença na ausência.

A relação que se estabelece entre o poema e o conjunto de imagens é a de colaboração, para construir uma mensagem definida pelo tema das mães desaparecidas. Dentro desta relação, desempenha duas funções: a de seleção e a de repetição. No primeiro caso, as imagens se referem ao desaparecimento de pessoas, especialmente de mulheres e mães. Também sugerem o comportamento de busca por justiça e de resistência contra os responsáveis; exemplificam as formas de solidariedade entre os parentes dos desaparecidos; e denunciam a condição de orfandade de seus filhos. O texto, entretanto, seleciona os termos “*busca*” e “*mãe*” para definir a mensagem do cartaz. Na função de repetição, o texto reforça a *ação da busca* aos desaparecidos e a denúncia do *desaparecimento* de mulheres e mães. O texto confere, desta forma, o reforço do tema apresentado nas imagens visuais.

É possível definir o público do cartaz dividido em dois grupos. O primeiro deles é composto por parentes de desaparecidos. Identifica-se esse grupo pelas representações de parentes que, como foi mostrado, estão em busca de informação e de justiça. De acordo com a narrativa proposta, o cartaz indica a possibilidade de encontrar solidariedade entre outras pessoas que também estão tristes e desoladas e, ao mesmo tempo, de se mobilizar conjuntamente para que haja justiça. O segundo grupo de destinatários identificados seria composto pela sociedade em geral. A partir de 1978 e 1979, com o aumento do número de denúncias sobre os casos de desaparecidos no regime, as instituições de direitos humanos se tornaram referências para aqueles que procuravam se informar sobre as ações do governo repressivo. As imagens de crianças órfãs das desaparecidas conferem um caráter emocional e buscam gerar sentimentos de empatia e de solidariedade na sociedade nessa causa.

O próximo cartaz é de autoria das Abuelas de Plaza de Mayo e também se utiliza das fotografias para evocar seus parentes ausentes.

Documento 15 “Sus bebés ¿donde están?” (1983) [Frente]

LOS NIÑOS DESAPARECIDOS Y LOS BEBES NACIDOS EN CAUTIVERO esperan justicia

NO AMNISTIA PARA SUS SECUESTRADORES NI UNA LEY PARA QUE SE LOS OLVIDE DEBEN SER DEVUELTOS SIN DEMORA A SUS FAMILIAS LEGITIMAS POR EL GOBIERNO MILITAR QUE SABE DONDE ESTAN

ABUELAS DE PLAZA DE MAYO

Buenos Aires 15 de abril de 1983

NIÑOS DESAPARECIDOS EN LA ARGENTINA desde 1976

Si USTED sabe algo... AYUDENOS a encontrarlos

Abuelas de Plaza de Mayo
Casilla de Correo 1937
(1000) Correo Central

y muchos otros... más los nacidos en cautiverio

¿Dónde están ?

Felipe Oscar Gatica
Claudio Néstor Casoli
Mercedes Lamoreaux

Documento 16 “Sus bebés ¿donde están?” (1983) [Verso]

O cartaz apresenta uma composição de 102 fotos de rostos de homens e de mulheres, em sua maioria, aos pares. Ao centro, dentro de um quadro branco, delimitado por uma margem que o destaca está o texto que dá nome ao cartaz: “Seus bebês... onde estão?”. No meio das fotografias, sem um padrão aparente, há três quadros com a mesma pergunta repetida: “Onde?”. A disposição desses pequenos textos quer provocar a indagação do observador enquanto este olha as imagens fotográficas. Na parte inferior do cartaz, sob a margem, se lê: “Onde estão os filhinhos nascidos em cativeiro destes e de outros casais detidos desaparecidos na Argentina desde 1976/1977?”.²⁸⁵

O pequeno texto revela que as fotos, em sua maioria dispostas aos pares, são de casais de presos desaparecidos no início do Processo de Reorganização Nacional (entre os anos de 1976 e 1977). Na somatória dos elementos da mensagem, percebe-se que o conteúdo desta fonte é ambíguo. Enquanto a parte textual pergunta onde estão os filhos dos casais das fotos, as fotografias denunciam que há 102 pessoas, “e outros casais”, que estão desaparecidos. Ou seja, denuncia explicitamente que bebês foram sequestrados e, implicitamente, que homens e mulheres também estão desaparecidos. Novamente, o uso de fotografias é preferido para conferir maior realidade e iconicidade à denúncia. Os sequestrados pela ditadura têm rosto e estão apresentados nas fotografias, não em gravuras ou em uma lista de 102 nomes de presos desaparecidos.

No verso do cartaz, a exigência por informações de “onde estão” os filhos dos desaparecidos se completa com 22 fotos de crianças desaparecidas, em sua maioria bebês. Dividido em duas partes, a esquerda apresenta as fotografias das crianças desaparecidas, num arranjo circular. No centro da composição dessas imagens, lê-se: “Crianças desaparecidas na Argentina desde 1976 – Se você sabe algo... ajude-nos a encontrá-los”.²⁸⁶ Na parte esquerda, a mensagem e as exigências propostas pelo cartaz ficam evidentes nos textos: “As crianças desaparecidas e os bebês nascidos em cativeiro esperam justiça”; “sem anistia para seus sequestradores nem uma lei para que se esqueça – devem ser devolvidos sem demora para seus familiares pelo governo militar que sabe onde eles estão”.²⁸⁷ Assinam o cartaz as Abuelas de Plaza de Mayo, grupo que surgiu como um desdobramento das Madres, em

²⁸⁵ “¿Dónde están los hilitos nacidos en cautiverio de estas y otras parejas detenidas desaparecidas en la Argentina desde 1976/1977?”

²⁸⁶ “Niños desaparecidos en la Argentina desde 1976 – Si usted sabe algo... ayudenos a encontrarlos”.

²⁸⁷ “Los niños desaparecidos y los bebes nacidos en cautiverio esperan justicia”; “no amnistia para sus secuestradores ni una ley para que se los olvide – deben ser devueltos sin demora para sus familias legitimas por el gobierno militar que sabe donde están”.

novembro de 1977 e cujas denúncias centrais referenciam-se ao desaparecimento das crianças sequestradas juntamente com seus pais. Ao denunciar o desaparecimento das crianças, sequestradas conjuntamente com seus pais, representa igualmente a desagregação familiar, evocada pela própria existência do grupo.

Os conteúdos textuais apresentam o contexto político na ocasião da produção do cartaz. Com o fracasso da Guerra das Malvinas, expunha-se, no país, questões sensíveis sobre o saldo da repressão. Sem apresentar qualquer orientação política evidente, as Abuelas explicitam a punição dos responsáveis pelos sequestros e criticam a proposta de lei, enviada pelas Forças Armadas, de auto-anistia e superação, pelo esquecimento, dos anos de violência perpetrada pelos militares contra a população.

4.2 PRESOS POLÍTICOS

Ainda na esteira representativa do desmembramento familiar pelo regime militar, o próximo documento articula esta ideia com o fator político dos desaparecimentos. Apesar de não apresentar, como os últimos dois documentos, os elementos emotivos dos desaparecimentos de famílias inteiras, esta mensagem está apresentada sem, contudo, colocar simbolicamente, os desaparecidos como vítimas inocentes. No documento abaixo, fica evidente que a família desarticulada é uma família de “presos políticos”. Em seguida, com a mesma temática, outro cartaz figurativo reivindica a liberdade aos presos do Processo.

*Libertad para todos
los presos políticos argentinos*

O.C.A.A. - Organization for Christian Action in Argentina

Documento 17 "Libertad a todos los presos políticos en Argentina" (1979)

Documento 18 "Libertad a todos los presos políticos en Argentina" (1980)

O documento 4, de nome “Liberdade para todos os presos políticos na Argentina”, apresenta uma gravura na superior e centralizada, sobre o fundo branco do cartaz. Abaixo há a frase que dá título ao documento, escrita em preto e com grafia cursiva. Identifica-se a data de sua produção em 1979, portanto no início das mobilizações e reivindicações dos órgãos de direitos humanos. A gravura branca sobre fundo preto apresenta as figuras de um homem e de uma mulher com um bebê nos braços, evocando a representação de uma fotografia de família. Como no documento “Mamá”, a família está representada como a principal vítima dos sequestros realizados pelo Processo de Reorganização Nacional. Neste caso, a articulação texto e da imagem indica que toda uma família está presa por motivos políticos – pai, mãe e filho.

Em seguida, o cartaz do documento 5 apresenta uma margem dentro da qual está o desenho de um semi-busto feminino, elaborado por uma presa política na parede da cela em que ficou detida, na prisão de Villa Devoto. Na parte superior da imagem, há o texto no imperativo: “Liberdade para todos os presos políticos na Argentina!”. Fora e abaixo desta margem, lê-se: “Junto ao povo pela ‘DENUNCIA’ contra a ditadura”.²⁸⁸ A análise do conjunto de elementos apresentados permite constatar que se destaca a exigência por liberdade aos presos políticos e a anunciação da prisão de Villa Devoto como um importante signo repressivo. Fora desse conjunto, mas ratificando-o, está indicada a exigência por liberdade e o apoio do povo.

A análise do desenho nos permite algumas inferências. Primeiramente, se nota que a figura feminina olha para cima e seu semblante remete a ideia de sofrimento. Entretanto, a representação de sua boca aberta pode significar uma postura ativa frente ao cárcere (ela estaria falando, ou gritando, palavras de ordem?). Mesmo a constatação de que este desenho foi feito por uma presa já revela uma escolha de ativa resistência à clausura. Ainda, pode-se notar que os traços do semi-busto formam o contorno da América Latina e sua data de produção, 1980, possibilita localizá-lo historicamente, sugerindo uma denúncia continental, maior do que a apresentada no texto – que restringe a exigência de liberdade dos presos argentinos. Neste sentido, de acordo com Liden, o texto seleciona uma parte da imagem, restringindo sua denúncia à Argentina, enquanto a imagem cumpre a função de revelação em relação ao texto, sobrepondo-se a ele e indicando ao observador que a autora, intencionalmente, ou não, representa em seu desenho todos os presos políticos, vítimas das

²⁸⁸ “¡Libertad a todos los presos políticos en Argentina!” e “Junto al pueblo ‘DENUNCIA’ contra la dictadura”, respectivamente.

ditaduras latinoamericanas ainda vigentes em 1980.²⁸⁹ Desta forma, pode-se afirmar que o sofrimento identificado no semblante do desenho retrata indiretamente o sofrimento de todos aqueles que estavam na mesma situação de clausura por regimes ditatoriais.

A relação de ambos os cartazes, em oposição aos dois primeiros, refere-se ao seu conteúdo político. Os dois últimos cartazes, apesar da representação feminina e familiar, apresentam os desaparecidos como agentes políticos que, por sua atuação política, foram presos. Em contrapartida, os dois primeiros documentos, em que pese a discussão legal contra a possível anistia dos militares, trazem os desaparecidos como mães, pais e crianças. Suas fotos não evocam a ausência de militantes políticos, mas a de familiares desaparecidos das pessoas que estão a sua procura.

Ainda, como mencionei em outras oportunidades, destaca-se a opção estética representacional dos desaparecidos. Nos primeiros dois documentos prima-se pelo uso da fotografia – o que confere maior tom emocional, já que o ausente se faz presente por meio de um retrato. Nos dois últimos, a representação é figurativa. Este tipo de representação, ao mesmo tempo em que aumenta o nível de abstração da mensagem, abre sua possibilidade interpretativa para além das figuras apresentadas. Desta forma, a família da gravura, ou a mulher do desenho na parede da cela, podem representar todas as famílias sequestradas por motivos políticos e todos os presos que ficaram em CCD.

4.3 APDH

Em outro escopo de denúncias e de reivindicações, figura-se a Asamblea Permanente por los Derechos Humanos. Pude afirmar, anteriormente, que a natureza das mensagens vinculadas pelas fontes da instituição diferem-se das organizações de familiares de presos desaparecidos.

²⁸⁹ LINDEN, Sophie Van Der. **Para ler o livro ilustrado**. São Paulo: Cosac & Naif, 2011, p. 123.

EL PUEBLO DEBE SER EL PROTAGONISTA

en la toma de decisiones, sobre todo
en aquellas que comprometen el
destino de la República.

EN CONSECUENCIA, LA

ASAMBLEA PERMANENTE POR LOS DERECHOS HUMANOS EXIGE

- EL INMEDIATO RESTABLECIMIENTO de LA CONSTITUCION NACIONAL, EL LEVANTAMIENTO DEL ESTADO DE SITIO y la EFECTIVA VIGENCIA de LOS DERECHOS y GARANTIAS QUE ELLA ESTABLECE.
- LA RESPUESTA FUNDADA EN LA VIDA, LA VERDAD Y LA JUSTICIA SOBRE EL PARADERO Y SITUACION DE LOS DETENIDOS-DESAPARECIDOS, DE LOS NIÑOS SECUESTRADOS CON SUS PADRES Y DE LOS NACIDOS EN CAUTIVERIO.
- LA SUPRESION DEFINITIVA DE LA TORTURA Y DE TODO APREMIO ILEGAL EN EL PAIS Y DEL SECUESTRO COMO METODO CORRIENTE DE DETENCION.
- LA LIBERACION DE TODOS LOS DETENIDOS POR RAZONES POLITICAS Y GREMIALES.
- LA REVISION DE LO ACTUADO POR LOS TRIBUNALES MILITARES, EN LOS JUICIOS SEGUIDOS A DETENIDOS POLITICOS Y GREMIALES.

LA **A.P.D.H.** CONSIDERA

NINGUNA SOCIEDAD CONTEMPORANEA PUEDE AVANZAR AUTENTICA Y SEGURAMENTE HACIA EL ESTADO DE DERECHO, SI DEJA A SUS ESPALDAS, ENVUELTOS EN EL SILENCIO, PROBLEMAS DE TAL MAGNITUD.

Y SOSTIENE,

LA DEMOCRACIA, EL RESPETO DE LOS DERECHOS HUMANOS, LA SOBERANIA INTEGRAL Y LA PAZ, COMO BASES INSUSTITUIBLES PARA EL EJERCICIO DE LA AUTODETERMINACION DEL PUEBLO.

ASAMBLEA PERMANENTE POR LOS DERECHOS HUMANOS
Avda. Collao 569 1° Piso Of. 15 Buenos Aires

Documento 20 "Derechos Humanos y libertad" (1983)

O documento 6 traz como única figura o logotipo da APDHe tem o seguinte conteúdo textual:

O povo deve ser o protagonista

Na tomada de decisões, sobretudo naquelas que comprometem o destino da República.

Em consequência, a Assembléia Permanente pelos Direitos Humanos exige

- O imediato restabelecimento da Constituição Nacional, o levantamento do estado de sítio e a efetiva vigência dos direitos e garantias que ela estabelece.
- A resposta fundamentada na vida, na verdade e na justiça sobre o paradeiro e a situação dos presos-desaparecidos, das crianças sequestradas com seus pais e dos nascidos em cativeiro.
- A supressão definitiva da tortura e de toda pressão ilegal no país e do sequestro como método recorrente de detenção.
- A libertação de todos os detidos por razões políticas e corporativas.
- A revisão das atuações dos tribunais militares, nos julgamentos contra presos políticos ou corporativistas.

A APDH considera que nenhuma sociedade contemporânea pode avançar autêntica e seguramente para o estado de direito se deixar, nas suas costas, envoltos no silêncio, problemas de tamanha magnitude.

E sustenta,

A democracia, o respeito aos direitos humanos, a soberania integral e a paz como bases insubstituíveis para o exercício da autodeterminação do povo.

Asamblea Permanente por los Derechos Humanos – Avda Callao 569 1º piso Of. 15 Buenos Aires.²⁹⁰

Na única figura apresentada, observam-se os perfis de três formas humanas, um homem, uma mulher e uma criança, sob um céu azul. A escolha do azul e do branco remete às cores da bandeira argentina.

O predomínio de conteúdo textual também cumpre um papel importante para cartazes de caráter informativo. Certamente, seria possível sintetizar parte dos conteúdos em uma imagem, um símbolo como já pode ser demonstrado em outros documentos. Entretanto, há

²⁹⁰ El Pueblo debe ser el protagonista

En la toma de decisiones, sobretudo en aquellas que comprometen el destino de la República.

En consecuencia, la Asamblea Permanente por los Derechos Humanos exige

- El inmediato restablecimiento de la Constitución Nacional, el levantamiento del Estado de sitio y la efectiva vigencia de los derechos e garantías que ella establece.
- La respuesta fundada en la vida, la verdad y la justicia sobre el paradero y situación de los detenidos-desaparecidos, de los niños secuestrados con sus padres y de los nacidos en cautiverio
- La supresión definitiva de la tortura y de todo apremio ilegal en el país y del secuestro como método corriente de detención
- La liberación de todos los detenidos por razones políticas y gremiales
- La revisión de lo actuado por los tribunales militares, en los juicios seguidos a detenidos políticos y gremiales

La APDH considera ninguna sociedad contemporánea puede avanzar auténtica y seguramente hacia el estado de derecho, se deja a sus espaldas, envueltos en el silencio, problemas de tal magnitud.

Y sostiene,

La democracia, el respecto de los derechos humanos, la soberanía integral y la paz como bases insustituibles para el ejercicio de la autodeterminación de pueblo.

Asamblea Permanente por los Derechos Humanos – Avda Callao 569 1º piso Of. 15 Buenos Aires

uma escolha de se privilegiar o texto objetivo em detrimento de imagens. Isso porque as imagens podem comunicar sentidos e conteúdos diversos, enquanto um texto tem capacidade de sintetizar, mais concisa e precisamente a ideia que se deseja. Assim como no documento “Por que aparición con vida...” o cartaz traz uma lista de reivindicações e diretrizes que definem seu posicionamento frente aos fatos que se desenrolam no país. Apresenta as condições que a APDH considera indispensáveis para a consolidação democrática na Argentina. Dentre a lista de exigências, está o imediato restabelecimento da Constituição que, como tratei no Capítulo 3, não foi suprimida, mas teve seus poderes e abrangência reduzidos, especialmente nos artigos e temas referentes aos direitos humanos. Também exige a imediata proibição e o banimento dos métodos repressivos em que se fundamentou o Processo, como o sequestro seguido de prisão arbitrária, os julgamentos por cortes militares dos presos políticos e o uso sistemático de métodos de tortura e demais tipos de violências contra os presos. Em suma, exige a supressão de todo o aparato legal construído para sustentar, institucionalmente, o regime de exceção.

Percebe-se a prevalência das cores da bandeira Argentina, azul e branco, com destaque para o uso do azul na frase título do cartaz, “O Povo deve ser o Protagonista”. É possível que uma relação metonímica esteja estabelecida, novamente, como vimos em cartazes da esquerda da década de 1970, entre a ideia de “povo” e a “Argentina”. De maneira distinta daqueles cartazes, aqui a relação não se estabelece entre ideia e imagem, mas entre ideia e representação estética no texto – pelo uso das cores e pelo conteúdo da frase. O que se pretende afirmar é que, ao escrever a frase de ação, na parte superior e em destaque, com as cores da país, se reforça a ideia de que, ao povo ser o protagonista, a própria Argentina é a protagonista das transformações que o documento exige. Ao mesmo tempo, contrapõe-se à Argentina/povo, o governo/militares, cujo modelo de Estado a Asamblea está contestando e exigindo mudanças.

O documento 7 apresenta-se de forma totalmente distinta, o que indica, igualmente, a diferença de seu conteúdo. O cartaz, branco, traz em letras vermelhas o texto: “Direitos Humanos e Juventude – ciclo de conferencias – Fala Raúl Alfonsín” e, abaixo, “Seminário Juvenil da Asamblea Permanente pelos Direitos Humanos.”²⁹¹ Como no documento anterior, este cartaz não traz elementos figurativos, nem mesmo o logotipo da APDH. Caracteriza-se, portanto, como um cartaz puramente informativo do ciclo de debates anunciado. Entretanto, os elementos gráficos presentes estabelecem a relação entre as cores branca e vermelha que,

²⁹¹ “Derechos humanos y juventud – ciclo de conferencias – Habla Raul Alfonsín”; “Seminário Juvenil de la Asamblea Permanente por los Derechos Humanos”

de acordo com Abram Moles, evoca dinamicidade, violência e ação. Ou seja, já não se espera, em sua mensagem, criar uma identificação do público, o “povo”, com o país, mas convocá-lo para os debates. A dinamicidade e a ação estão no esperado comparecimento da juventude ao evento.

Ao centro do cartaz destaca-se, pelo tamanho da fonte, o nome de Raul Alfonsín. O que o cartaz quer destacar é a presença e participação do advogado que, desde abril daquele ano, com o início da Guerra das Malvinas, projetou-se no cenário político do país por ter-se mantido contrário à intervenção militar nas ilhas.

O tema da conferencia, “Direitos humanos e juventude”, que está apresentado na parte superior do cartaz, faz parte de um seminário juvenil organizado pela APDH naquele ano. De acordo com Miguel Monserrat,²⁹² era preocupação da Asamblea que os jovens se envolvessem nos assuntos políticos, como oposição à censura dos anos anteriores. Assim, a presença de Alfonsín também era um atrativo às novas gerações que, ainda segundo Monserrat, eram atraídas pelo carisma e pelo posicionamento do advogado.

4.4 AS DEMANDAS JURÍDICAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA

²⁹² Co-presidente da APDH, em entrevista à autora em 02 de setembro de 2011.

Documento 21 "El Juicio a la Junta militar" (1983)

O cartaz de fundo branco está dividido em duas partes, branca, à esquerda, e com um retângulo preto, à direita. Na parte superior de todo o cartaz, se lê: “O julgamento da Junta Militar”. Os demais conteúdos textuais, juntamente com os elementos gráficos do cartaz, forma um jogo de conteúdos, ideias e afirmações com um tom retórico. Assim, é possível ler e identificar, do esquerdo e lado branco do cartaz, os textos: “A verdade e a honra da justiça – Dilema de ferro para a nação e suas Forças Armadas”. Na outra metade, preta, se lê: “Ou a mentira e a desonra da impunidade – Julgue você mesmo”.²⁹³ Na parte inferior esquerda, identifica-se a instituição de autoria do cartaz, a Asamblea Parmanente por los Derechos Humanos.

O último elemento presente no documento é a representação de um sol. No centro do cartaz, do lado esquerdo e branco, vê-se a metade dessa figura que evoca, por suas formas e contornos, o sol presente da bandeira argentina. O cartaz traz as duas possibilidades de desfecho da campanha pelo julgamento das Juntas Militares, que teve início em 1985. A metade em branco representa a iminência do julgamento que é considerado, de acordo com os elementos gráficos do cartaz, um “dilema de ferro para a nação” e para as próprias FF.AA.

A disposição dos elementos gráficos estabelece um paralelo, horizontalmente, entre as ideias apresentadas na imagem. Nos dois textos superiores, as ideias *verdade e mentira; honra e desonra; justiça e impunidade* estão lado a lado. No meio do cartaz, do lado esquerdo está representada a figura do sol da bandeira argentina. Na outra metade equivalente, apenas o fundo preto é visto. Esse referência a “ausência de luz” ou a ideia de “escuridão”, relaciona-se com as palavras *mentira, desonra e impunidade*. Estas, ainda, vinculam-se à possibilidade das Juntas Militares não serem julgadas e condenadas pelos crimes de violação de direitos humanos.

As duas metades, em branco e em preto, também evocam outra representação. A metade branca está iluminada pelo sol argentino, é aquela da justiça, da verdade e da honra; do compromisso com a memória e com os direitos humanos e com a construção da democracia. Por oposição, a metade preta representa a impunidade, a falta da justiça, da luz, representada pelo próprio sol argentino, que ilumina um caminho para o futuro (o caminho da justiça que corresponderia ao desejo da nação – representada, também, pelo sol). Desta forma, pode-se afirmar que a escolha pela representação do sol cumpre um sentido duplo: primeiramente, é aquele que ilumina o caminho do futuro com a justiça e o julgamento das Juntas. Em segundo

²⁹³ Os textos no original: “El Juicio a la Junta Militar”; “La verdad y el honor de la justicia – Dilema de hierro para la nación y sus fuerzas armadas”; e “O la mentira y el deshonor de la impunidad – Juzgue Ud. mismo”.

lugar, pode referir-se à própria nação argentina, ao evocar a forma e as representações da bandeira nacional. Neste sentido, a nação está ao lado da luz, da justiça e da honra.

A mensagem do cartaz é concluída nos dois últimos textos. O “dilema de ferro” que o julgamento impõe está na parte iluminada pelo sol, sugerindo que, apesar de difícil, o resultado será o triunfo da luz sobre a escuridão, da justiça sobre a impunidade, da honra sobre a desonra. A sentença no imperativo “julgue você mesmo” em branco sob preto é uma afirmação cujo caráter retórico fica evidenciado pelos elementos estéticos. O preto representa, simbolicamente, a ignorância, ou a impunidade frente às violações que o país sofreu; uma ignorância que escurece a visão do futuro; uma ignorância daqueles que ainda não têm conhecimento do que ocorreu durante o Processo. Desta forma, texto e imagens estabelecem uma relação de colaboração na elaboração da mensagem, com a imagem desempenhando a função de ampliação do texto. Nesta relação a imagem “estende o alcance de sua fala trazendo um discurso suplementar ou sugerindo uma interpretação” ao texto.²⁹⁴ No caso deste cartaz, percebe-se a sugestão de interpretação na imagem quando, do lado esquerdo, se vê em branco e com a representação da nação, encarnada na imagem do sol, a associação do julgamento das Juntas com as ideias de “luz”, “nação”, “honra”, “verdade” e “justiça”.

Para concluir, a APDH, ao assinar o cartaz na metade “iluminada”, se apresenta e ratifica para seu público o lugar que ocupa perante a situação nacional exposta.

O último cartaz selecionado para esta análise é de 1984 e articula e sintetiza, em imagem e texto, os repertórios visuais e o imaginário circulavam, entre os militantes e engajados com as questões dos direitos humanos, o processo de redemocratização argentino.

²⁹⁴ LIDEN. *Op. cit.*, p. 125.

Documento 22 “Por que aparición con vida Por que exigimos respuestas” (1984)

“Desde que nossa luta começou, faz longos oito anos, reclamamos para nossos seres queridos: ‘aparición com vida’.

O governo nos diz que não há nenhum desaparecido vivo e durante dois meses os meios de comunicação informaram sobre as descobertas de centenas de cadáveres NN e o levantamento de tumbas coletivas. Pareceria então que nossa consigna ‘aparición com vida’ é uma utopia e hoje, como durante esses longos anos, continuamos exigindo. Porque se nossos filhos, pais, irmãos, netos esposos, foram detidos **vivos**, podemos exigir por eles.

Os exigimos vivos não porque creiamos que todos estão com vida. Os exigimos com vida porque todas nossas denúncias efetuadas ante as autoridades governamentais e diante da injustiça, não obtiveram resposta. Ninguém foi responsabilizado por seu sequestro e posterior cativo.

Ninguém se põe ao lado de seus nomes nas extensas listas de presos-desaparecidos. A sua condição, sendo responsável com seu nome e sobrenome da morte de nossos seres queridos. E até então, não seremos nós, os familiares, os que assumiremos esta situação.

A denúncia de detenção e posterior desaparecimento de pessoas, radicadas nos tribunais de justiça de todo o país, significam a execução de um delito que, por não ter sido investigado e resolvido, mantém sua pertinência. Quer dizer que mantém sua condição de delito contínuo, até que não seja resolvido definitivamente.

E, enquanto isso, consideramos que toda pessoa detida viva e posteriormente desaparecida, está viva até que se prove o contrário. Posição fundada na legislação vigente.

Por essas razões, precisamente nos é necessário que assumamos:

Apareçam com vida – exigimos resposta²⁹⁵

Abaixo deste texto, segue uma citação de um pronunciamento de Júlio Cortázar:

Faz falta manter dentro de um presente obstinado, com todo seu sangue e sua ignorância, isto que se procura fazer entrar no cómodo país do esquecimento, faz falta continuar considerando vivos aqueles que quem sabe não estão mais. Mas temos a obrigação de reclamar por eles, um por um, até que a resposta proporcione finalmente a verdade que hoje se busca evitar.

Julio Cortázar – Coloquio de Paris, 1981.²⁹⁶

²⁹⁵ “Desde que comenzó nuestra lucha, hace ya ocho largos años, reclamamos para nuestros seres queridos: ‘aparición con vida’.

El gobierno nos dice que no encuentra a ningún desaparecido vivo y durante dos meses los medios de difusión han informado hasta la saturación sobre el hallazgo de cientos de cadáveres NN y el levantamiento de tumbas colectivas. Parecería entonces que nuestra consigna ‘aparición con vida’ es una utopía y hoy, como durante estos largos años, lo seguimos reclamando. Porque si nuestros hijos, padres, hermanos, nietos, esposos, fueran detenidos **vivos**, podemos reclamarlos.

Los reclamamos vivos no porque creamos que todos están con vida. Los reclamamos con vida porque todas nuestras denuncias efectuadas ante autoridades gubernamentales y ante la justicia, no han tenido respuesta. Nadie se ha hecho responsable del secuestro ni de su posterior cautiverio.

Nadie pone junto a cada nombre de las largas listas de detenidos-desaparecidos. Su condición, haciéndose responsable con su nombre y apellido de la muerte de nuestros seres queridos. Y hasta entonces, no seremos nosotros, los familiares, los que asumiremos esta situación.

La denuncia de detención y posterior desaparición de personas, radicadas en los tribunales de justicia de todo el país, significan la ejecución de un delito que al no haberse investigado y resuelto, mantiene su permanencia. Es decir que mantienen su condición de delito continuo, hasta que no sea resuelto definitivamente.

Y mientras tantos, consideramos que toda persona detenida viva y posteriormente desaparecida, está viva hasta que se pruebe lo contrario. Posición fundada en la legislación vigente.

Por estas razones, precisamente, nos es necesario asumir Aparición con vida – Exigimos una respuesta”

Esse cartaz traz em sua composição um arranjo de inúmeros recortes e pedaços de jornais, todos com textos que trazem ou abordam o tema dos desaparecidos. Ao se olhar atentamente para as imagens, pode-se perceber que, neste tema, os recortes são sobre os direitos humanos ou sobre os debates governamentais sobre o assunto. Sobre estes, desenha-se uma silhueta masculina em branco, com contorno preto, simulando pinceladas ou uma *pintada*. Em cima da silhueta, duas faixas brancas trazem os dizeres: “Aparición com vida”; “Por que exigimos respuesta”. Sobre os pedaços de jornal e, predominantemente do lado direito do cartaz, estende-se um recorte vermelho sobre o qual está o texto em branco.

Novamente, deve-se destacar a análise a escolha das cores. Como já foi mencionado anteriormente, o vermelho e o branco, conjuntamente, provocam a sensação de dinâmica e evocam as ideias de violência e de ação. Neste cartaz é possível dizer que a escolha da cor também remete ao seu tom de denúncia de reivindicação. O texto tem como conteúdo não apenas a indignação de seus autores como também estabelece, claramente, o posicionamento destes contra as declarações do governo que davam a questão como encerrada, afirmando que os desaparecidos estariam mortos ou auto-exilados. Os autores evocam direitos legais e afirmam que, como desapareceram vivos, por lei, estão vivos até que se prove o contrário. Nesta sentido, exigem provas, não de que os desaparecidos estão vivos, como deixam claro no texto, mas que o Estado argentino assuma os delitos e crimes das violações dos direitos humanos no país. Desta forma, as cores escolhidas para representar essas ideias, reforçam o posicionamento assertivo das organizações de direitos humanos frente os desaparecimentos e, mais que tudo, frente ao silêncio ou a impunidade do governo sobre o tema.

²⁹⁶ “Hace falta mantener dentro de un presente obstinado, con toda su sangre y su ignominia, esto que se procura hacer entrar en el cómodo país del olvido, hace falta continuar considerando vivos a los que quizás ya no lo estén. Pero tenemos la obligación de reclamar por ellos, uno por uno, hasta que la respuesta proporcione finalmente la verdad que hoy se busca eludir.
Julio Cortázar – Coloquio de Paris, 1981.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo observar e analisar as representações dos imaginários políticos argentinos durante a década de 1970 e início da década de 1980, por meio dos cartazes de propaganda do período. Nestas fontes, fica evidente a mudança dos discursos políticos, acusando igual mudança nas práticas e nas perspectivas políticas daqueles anos: o caminho da política armada para os direitos humanos.

A análise dos cartazes permite visualizar os processos políticos do decênio escolhido, quando houve a superação das práticas revolucionárias, de mobilização popular e combativa para o debate e as reivindicações por justiça e pela democracia. Em parte, essas mudanças podem ser constatadas pelas opções estéticas feitas para representar suas demandas em cada período. No período peronista, há um predomínio do uso de imagens e de cores para persuasão do público observador nos cartazes e, nos cartazes do final do Processo, percebe-se uma presença maior de conteúdos textuais.

Apesar destas observações serem genéricas e evidenciarem as diferenças estéticas, o que pude constatar foi a reprodução de alguns padrões. O primeiro desses padrões é a opção pela fotografia para veicular determinadas mensagens. A fotografia permite a produção de representações objetivas para uma ideia, aproximando-a da realidade. Desta maneira, foi escolhida na campanha eleitoral de Cámpora para mostrar o presente e as expectativas do futuro. Ou nos cartazes de Trelew, evocando justiça para aqueles que se apresentavam naqueles retratos, mas que haviam morrido pela pátria. As fotografias também foram utilizadas no período seguinte na busca por sensibilizar o observador em relação à dor da perda e à desolação dos familiares que buscavam informações sobre os desaparecidos. Por último, mas não menos importante, o cartaz que reproduz uma fotografia de Perez Esquivel, personificando em sua imagem uma nova postura política para o país.

Outro elemento estético comum foram os símbolos nacionais. Neste sentido, as cores da bandeira argentina se destacam. O uso do azul e do branco em semitons ou em linhas horizontais associava, implicitamente, as ideias apresentadas com as ideias de *nação* ou de *pátria*. Além das cores, como se viu no cartaz da APDH, o sol da bandeira argentina também foi mobilizado para, metaforicamente, associar a Argentina à representação da “luz do esclarecimento”, da verdade e da justiça, condicionando essas ideias ao Julgamento da Juntas Militares, após a redemocratização.

As representações do “povo herói” estiveram presentes apenas no primeiro período. Mesmo quando o cartaz denunciava sua morte, evocava homenagens às suas vidas convocando o observador para permanecer em luta, para que aquelas mortes não tivessem sido em vão (Documento 10). A opção pela representação gráfica dessa heroicização promove uma identificação por inferência com aqueles que deram sua vida pela nação. Por não apresentar objetivamente a figura de uma pessoa qualquer, abre o leque interpretativo para que sobre a figura possa se vinculada à imagem de qualquer pessoa.

Como tentei demonstrar no decorrer desta pesquisa, na etapa política seguinte essa representação desaparece, junto com seus “heróis”. A identificação que os cartazes buscam criar no público, então, é o sentimento de injustiça, desolação, ausência, desamparo como mobilizadores e geradores de outra natureza de solidariedade. Não se espera mais que a população se una em luta em nome de um projeto nacional, mas que, articulada, possa exigir do governo informações sobre os desaparecimentos de seus familiares – agora pessoas comuns, pais e mães de família, filhos; esses sujeitos representados não são mais heróis e são despidos de sua aura mítica, transformadora e revolucionária. Mesmo os documentos que trazem o tema dos prisioneiros como presos políticos, ou seja, como agentes conscientes da opção que os levou ao cárcere, suas figuras vinculam-se a elementos sensibilizadores do observador: dor ou desagregação familiar (Documentos 15 e 16).

Outros elementos poderiam ser retraçados nestas considerações. Entretanto, considero importante assinalar o fato de que, dentro do repertório de fontes a que tive acesso, esta seleção corresponde a uma amostragem das possibilidades de análises do período, ainda por serem feitas. As fontes visuais, como se vê, possibilitam um sem número de inferências, mobilizam elementos simbólicos, culturais, políticos, históricos, nacionais e universais, sempre partilhando com seu observador as referências representacionais para, enfim, cumprir seu papel de comunicar uma mensagem idealizada por seus realizadores. Nesta pesquisa busquei, apoiada nas análises dos cartazes, revisitar um período conturbado da história argentina e, por meios destes, reconstruir parte do imaginário político do período. Como objetivo central, fruto das observações preliminares das fontes, quis demonstrar o que os cartazes revelam sobre o período, especialmente a emergência de novos agentes sociopolíticos e a consequente mudança das possibilidades de ação e de mobilização sociais e políticas em relação ao governo e a suas instituições. Também, de certa forma, a maneira pela qual os cartazes ajudaram a construir essa história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADES, Dawn. **Arte na América Latina**. São Paulo: Cosac & Naify, 1997.

ALTAMIRANO, Carlos. **Bajo el signo de las masas**. Buenos Aires: Ariel, 2001.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

ASAMBLEA PERMANENTE POR LOS DERECHOS HUMANOS; INSTITUTO ESPACIO PARA LA MEMORIA. **Memoria y Dictadura. Un espacio para reflexión desde los derechos humanos**. Tercera Edición ampliada e actualizada. Buenos Aires: Secretaría de Educación de la Asamblea Permanente por los Derechos Humanos, 2011.

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: Enciclopédia Einaudi. Vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional. Casas da Moeda, 1985.

BASUALDO, Victória. *Derivaciones posibles para la polémica de Oscar de Barco: reflexiones para una agenda de investigación*. Em: **Políticas de la memoria**. Revista do CeDInCI, nº6/7, 2006/2007.

BARNICOAT, J. **A concise history of posters**. Londres: Thames and Hudson, 1975.

BAYER, Osvaldo e Outros. **El terrorismo de Estado en la Argentina. Apuntes sobre su historia e consecuencias**. Buenos Aires: Instituto Espacio para la Memoria, 2001.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.

BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: a América Latina pós 1930: Estado e política**. São Paulo: Edusp, 2009.

BURKE, Peter; PO-CHIA HSIA, R. **A tradução cultural nos primórdios da Europa Moderna**. São Paulo: UNESP, 2009

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. 12 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CALVEIRO, Pilar. **Política y/o violencia. Una aproximación a la guerrilla de los años 70**. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2005

CAMARGO, Sônia de; OCAMPO, José Maria Vásquez. **Autoritarismo e democracia na Argentina e no Brasil**: uma década de política exterior (1973-1984). São Paulo: Convívio, 1988.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena**: Propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

_____. *Memória da ditadura militar argentina: um desafio para a história*. Em: **Clio. Revista de pesquisa histórica**. Recife, UFPE, nº 24, 2006, p. 61-81.

_____; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Representação política. O reconhecimento de um conceito na Historiografia brasileira*. Em: FLAMARIOR, Ciro; MALERBA, Jurandir (orgs.). **Representações**: contribuição em um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000.

CARNULLA, Arnau; CARNULLA, Jordi. **La guerra civil em 2000 carteles**. República, Guerra Civil, pós-guerra. Vols. I e II. Barcelona: Postermil, 1997.

CASTAÑEDA, Jorge. G. **Utopia Desarmada**. Intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CASTRO, Claudia Gomes de. *Imagens da Revolução cubana. Os cartazes de propaganda política do Estado socialista (1960 – 1986)*. 2006 Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CAVAGLIA, Marina. **Escenas cotidianas durante la dictadura**. Buenos Aires: Alfaguara, 2006.

CERNADAS, Jorge; TARCUS, Horácio. *Las izquierdas argentinas y el golpe de 24 de marzo de 1976. Una selección documental*. Em: **Políticas de la memoria**. Revista do CeDInCI, Buenos Aires, nº6/7, 2006/2007

CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa. **O cinema e a invenção da vida moderna**. São Paulo: Cosac & Naif, 2001.

CHARTIER, Roger. **A beira da Falésia**. A história entre incertezas e inquietações. Porto Alegre: Ed. Universidade / URFGS, 2002.

_____. **História cultural, entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1988.

CHAVELIER, Jean; GHEERBRENT, Alain. **Dicionário de símbolos**. Mitos sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. 8 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1994.

CLARK, Toby. **Arte y propaganda en el siglo XX. La imagen política en la era de la cultura de masas**. Madrid: Akal Ediciones, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal*. In: Encontros com a civilização brasileira. São Paulo. Vol. 01, nº 09, 1979.

CRENZEL, Emilio. **La historia política del Nunca Más: la memoria de las desapariciones en Argentina**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2008.

DALMÁS, Carine. **Brigadas Muralistas e Cartazes de Propaganda da Experiência Chilena**. (1969-1973). 2006 Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

DE LA FUENTE, Ariel. **Los hijos de Facundo**. Buenos Aires: Prometeo, 2007.

DOMENACH, Jean-Marie. **A propaganda política**. 2 ed., São Paulo: Divisão Européia de livro, 1961.

DUTRA, Eliane Regina de Freitas. *História e culturas políticas: definições, usos e genealogias*. In: *Varia História*, Belo Horizonte: nº 28, p. 13-28, 2002.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

FICO, Carlos. *Algumas notas sobre Historiografia e História da Ditadura Militar*. Em: **Estudos de História**, Franca: vol. 08, nº 01, p. 69-90, 2001.

FREITAS, Artur. *História e imagem artística*. Em: **Ensaio histórico**. Rio de Janeiro: julho-dezembro, nº 34, p- 03-21, 2004.

FRANCO, Marina. **Un enemigo para la nación: orden interno, violencia y subversión, 1973-1976**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.

GARGARELLA, Roberto; MURILLO, María Victória; PECHENY, Mário (orgs.). **Discutir Alfonsín**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2010

GASPARINI, Juan. **Montoneros: final de cuentas**. La Plata: De la Campana, 2008.

GASKELL, Ivan. “História das imagens”. In: Peter Burke (org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

GORDI, Ulisses. **La rebelión de las Madres. Historia de las Madres de Plaza de Mayo. Tomo I (1976-1983)**. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006.

GUIMARÃES, Samuel L. S. *O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória*. Em: Marta Abreu; Rachel Soihet e Rebeca Contijo (orgs). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOBSBAWM, Eric. *O presente como história*. Em: HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Cia Das Letras, 2002.

IZAGUIRRE, Inés y Colaboradores. **Lucha de clases, guerra civil y genocidio em la Argentina. 1973-1983**. Buenos Aires: Eudeba, 2009.

LINS, Juan J.; STEPAN, Alfred. **Transição e consolidação da democracia: A experiência do sul da Europa e da América do Sul**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LINDEN, Sophie Van Der. **Para ler o livro ilustrado**. São Paulo: Cosac & Naif, 2011.

LÓPEZ, Marcela; KOGAN, Gabriela. **Quiera el pueblo votar: un siglo de campañas políticas en imágenes**. Buenos Aires: Del Nuevo Extremo, 2007.

LOWENTAL, David. *Como conhecemos o passado*. Em: Projeto História. São Paulo, nov. 1998.

LOWY, Michel. **O marxismo na América Latina. Uma antologia de 1970-1973**. São Paulo: Ed. Fundação Perceus Abramo, 2003.

LVOVICH, Daniel; BISQUERT, Jaquelina. **La cambiante memoria de la dictadura: discursos públicos, movimientos sociales y legitimidad democrática**. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2008.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: vol. 23, nº 45, p. 11-37, 2003.

_____. *O fogão da société anonyme du gaz. Sugestões para uma leitura histórica da imagem publicitária*. Em: **Projeto História (História e Imagem)** nº 21, São Paulo:2000, p. 105- 119.

MOLES, Abraham. **O cartaz**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

MONTEIRO, Paula (Orgs.). **Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural**. São Paulo: Globo, 2006.

NAPOLITANO, Marcos. *Arte e revolução: Entre o artesanato dos sonhos e a engenharia das almas (1917-1968)*. Revista de sociologia e política. Curitiba, nº 8., 1997, p. 07-20.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **A Ditadura militar argentina 1976-1983 – do golpe de Estado à restauração democrática**. São Paulo: Edusp, 2007.

O'DONNEL, Guillermo. **Análise do Autoritarismo Burocrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **Contrapontos**. São Paulo: Edições Vértice, 1986.

OLLIER, Maria Matilde. **De la revolución a la democracia: Cambios privados y políticos de la izquierda argentina**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.

PASCUAL, Alejandra Leonor. **Terrorismo de Estado: a Argentina de 1976 a 1983**. Brasília: Editora Universidade Federal de Brasília, 2004.

PÉCAUT. Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra História: Imaginando o imaginário. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo: v. 15, nº 29, 1995, p. 09-20.

PRADO, Maria Lígia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. In: **Revista de História**, São Paulo, nº 145, v. 2, 2001.

_____; SOARES, Gabriela Pelegrino; COLOMBO, Sylvia. **Reflexões sobre a democracia na América Latina**. São Paulo: Ed Senac. 2007.

_____. Repensando a História Comparada. In: **Revista de História**, São Paulo: 2005, nº 153, v. 2, p. 11-33.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

ROMERO, J. Luis. **Breve História de la Argentina**, Buenos Aires: Tierra Firme, 1996.

_____. **Las ideas políticas en Argentina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1998.

ROSEN, Jeff. *The printed photograph and the logic of progress in nineteenth-century France*. Em: Art journal, vol. 46, nº 04. The political unconscious in nineteenth-century art. (Winter 1987), College Art Association, p. 305-311. URL: <http://www.jstor.org/stable/777002>

SARLO, Beatriz. **A paixão e a exceção. Borges, Eva Perón, Montoneros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. **Tempo pasado. Cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SIGAL, Silvia; VERÓN, Eliseo. **Perón o muerte. Los fundamentos discursivos del fenómeno peronista**. Buenos Aires, Editora Legassa: 1985.

SOARES, Gabriela Pellegrino. *História das ideias e mediações culturais: breves apontamentos*. Em: **Cadernos Seminário de Pesquisa**. Vol II, 2010, <http://www.fflch.usp.br/dh/leha/cms/UserFiles/File/CSP2.pdf>

SCHWRTZ, Vanessa R.; PRZYBLYSKI; Jeannene M. **The nineteenth-century visual culture reader**. New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2004.

TARCUS, Horácio. **Diccionario biográfico de la izquierda argentina. De los anarquistas a la “nueva izquierda” (1870-1976)**. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007.

_____. *Notas para uma razão instrumental. A propósito do debate em torno da carta de Oscar Del Barco*. Em: **Políticas de la memoria**. Revista do CeDInCI, nº6/7, 2006/2007.

TERÁN, Oscar. **Nuestros años sesenta: La formación de la nueva izquierda intelectual en La Argentina 1956 - 1966**. Buenos Aires: Puntosur, 1991.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. Trad. Nail Ribeiro da Silva. 3 ed., São Paulo: Edusp, 1991.

VENTURA, Zuenir. (et al.) **Da resistência a repressão. Anos 70/80**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

VEZZETTI, Hugo. **Sobre la violencia revolucionaria**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.

_____. **Pasado y presente. Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina.** Buenos Aires: Siglo Veinteuno Editores, 2002.

WILLIMS, Raymond. **Cultura.** 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DOCUMENTOS E FONTES DIGITAIS

La Hora de los Pueblos: <http://www.peronismomilitante.com.ar/wp-content/uploads/2011/03/Juan-Peron-La-Hora-de-Los-Pueblos.pdf>

NIEVAS, Fabián. **Cara y ceca. Las tomas de Medios de Difusión Masiva durante el gobierno de Cámpora.** Em: <http://www.razonyrevolucion.org/textos/revryr/luchadeclases/ryr6Nievas.pdf>

Documentos Montoneros. <http://www.elortiba.org/docmon.html#12 de octubre de 1973 - Acta de unidad de FAR y Montoneros>

Asamblea Permanente por los Derechos Humanos: <http://www.apdh-argentina.org.ar/institucional/porque.asp>

CATALOGAÇÃO DAS FONTES

Nº	Nome	Ano	Instituição	País	Localização	Dimensões lxa
1	Todos al Frente	1973	FREJULI	Argentina	Colección de Afiches Ruan Calos Romero –Coleção Pessoal	nc
2	17 años así	1973	FREJULI	Argentina	Colección de Affiches Ruan Calos Romero –Coleção Pessoal	Nc
3	17 años así	1973	FREJULI	Argentina	Colección de Afiches Ruan Calos Romero –Coleção Pessoal	Nc
4	Defender la Vitória	1973	Coordinadora Peronista para la Libertad de los Presos Políticos	Argentina	CEDINCI: Sobre nº 52	18,3x20,4 cm
5	Al Pueblo	1973	ERP 22 de Agosto	Argentina	Colección de Afiches Ruan Calos Romero –Coleção Pessoal	nc
6	Héroes de Ezeiza	1873	nc	Argentina	Colección de Afiches Ruan Calos Romero –Coleção Pessoal	nc
7	Trelew 22 agosto 1972: la patria fusilada	1973	nc	Argentina	Afiche 134 CELS	Nc
8	Fusilados en Trelew	1973	Artistas Plásticos en Lucha	Argentina	CEDINCI: Sobre 52	45,5x60cm
9	Trelew La Patria Fusilada	1973	Coordinadora Peronista por la Libertad de los Presos Políticos	Argentina	CEDINCI: Sobre 07	74x110cm
10	Han Muerto Revolucionarios ¡Viva la revolución!	1973	Movimiento Nacional de Solidaridad; Revista Nuevo Hombre	Argentina	Colección de Afiches Ruan Calos Romero –Coleção Pessoal	54x37cm
11	Perón Presidente	1973	Partido Justicialista Consejo Metropolitano	Argentina	CEDINCI: Sobre 07	74x110cm
12	Perón Presidente	1973	FAR-Montoneros	Argentina	Colección de Afiches Ruan Calos Romero –Coleção Pessoal	
13	Orden General Montonero	1973	Montoneros	Argentina	CEDINCI: Sobre 07	74x110cm
14	Mamá, niños desaparecidos	1977-1978	Abuelas de Plaza de Mayo; Centro de estudios Legales y sociales; Familiares de detenidos por razones	Argentina		50x70 cm

			políticas; Servicio de paz y justicia; AVIRA; Comisión de Derechos Humanos de Campana; Comisión de Derechos Humanos de Partido Intransigente; Comisión de Derechos Humanos de Humanismo y Liberación; Comisión Peronista de Derechos Humanos; Comisión de Artistas Argentinos por Derechos Humanos; Movimiento Solidario Argentino-Paraguay			
15	Sus bebés ¿Dónde están?	1983	Abuelas de Plaza de Mayo	Argentina	CEDINCI Sobre 34	34x25cm
16	Sus bebés ¿Dónde están? [verso]	1983	Abuelas de Plaza de Mayo	Argentina	CEDINCI Sobre 34	34x25cm
17	Libertad para todos los Presos Políticos Argentinos	1979	Organismos de DDHH y CGT	Argentina	Memoria Abierta - CELS	43 x 28 cm
18	Libertad a Los Presos Políticos	1980	Organismos de DDHH y CGT	Argentina		60x40cm
19	El pueblo debe ser el protagonista	1983	APDH	Argentina	CEDINCI Sobre 08	76x102cm
20	Derechos humanos y Juventud – Ciclo de Conferencias	1983	APDH	Argentina	APDH	74x108cm
21	El Juicio a la Junta Militar	1984	APDH	Argentina	APDH	74x108cm
22	Por que aparición con vida Por que exigimos respuestas	1984		Argentina	CEDINCI Sobre 08	147,5x109,5 cm
40	Adolfo Pérez Esquivel:	1981		Argentina	Archivo Histórico de Buenos Aires	30x40cm